



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PRPPG
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS -
PPGSOF

OSMIRIZ LIMA FEITOSA

OS IMPACTOS DO PRONAF AOS AGRICULTORES
FAMILIARES NA COLÔNIA DO APIAÚ EM MUCAJAÍ-RR

Boa Vista-RR

2015

OSMIRIZ LIMA FEITOSA

**OS IMPACTOS DO PRONAF AOS AGRICULTORES
FAMILIARES NA COLÔNIA DO APIAÚ EM MUCAJAÍ-RR**

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras – PPGSOF, da Universidade Federal de Roraima – UFRR, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Fronteiras.

Área de Concentração: Sociedade e Fronteiras da Amazônia.

Linha de Pesquisa: Fronteiras e Processos Socioculturais.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Luiza Fernandes

Boa Vista-RR

2015

**Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima**

F311i Feitosa, Osmiriz Lima.

**Os impactos do PRONAF aos agricultores familiares na
Colônia do Apiaú em Mucajaí-RR / Osmiriz Lima Feitosa – Boa
Vista, 2015.**

189 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Luiza Fernandes.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Roraima,
Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteira.

1 – Políticas agrárias. 2 – Reforma agrária. 3 – Agricultura
familiar. 4 – Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura
Familiar. 5 – Roraima. I - Título. II – Fernandes, Maria Luiza.

CDU – 332.02

**OS IMPACTOS DO PRONAF AOS AGRICULTORES
FAMILIARES NA COLÔNIA DO APIAÚ EM MUCAJAÍ-RR**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Maria Luiza Fernandes – UFRR
(Orientadora)

Prof^a Dra. Gersa Maria Neves Mourão – UFRR
(Membro)

Prof. Dr. Evandro Luiz Ghedin – UERR
(Membro)

Prof^a Dra Francilene dos Santos Rodrigues - UFRR
(Suplente)

Boa Vista-RR
2015

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais em especial pelo caminho que me ensinou a seguir e não se desviar dele, me conduzindo aos valores éticos e morais. Dedico também a minha querida orientadora pelo esforço e pelas horas de orientações, contribuições, construções e crescimento acadêmico para realização deste trabalho, sem o qual, não seria possível concluí-lo e a todos que me ajudaram incontestavelmente no processo de elaboração desta pesquisa, pois neste momento difícil precisamos dos verdadeiros amigos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me concedeu saúde, sabedoria e determinação para realização deste trabalho científico. Agradeço também incontestavelmente a professora Dra. Maria Luiza Fernandes que sempre dialogou insistentemente sobre o eixo temático proposto, nos debates, discussões, considerações e nas argumentações, pois sempre soube conduzir e entender as minhas dificuldades pessoais durante o processo investigativo e de produção do conhecimento, sendo que suas orientações foram de grande importância para o amadurecimento científico, enfrentamento dos desafios que o tema expõe e para a prática docente. Ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras – PPGSOF, do Centro de Ciência Humanas – CCH da Universidade Federal de Roraima – UFRR que oportunizou caminhar mais um degrau na produção acadêmica. Agradeço também a professora Dra. Mariza Barbosa Araújo e Gersa Maria Neves Mourão pelas contribuições e considerações no trabalho de qualificação. A todos os professores e professoras do curso de Sociedade e Fronteiras. A minha companheira e professora Lindivalda Sales que, apesar de algumas concepções divergentes, contribuiu no diálogo e nas reflexões sobre esta dissertação. Ao técnico agrícola Roberto, grande amigo e companheiro de muitos anos do Apiaú, sem suas contribuições jamais poderia realizar o trabalho. Ao Professor Dr. Evandro Ghedin, que aceitou participar da banca examinadora de defesa deste trabalho, o qual admiro muito, enquanto profissional de formação docente. Aos colegas do Curso de Mestrado que ajudaram nos debates, nas discussões e mesmos com posições contrárias as minhas contribuíram para realização deste trabalho.

RESUMO

Essa dissertação se propõe analisar a questão agrária no Brasil e suas nuances, tendo em vista que as mudanças no cenário agrário vigente têm despertado para compreender as transformações ocorridas no campo. Assim, parte-se do pressuposto de que a Reforma Agrária deve ser compreendida como política pública de responsabilidade dos seus atores públicos e sociais contribuindo para superação da concentração fundiária no país. Diante da questão agrária e das novas demandas ocorridas nos últimos anos, o espaço rural tem se apresentado contraditório e complexo diante das novas políticas agrárias implantadas nos últimos anos. O PRONAF é uma política agrária que tem como meta promover diferentes linhas de créditos e melhorar as condições de vida dos agricultores familiares que vivem no meio rural. Portanto, com base nessas questões este trabalho tem como objetivo elaborar uma análise investigativa a partir da política agrária do PRONAF desenvolvida no projeto de assentamento Apiaú no município de Mucajá-RR, tendo como eixo norteador fazer um estudo sobre os impactos provocados pelo PRONAF aos agricultores familiares que foram contemplados com esse programa. Isto é, compreender os impactos da política do PRONAF bem como identificar os aspectos socioeconômicos significativos para melhoria das condições sociais através dos financiamentos destinados aos agricultores familiares contemplados com a política pronafiana. Nesse sentido, utilizou-se de forma metodológica para o desenvolvimento desta pesquisa, entrevistas com agricultores familiares, gestores da Secretaria da Agricultura do Estado - SEAPA, técnicos da Casa da Agricultura do Apiaú, aplicação de questionários aos agricultores familiares contemplados com acesso ao crédito do PRONAF e dados documentais dos órgãos competentes. Os resultados encontrados convergem para compreender que a realidade do agricultor familiar no Apiaú apresenta dois aspectos centrais: por um lado constata-se um avanço na região, a permanência dos sujeitos e melhorias nas condições sociais e econômicas dos agricultores familiares beneficiados, mas por outro, verifica-se o crescimento da pecuária, a concentração latifundiária no projeto de assentamento, o aumento de fazendas e a expansão do capital no campo. Logo, os desafios da política do PRONAF no espaço rural tornam-se latentes e necessárias para redimensionar as ações do programa de forma a atender todos os diferentes sujeitos do campo. Diante desse prisma, na busca de interpretar a vivência e relações sociais dos agricultores familiares no Apiaú espera-se que à pesquisa venha contribuir para pesquisadores, professores e líderes de movimentos ruralistas e todos que fazem parte do meio rural, considerando-o como espaço de produção de relações sociais constituído dinamicamente por diferentes sujeitos, no sentido de promover a ruptura da concentração fundiária e garantir condições de permanência e de vida digna no campo.

Palavras-chave: Políticas Agrárias, Reforma Agrária, Agricultura Familiar e PRONAF.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the agrarian question in Brazil and its nuances, given that the changes in the existing agrarian scenario have awakened to understand the changes occurring in the field. Thus, we start from the assumption that the Agrarian Reform should be understood as public policy responsibility of the public and social actors contributing to overcoming the concentration of land in the country. Given the agrarian question and the new demands in the last years, the space rural has presented contradictory and complex face of new agricultural policies implemented in recent years. The PRONAF is a land policy that aims to promote different lines of credit and improve the living conditions of farmers living in rural areas. Therefore, based on these issues this paper aims to develop an investigative analysis from the agrarian policy of PRONAF developed in Apiaú settlement project in the municipality of Mucajaí-RR, and as a guideline to make a scientific study of the impacts caused by the PRONAF family farmers who were awarded with this program. That is, understand the PRONAF policy impacts and identify the positive and significant socioeconomic aspects to improve social conditions through the financing for family farmers covered with pronafiana policy. In this sense, we used the methodology to the development of this research, interviews with farmers, managers of the State Department of Agriculture - SEAPA, technicians House Apiaú of Agriculture, questionnaires to family farmers covered with access to credit PRONAF and documentary evidence of the relevant Brazilian agencies. The results converge to understand that the reality of the family farmer in Apiaú presents two main aspects: on the one hand there has been a breakthrough in the region, the residence of subjects and improvements in social and economic conditions of the benefit family farmers, but by another, it appears that the growth of livestock, landed concentration in settlement project, the increase in farms and the expansion of capital in the field. Soon, their challenges of PRONAF policy in rural areas become latent and necessary to resize the actions of the form of program will meet all the different subjects of the field. Given this perspective, seeking to interpret the experience and social relations of family farmers in Apiaú expected to research that the results will contribute to researchers, teachers and ruralistas movement leaders and all who are part of the countryside, considering the as social relations of production space dynamically composed of different subjects, in order to promote the breakdown of land concentration and ensure conditions of stay and a dignified life in the field.

Keywords : Agriculture Policy , Land Reform, Family Farming and PRONAF .

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 – RR- 325/estrada-tronco.....	102
Imagem 02 - RR-325/estrada tronco: placa do governo simbolizando o respeito ao colono.....	104
Imagem 03 - Perímetro urbano da Vila do Apiaú.....	107
Imagem 04 - Escola pública abandonada e desativada na RR – 325.....	120
Imagem 05 - Extensão do lote para criação de gado no Apiaú na vicinal 11.....	133
Imagem 06 - Caminhão transportando gado na RR-325.....	139
Imagem 07 - Eletrificação rural no Apiaú, cruzamento da vicinal 06 e 07.....	140
Imagem 08 - Pavimentação da vicinal 07 no Apiaú que liga a RR-325 a Vila Campos Novos.....	140
Imagem 09 - Ponte de concreto sobre o rio Apiaú, inaugurada em maio de 2002.....	141
Imagem 10 - Pavimentação da RR- 325, km 73.....	141
Imagem 11 - Curral para selecionar e embarcar gado nos caminhões.....	158
Imagem 12 - Criação de gado no Apiaú.....	159
Imagem 13 - Ao fundo fazenda (ao lado direito) para pecuária ao longo da RR-325.....	159
Imagem 14 - Placa de advertência revelando o poder dos fazendeiros no Apiaú.....	161
Imagem 15 - Venda de produtos agrícolas na Vila do Apiaú.....	165

LISTA DE TABELAS

Tabela 01-	Número de contratos e montantes de crédito rural do PRONAF por ano fiscal entre 1996 a 2010.....	69
Tabela 02-	População residente em Roraima e Mucajaí entre 2004 – 2010.....	91
Tabela 03-	Produtos agrícolas produzidos no município de Mucajaí entre 2006 e 2008.....	94
Tabela 04-	Valores estimados de financiamento do PRONAF no Apiaú.....	154
Tabela 05-	Instituições de investimentos.....	162

LISTA DE QUADROS

Quadro 01-	Organização dos movimentos rurais no Brasil (1945-1979)	33
Quadro 02-	Organização dos movimentos rurais no Brasil (1984-2010).....	37
Quadro 03-	Evolução dos conflitos de Terras no Brasil (2000 – 2009).....	40
Quadro 04-	Áreas dos estabelecimentos rurais segundo estrato de área.....	43
Quadro 05-	Classificação dos agricultores do PRONAF por Grupo.....	67
Quadro 06-	Eixos do PRONAF	68
Quadro 07-	Dados populacionais de Roraima entre 1940 – 2010.....	87
Quadro 08-	Percentual de migração para o Estado de Roraima - 2000.....	88
Quadro 09-	Agricultores familiares beneficiados com o PRONAF de 2005/2014.....	114
Quadro10-	Agricultores familiares beneficiados com o PRONAF “A” de 2005/2014.....	115
Quadro11-	Investimentos dos recursos do PRONAF no Apiaú	132
Quadro12-	Número de famílias vivendo na região do Apiaú.....	142
Quadro 13-	Quantitativo de trabalhadores contratados nas unidades produtivas no Apiaú.....	168

LISTA DE FIGURAS

Figura 01-	Divisão Política de Roraima.....	83
Figura 02-	Terras Indígenas e projetos do INCRA em Roraima.....	90
Figura 03-	Malha rodoviária de estradas federais, estaduais e municipais em Mucajaí.....	93
Figura 04-	Modelo de abertura das estradas vicinais espinha de peixe.....	99
Figura 05-	Representação das vicinais de Mucajaí pelo eixo da RR – 325 na região do Apiaú.	101
Figura 06-	Polígono de assentamentos rurais da região de Mucajaí expondo os projetos: Apiaú, Sumaúma, vila Nova e Paredão.....	117
Figura 07-	Tríade constatada no Apiaú.....	160
Figura 08-	Organograma dos problemas encontrado no Apiaú.....	164

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01-	População residente do município de Mucajaí por situação de domicílio em 2000 e 2007.....	92
Gráfico 02-	Avaliação do acesso a escola pública no Apiaú Roraima.....	120
Gráfico 03-	Nível de escolarização dos agricultores familiares no Apiaú.....	121
Gráfico 04-	Tempo de permanência e experiência no trabalho do campo no Apiaú.....	122
Gráfico 05-	Faixa etária dos agricultores familiares do Apiaú.....	122
Gráfico 06-	Tipo de residência dos agricultores familiares no Apiaú	123
Gráfico 07-	Percentual de renda mensal dos agricultores familiares no Apiaú.....	124
Gráfico 08-	Análise do acesso a saúde no Apiaú.....	125
Gráfico 09-	Contribuição do PRONAF para permanência no Apiaú.....	144
Gráfico 10-	Contribuição do PRONAF para melhoria de vida no campo.....	145
Gráfico 11-	Percentual de investimentos no agronegócio e na agricultura camponesa.....	149
Gráfico 12-	Distribuição Regional dos recursos do PRONAF.....	153
Gráfico 13-	Diversidade dos investimentos dos recursos do PRONAF no Apiaú.....	157

LISTA DE ABREVIATURAS

ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária

ABIEC – Associação Brasileira da Indústria de Exportação de Carne

BASA – Banco da Amazônia S. A.

BEC – Batalhão de Engenharia de Construção

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução de Desenvolvimento

CAF – Consolidação da Agricultura Familiar

CAR – Central dos Assentados de Roraima

CEF – Caixa Econômica Federal

CF – Constituição Federal

CODESPAR – Companhia do Desenvolvimento do Sul do Pará

CODERARA – Companhia do Desenvolvimento do Rio Araguaia

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CNA – Confederação Nacional da Agricultura

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CREDAL – Centro de Pesquisas e de Documentação sobre a América Latina

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DATER/ RR – Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural de Roraima

DAP – Documento de Aptidão ao Pronaf

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FAO – Organização das nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FETAG/RR – Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Roraima

FETRAF – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar

FHC – Fernando Henrique Cardoso

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDA – Instituto Nacional de Dados Abertos

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

MA – Ministério da Agricultura

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

MIBRASA – Mineração Brasileira S/A

MIRAD – Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OCB – Organização de Cooperação Brasileira

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PA – Projeto de Assentamento

PAD – Projeto de Assentamento Dirigido

PAR – Projeto de Assentamento Rápido

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PDLIS – Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável/Mucajai

PIC – Programa Integrado de Colonização

PIN – Programa de Integração Nacional

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA - Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária

SAF – Secretaria da Agricultura Familiar

SEAPA – Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas

SDR – Secretaria do Desenvolvimento Rural

SNA – Sociedade Nacional da Agricultura

SRB – Sociedade Rural Brasileira

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

UDR – União Democrática Ruralista

UFRR – Universidade Federal de Roraima

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UTE – Unidades Técnicas Estaduais do Crédito Fundiário

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1. O PROCESSO HISTÓRICO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: CAMINHOS E PERSPECTIVAS.....	23
1.1 O PROCESSO HISTÓRICO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: ALGUMAS REFLEXÕES	27
1.2 REFORMA AGRÁRIA: O FANTASMA DA DEMOCRATIZAÇÃO DA TERRA NO BRASIL	42
1.3 O ESPAÇO RURAL E A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL.....	50
1.4 PROCESSO HISTÓRICO DA POLÍTICA DO PRONAF NO BRASIL	62
2. IMPLANTAÇÃO DAS COLÔNIAS AGRÍCOLAS NO ESTADO DE RORAIMA: A COLÔNIA FERNANDO COSTA E O PROJETO DE COLONIZAÇÃO DO APIAÚ.....	76
2.1 UM BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE MUCAJAI	81
2.2 O PROJETO DE CRIAÇÃO DA COLÔNIA DO APIAÚ.....	96
2.3 ALGUNS AVANÇOS NO PROJETO DE COLONIZAÇÃO DO APIAÚ	102
2.4 A SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO APIAÚ	108
2.5 ANÁLISE DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO APIAÚ.....	119
3. OS IMPACTOS DA POLÍTICA DO PRONAF AOS AGRICULTORES FAMILIARES NA COLÔNIA DO APIAÚ EM MUCAJAI-RR: CONQUISTAS E DESAFIOS	128
3.1 “DO SONHO A REALIDADE”: OS AGRICULTORES FAMILIARES CONTEMPLADOS COM O PRONAF NO APIAÚ	131
3.2 ANÁLISE DA POLÍTICA DO PRONAF NA COLÔNIA DO APIAÚ: REFLEXÃO CRÍTICA	148
3.3 OS IMPACTOS DO PRONAF PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES NO APIAÚ.....	154
3.4 PERSPECTIVAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES FRENTE ÀS DIFICULDADES ENCONTRADAS NA REGIÃO DO APIAÚ	163
REFERÊNCIAS	176
APÊNDICE	190
ANEXOS	195

INTRODUÇÃO

Em face da importância sobre investigar a questão agrária no Estado brasileiro e por entender que seu processo histórico sempre esteve atrelado a concentração latifundiária, fatores que fortalecem o agronegócio e agroindústria no campo e vem excluindo a massa rural do acesso a terra, utilizando-os como força de trabalho produtiva para consolidação do modelo agrário do país, que se pretende tecer algumas análises reflexivas sobre Reforma Agrária e políticas públicas para o campo. As políticas públicas agrárias – Estatuto da Terra, Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, Plano Integrado de Colonização - PIC, Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária - PRONERA, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e outros – desde o início do século XX, não conseguiram reduzir os problemas e conflitos sobre a questão agrária que permeiam no mundo rural. Diante deste panorama, optou-se investigar tanto a questão agrária com extensa literatura sobre ruralidade oferecendo arcabouço teórico para análise reflexiva e compreensão crítica do eixo temático proposto, como também fazer análise investigativa na conjuntura vigente da política do PRONAF e seus reflexos para campo.

Este programa foi considerado um marco para agricultura familiar brasileira simbolizando nova roupagem no espaço rural, tendo em vista que destaca-se como pioneiro no acesso as linhas de créditos aos diferentes sujeitos do campo. Criado em 1996 durante o governo Fernando Henrique Cardoso - FHC, o PRONAF surgiu como respostas aos movimentos reivindicatórios emergentes que exigiam políticas diferenciadas para os agricultores familiares na atual conjuntura. Para os autores Wanderley (2009), Abramovay (2010), Mattei (2005), Schneider (2010), Cazella (2010) e Aquino (2010) o surgimento deste programa levou o Estado a legitimar essa categoria social no cenário da questão agrária.

Assim, justifica-se esta pesquisa pela necessidade de desvelar as nuances sobre as políticas agrárias, o cenário do campo, a política do PRONAF e os agricultores familiares sob a ótica da ruralidade e suas novas relações sociais com a presença do capital no campo. Portanto, optou-se pelo recorte espacial a região do projeto do Apiaú em virtude de minhas experiências docentes nas escolas da educação básica e da

convivência com agricultores familiares durante dois anos construindo história na relação do sujeito com o objeto pesquisado. A colônia do Apiaú fica localizada a 52 km da sede do município de Mucajaí. Criado na década de 1980, essa colônia representou oportunidade de garantir terras a crescente migração advinda com as políticas de colonização e com a criação do Estado.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa é analisar os impactos da política do PRONAF provocados aos agricultores familiares contemplados com linhas de créditos desse programa, ou seja, compreender os impactos da política “pronafiana” na região da colonização percebendo as mudanças no que se refere a renda familiar, acesso a escolas e postos de saúde e as condições socioeconômicas dos beneficiados.

Com o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar criado por meio do Decreto Presidencial nº 1.946, datado de junho de 1996 com a promulgação da Lei 11.326/2006 – a agricultura familiar brasileira passou a ganhar relevo e destaque em nível nacional, seja no âmbito dos resultados bem sucedidos da expansão do crédito rural aos diferentes sujeitos do campo ou mesmo pelo crescimento da literatura entre estudiosos e pesquisadores sobre o programa. O fato é que o PRONAF tornou-se um programa de referência as questões relacionadas ao próprio desenvolvimento rural.

Ao longo dos anos de sua existência, o governo ampliou o portfólio de contratos e recursos deste programa, segmentou o público-alvo em grupos – A, B, C, D e E – e incorporou outras políticas agrárias para atender demandas heterogêneas específicas do mundo rural – pescadores, silvicultores, agricultores, quilombolas, indígenas, aquicultores, seringueiros etc. – além disso, criou novas linhas de créditos aos diferentes sujeitos de movimentos sociais do campo, tais como: agroecologia, jovem, mulher, semiárido, agroindústria, floresta, eco, mais alimentos e outros. (MDA/SAF, 2012)

Na verdade, o PRONAF passou a ser entendido, especialmente pelos seus gestores governamentais como mola-propulsora de estratégia nacional para valorização da diversidade social da agricultura familiar e do meio rural, conforme destacado por Mattei (2005), Aquino e Schneider (2010). Nestes termos, esta política foi criada para combater desigualdades sociais e regionais visando promover melhores condições de

vida da população rural estimulando a modernização tecnológica e a diversidade da agricultura brasileira. Contudo, decorridos quase vinte anos desde sua criação, que mudanças o programa provocou aos sujeitos contemplados com as linhas de financiamentos no espaço rural? Será que o referido programa contribuiu para corrigir as desigualdades sociais melhorando as condições de vida dos diferentes sujeitos do espaço rural de forma a garantir a equidade social ou tem ampliado a expansão do capitalismo no campo fortalecendo ainda mais o agronegócio e a agroindústria, fator este que exige o crescimento do trabalho assalariado rural no país?

Neste sentido, responder a tais indagações requer e exige discussão profunda sobre o PRONAF, além de maior diálogo com autores que fazem análise sobre este eixo temático tão importante. Entretanto, é a partir desse viés que o presente trabalho tem como propósito investigar os impactos do PRONAF aos agricultores familiares na colônia do Apiaú analisando os resultados socioeconômicos provocados pela política agrária do programa apontando as transformações para os agricultores familiares. Assim, pretende-se responder ao questionamento: Quais os impactos provocados pelo PRONAF aos agricultores familiares que foram contemplados com essa política agrária na região do Apiaú?

Para responder esta pergunta fundamental utilizou-se neste trabalho a seguinte metodologia ancorada em três pontos. O primeiro foi a pesquisa bibliográfica fundamentada em teóricos como Marx (1995) e Thompson (1998) e em autores que discutem a questão agrária em nível nacional e local tais como: Wanderley (2009), Prado Júnior (2000), Ianni (2005), Schneider (2010), Mattei (2005), Abramovay (2007) e outros, na tentativa de conhecer os problemas dos agricultores familiares, das políticas agrárias relacionadas ao PRONAF e dos impactos socioeconômicos. O segundo ponto centrou-se na pesquisa de campo aos agricultores familiares na colônia do Apiaú, o qual, utilizou-se entrevistas gravadas, questionários e observações *in loco*. As entrevistas destinaram-se a um (01) gestor público, dois (02) técnicos agrícolas e quatro (04) agricultores familiares. Os questionários foram aplicados a vinte (20) agricultores familiares que foram beneficiados com o PRONAF. O terceiro ponto foi à utilização de dados e documentos de instituições públicas, tais como: gráficos, quadros, notícias, tabelas, gráficos e informações sobre o PRONAF direcionado a agricultura familiar obtido através da sistematização e análise das estatísticas oficiais

disponibilizadas pelos órgãos governamentais: Casa da Agricultura do Apiaú, Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, Secretaria da Agricultura Familiar - SAF, BANCO DA TERRA e outros.

A estrutura da dissertação encontra-se organizada em três capítulos com a finalidade de facilitar a compreensão dos leitores e atingir maior objetividade. O primeiro capítulo trata do processo histórico da questão agrária no país fazendo diálogos, análises e reflexões acerca da literatura agrária e de teóricos que analisam o poder do capital nas relações sociais do espaço rural. O segundo capítulo apresenta uma investigação sobre a implantação da colônia agrícola Fernando Costa expondo de forma contextualizada a história do município de Mucajaí. Por conseguinte, analisa-se o processo de criação do projeto de assentamento do Apiaú com os avanços e limitações da região. Por fim, o terceiro capítulo faz uma análise dos impactos do PRONAF aos agricultores familiares contemplados com essa política agrária no Apiaú destacando as conquistas e os desafios no espaço rural. Apresentam-se as transformações estruturais sobre a região: pavimentação, eletrificação rural, acesso as condições sociais básicas - escola e posto de saúde - acesso ao crédito do PRONAF, os investimentos dos recursos em unidade produtivas e os impactos que tais recursos promoveram na região do Apiaú.

Não obstante, no trabalho proposto desenvolvido no Apiaú foi possível averiguar que os recursos do PRONAF contribuíram para permanência dos agricultores familiares no campo, melhorar suas condições sociais básicas e oferecer oportunidade de renda e emprego. Mas, em contrapartida o que se constatou foi que os recursos também potencializam para o fortalecimento da pecuária na região e para o crescimento do trabalho assalariado no campo. Embora, as proposições postas estão sujeitas a controvérsias, principalmente quando comparado a outras localidades no país revelando que cada localidade é construída por realidades diferentes, isto significa que ainda é preciso ampliar os horizontes quando investiga o PRONAF.

Assim, esta política encontra-se atualmente protegida pelo guarda-chuva da agricultura familiar, que ainda é o mecanismo potencializador da produção agrícola.

Apesar de ser recente o uso do termo agricultura familiar em nosso país, esta categoria social caracterizada pela unidade entre trabalho, produção, geração de renda e emprego torna-se um modo de vida significativo na formação do tecido social brasileiro, principalmente no mundo rural carente de tais benefícios (WANDERLEY, 2009).

O desafio está lançado aos que desejam aprofundar sobre a inovação promovida pela expansão da política de crédito rural do PRONAF que, embora revele alguns avanços, suas ações não tem sido suficiente para promover rupturas na estrutura latifundiária do meio rural, pois na concepção de alguns autores, tal programa se distancia de sua finalidade ao não garantir bases de um novo padrão de desenvolvimento no campo brasileiro, sendo que repete no âmbito da agricultura familiar o viés concentrador, setorial e produtivista que caracteriza o padrão de desenvolvimento agrícola vigente no país pautado no modelo capitalista (SCHNEIDER, 2010). Entretanto, é inegável que abre uma porta de oportunidade aos que, historicamente foram excluídos do acesso a terra e, agora enxergam oportunidade, não somente de permanecer no campo e melhorar as condições sociais, mas acima de tudo, caminhar na superação do modelo estrutural da concentração latifundiária e do agronegócio. Espera-se que este trabalho possa contribuir aos professores, sociólogos, sindicalistas, técnicos agrícolas, gestores públicos e principalmente agricultores familiares na busca de traçar um novo desenho no conjunto de problemas que ainda persistem no campo.

1. O PROCESSO HISTÓRICO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: CAMINHOS E PERSPECTIVAS

No alvorecer do milênio discutir sobre o cenário agrário no Brasil ainda representa um desafio, não somente em detrimento da complexidade do eixo temático e das nuances políticas, sociais e econômicas que envolvem a discussão sobre a questão agrária no país, mas pela concentração de terras em poder dos latifúndios e principalmente pelas novas vertentes sobre o papel do Estado na atualidade. Neste sentido, a implantação das políticas públicas agrárias visa atender as demandas sociais no campo provocado pela mecanização rural e produção em larga escala da monocultura que beneficiam as elites agrárias através do modelo de produção capitalista.

Diante disso, o presente capítulo tem como objetivo apresentar algumas reflexões e proposições sobre o processo histórico da questão agrária no país, principalmente após o período militar quando se intensificam os movimentos ruralistas e amplia-se a organização política desses movimentos com maior participação popular. A esse respeito Stedile (2010, p. 93) expõe que “em plena transição democrática de meados da década de 80 houve a implantação do PNRA e a criação União Democrática Ruralista”. Nas afirmações do autor fica claro o limiar da democracia através das mobilizações sociais efervescentes neste período relacionados à questão agrária.

Embora as discussões acerca da questão agrária sejam históricas e que debates ocorreram antes desse período, utiliza-se como parâmetro de análise o recorte temporal da década de 1990 no Brasil e em particular na Amazônia em virtude dos acontecimentos que provocaram transformações sociais, políticas e econômicas, tais como: a abertura ao capital estrangeiro, a nova ordem econômica mundial, a desintegração do bloco socialista em nível internacional e o processo de redemocratização do país após o Regime Militar, fatores que desencadearam impactos na questão agrária e no espaço rural. Assim, toma-se como ponto de partida esse período para aprofundamento teórico e discussão sobre as implicações que essas mudanças provocaram às questões agrárias no Brasil.

Pretende-se estabelecer este recorte temporal a partir de 1990 não no sentido de limitar o trabalho, mas para não tornar superficiais as considerações diante do eixo temático compreendendo a questão agrária no Brasil, as políticas públicas implantadas

na Amazônia e no Estado de Roraima a partir desse período com suas implicações no espaço rural.

Considera-se que as mudanças sociais, políticas e econômicas revelam uma nova vertente do papel do Estado¹ para aplicação das políticas públicas agrárias as diferentes categorias dos sujeitos do campo: os trabalhadores rurais, agricultores familiares e camponeses, questões que serão conceituadas e discutidas posteriormente. Neste momento, direcionam-se as reflexões e discussões sobre políticas públicas e suas finalidades para a sociedade, tendo em vista que a Reforma Agrária é uma política pública para atender as demandas sociais. Para Buainain (2008), “aprofundar a discussão no cenário é fundamental para compreender as transformações no espaço rural no Brasil partindo do pressuposto de que a Reforma Agrária tem que ser entendida como uma política pública com responsabilidade dos atores públicos” (2008, p. 322).

Com base nas afirmações do autor, discorre-se que a Reforma Agrária é uma política pública de responsabilidade e competência do poder público, tendo em vista que o Estado, de acordo com a Constituição Federal deve garantir o bem estar de todos com ações e políticas sociais que atendam as necessidades da sociedade. Nesse sentido, apresentam-se alguns questionamentos relacionados a essa temática, tais como: o que são políticas públicas? Podemos definir políticas públicas como conjunto de ações e estratégias do Estado? Porque elas são necessárias para melhorar as condições sociais no campo, já que os problemas rurais são evidenciados de forma clara? Para maior compreensão das discussões destacam-se algumas definições sobre políticas públicas buscando base teórica para ampliação dos horizontes.

Não pretende aprofundar discussões sobre conceituação de políticas públicas, até porque conduz a outros direcionamentos que se distanciaria da problemática da questão agrária. Porém, para conceituar políticas públicas apresenta-se o teórico Howlett (2013) que traz um debate em seu livro “Política Pública: seus ciclos e subsistemas”, apresentando diferentes vertentes para esse tema, entre elas: “tudo o que o governo decide fazer ou deixar de fazer” (HOWLETT, 2013, p. 6), “um conjunto de decisões inter-relacionadas, tomadas por um ator ou grupo de atores políticos, e que

¹ Para Marx (1988), o Estado representa o poder da classe burguesa e encontra-se a serviço dela.

dizem respeito à seleção de objetivos e dos meios necessários para alcançá-los dentro de uma situação específica” (HOWLETT, 2013, p.8).

Outros autores, entre eles Teixeira (2002), conceituam políticas públicas como “diretrizes, princípios norteadores de ações do poder público, regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e o Estado” (2002, p. 2); ou ainda: “compreende-se por políticas públicas um conjunto de decisões e ações direcionadas a solução de problemas políticos e sociais entendida por atividade política os procedimentos formais e informais que traduzem as relações de poder na sociedade” (MATOS; DIAS, 2010, p. 220). Outro autor que também apresenta discussões conceituais é Demo (1994), ao afirmar que “políticas públicas são respostas organizadas pela sociedade, através do sistema público para atender as necessidades sociais da população: assistência social, saúde, educação, habitação, reforma agrária e outras, o que defino como política social” (1994, p. 32).

Embora não haja um consenso entre os autores, parte-se da premissa que políticas públicas são ações de instituições governamentais que buscam atender as necessidades básicas da sociedade civil a partir dos problemas existentes no cerne social. Compreende-se que essas ações surgem de acordo às reivindicações, demandas e exigências da própria sociedade civil que busca, através da organização social e da luta política, melhores condições de vida. É importante não confundir política de governo com política pública, enquanto a primeira refere-se a uma ação isolada de determinados governos para a sociedade, esta última encontra-se permeada nas relações de poder entre a sociedade e o Estado.

A partir desses conceitos, compreende-se que políticas públicas não são ações isoladas ou neutras, mas estratégias elaboradas de forma sistêmica e intencional do poder público para atender as reivindicações da sociedade civil organizada pela pressão e/ou mobilização popular, ou seja, as políticas públicas visam responder demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade considerados como vulneráveis. Neste sentido, essas necessidades são interpretadas pela classe dominante que são sistematizadas em ações e propostas intencionais para amenizar os problemas sociais e arrefecer as lutas e mobilizações da massa.

Quando se analisa as políticas públicas direcionadas para questão agrária, fica evidente o caráter ideológico dessas ações. Assim, Buainain (2008) entende a

Reforma Agrária como uma política pública de responsabilidade dos seus atores, da própria sociedade e do Estado, tendo em vista que seu papel é justamente organizar, planejar, aplicar projetos e ações para favorecer diferentes grupos sociais do campo. Entretanto, as mutações econômicas, sociais e políticas a partir de 1990 no cenário agrário brasileiro proporcionaram nova dinâmica social através da globalização que revela o poder e a influência do capitalismo com a política neoliberal consolidado por meio dos organismos internacionais - Fundo Monetário Internacional e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - forçando a redução da ação estatal com as políticas públicas sociais e repressão aos movimentos sociais da classe trabalhadora e camponesa. Neste viés Stedile (2011) afirma que:

A partir da década de 1990, o capitalismo entra numa nova fase em todo o mundo, agora dominado pelo capital financeiro e por grandes corporações transnacionais. Essa fase ficou conhecida como neoliberalismo, e se impôs também na economia brasileira. Esse novo estágio do capitalismo globalizado e dominado pelo capital financeiro teve enormes influências e conseqüências na organização da agricultura brasileira. A partir desse período, com a “liberdade total aos movimentos do capital”, empresas transnacionais vieram para o Brasil e passaram a controlar primeiro as agroindústrias de insumos, como fertilizantes e agrotóxicos, depois as fábricas de máquinas agrícolas e, concomitantemente as agroindústrias de alimentos nos diferentes setores. (2011, p. 27)

A partir de 1990, com as novas transformações sociais ocorridas em escala mundial com a expansão do capitalismo e o “fim do bloco socialista”, abriu-se caminho para a política neoliberal, em que o poder do Estado torna-se reduzido, agindo somente como regulador das políticas de financiamento. A esse respeito Lustosa destaca: “O Estado interventor atuava como protagonista na implementação e gestão de políticas agrárias e agrícolas, viabilizando o padrão de modernização e o tratamento da questão agrária” (2012, p.168). O diálogo dos dois autores torna evidente que de forma silenciosa o capitalismo avança e chega ao espaço rural definindo regras, normas, ideologias e valores a serviço do agronegócio e do capital.

Neste sentido, procura-se abordar o processo histórico da questão agrária para análise reflexiva a partir da ocupação, organização, lutas, conflitos, movimentos rurais e assentamentos ocorridos no campo, perante o modelo de produção, o avanço capitalista, o neoliberalismo e a política de privatização do Estado.

Portanto, trata-se de apresentar discussões sobre os descaminhos da Reforma Agrária no Brasil considerando apontamentos, reflexões e análises a partir do

processo histórico agrário, das políticas públicas agrárias direcionadas aos trabalhadores rurais, da identificação das categorias rurais e dos impactos socioeconômicos ao campo.

1.1 O PROCESSO HISTÓRICO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: ALGUMAS REFLEXÕES

Quando analisa-se as origens históricas da questão agrária no Brasil é importante frisar que o processo de ocupação de terras, desde o período colonial, foi caracterizado pelo latifúndio que se originou a partir da monocultura. Segundo Stedile, “já há um consenso de que o modo de produção adotado para organização das unidades de produção agrícola foi o da *plantation*, palavra de origem inglesa, utilizadas pelos sociólogos e historiadores para resumir o funcionamento do modelo empregado nas colônias” (2011, p.21). Embora para esse autor exista uma consonância no modelo de produção colonial, ainda há muitas divergências entre antropólogos, historiadores e sociólogos sobre a existência de um modelo de produção. Toma-se como base compreender que na gênese do processo de ocupação territorial do Brasil prevaleceu a política voltada para nobreza e elite agrária favorecendo a composição de grandes latifúndios.

Neste sentido, é notória a formação latifundiária e a herança de grandes concentrações de terras no Brasil. Conforme afirma Buainain (2008, p. 20) “consolidou-se, portanto, ainda no período colonial, não apenas a concentração fundiária, mas também a relação latifúndio-minifúndio, que marcaria tanto a estrutura fundiária como a dinâmica agrária brasileira”. As reflexões postas pelo autor revelam às origens agrárias brasileiras da formação histórica do país deixando claro o processo de formação da concentração latifundiária.

Assim, esse modelo agrário contribuiu para expansão latifundiária e ao sistema de produção para exportação com a prática da monocultura, isto é, o cultivo de um único produto utilizando a mão de obra escrava, seja indígena ou negra, característica marcante na consolidação do processo de formação social do Brasil. Esta concentração de terras nas mãos das elites proporcionou a estrutura eminentemente ruralista, ampliando o poder dos fazendeiros escravocratas, como afirma Holanda (1995):

Toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos. Se não foi a rigor uma civilização agrícola o que os portugueses instauraram no Brasil, foi, sem dúvida, uma civilização de raízes rurais. É efetivamente nas propriedades rústicas que toda a vida da colônia se concentra durante os séculos iniciais da ocupação europeia: as cidades são virtualmente, se não de fato, simples dependências delas. Com pouco exagero dizer que tal situação não se modificou essencialmente até a abolição. 1888 representa o marco divisório entre duas épocas: em nossa evolução nacional, essa data assume significado singular e incomparável. Na Monarquia eram ainda os fazendeiros escravocratas e os filhos de fazendeiros, educados nas profissões liberais, quem monopolizavam a política, elegendo-se ou fazendo eleger seus candidatos, dominando parlamentos, os ministérios, em geral todas as posições de mando. (1995, p.73),

Neste sentido, a abordagem do autor remete a reflexão sobre os problemas que emanaria com a abolição, a grande concentração de terras e o poder latifundiário. Isto é, na transição de governo institucional do Brasil Império para República, cujas características das estruturas rurais pouco mudaram, principalmente com relação a distribuição de terras, fatores importantes permaneceram sem debate consistente e efetivo por partes dos presidentes e governantes republicanos. No início da República com a expansão progressiva da lavoura cafeeira para monocultura, a política do Estado atendia apenas os interesses das elites rurais, acentuando ainda mais a exploração, a expropriação, a arbitrariedade, o mandonismo, o latifúndio, o coronelismo e a expansão das fazendas de café, fatores revelados por Ianni (2004):

A despeito da progressiva formalização das relações de produção na cafeicultura do oeste paulista, a massa de colonos, com os seus familiares, estava submetida ao mando e, muitas vezes, ao arbítrio do fazendeiro. Em suas verdades, o fazendeiro se considerava um soberano absoluto. Os colonos queixavam-se de que os seus filhos ficavam sem escola, apartados da sociedade, analfabetos, quando os pais às vezes possuíam alguns rudimentos de leitura. Também reclamavam contra as multas que os fazendeiros e os administradores lhe impunham, além de protestar contra preços abusivos cobrados pelos armazéns das fazendas. As tensões entre colonos e fazendeiros provocaram greves de colonos, incêndios e assassinatos (2004, p. 28).

Mediante as questões apontadas por Ianni (2004) sobre a realidade do modelo agrário e as relações de produção, mostra-se que o problema fundiário é histórico desde seu processo de formação na colônia até a atualidade o modelo de produção encontra-se baseado na monocultura para exportação, fato que acarretou de forma incipiente a problemática agrária: concentração fundiária, conflitos, tensões, desigualdade, exploração etc. Além disso, o autor ainda expõe outros problemas sociais

como à falta de acesso a escola e a exploração abusiva no custo de vida pelos fazendeiros.

Frente essas considerações, fica claro porque discutir a questão agrária no Brasil é complexo e abstruso. Pretende-se, além da construção analítica do processo histórico da questão agrária, investigar a gênese conceitual do problema agrário para compreender as demandas históricas sobre a disputa pela terra no Brasil. A expressão “questão agrária” parte do princípio do modelo capitalista na agricultura, isto é, busca-se conhecer a forma do capital desenvolver no espaço da agricultura revelando o acúmulo primitivo do capital através da mão de obra utilizada para apropriação desse capital em poder dos donos das terras. Assim, definimos a questão agrária de forma contextual partindo da premissa dos autores Ianni (2004), Stedile (2011), Prado Júnior (2000) e suas definições críticas do ponto em análise.

Inicia-se com as explanações de Ianni (2004) sobre a questão agrária sendo que, segundo ele, esta não se dissocia do processo histórico colonial que é eminentemente rural até a redemocratização do país quando se apresenta como sociedade urbana. Esses momentos e acontecimentos históricos delinearão as vertentes do Estado para a política agrária do país em apoio ao capital, ou seja, para o autor historicamente a agricultura permaneceu atrelada aos interesses burgueses, ambos encontram-se indissociáveis - o campo e o capital. A questão agrária desvenda-se estritamente subordinada ao capital:

Pode-se se dizer que o poder público tem sido levado a tomar decisões, criar órgãos, desenvolver políticas que influenciam bastante a agricultura, segundo os interesses da indústria, comércio e banco. A agricultura se desenvolve e se transforma segundo interesses do capital centrado na indústria nacional e estrangeira. Ao longo da história, o campo é subordinado a cidade em escala crescente. Há mesmo uma industrialização do campo, seja em termos estritamente econômicos, seja em termos sociais e culturais. No campo, o capitalismo se desenvolve de forma extensa e intensa, conquistando e reconquistando fronteiras. E essa dominação que garante a influência da questão agrária no Estado (IANNI, 2004, p. 242).

A partir das proposições apresentadas pelo autor, conceituar a questão agrária é perceber que se encontra relacionada às demandas capitalistas, onde o Estado promove ou desenvolve políticas para agricultura a partir dos interesses do grande capital. Ainda na visão de Ianni (2004) o capital expande suas fronteiras além do espaço urbano chegando ao campo, impondo a lógica do modelo econômico capitalista. Assim,

a estrutura agrária se consolida no viés capitalista através da força de trabalho, relações de produção e concentração de capital.

Outro autor que apresento é Stedile (2011), que traz uma discussão de luta política e ruptura desse modelo vigente da questão agrária. De acordo com o autor, “a verbete agrário é originário da palavra grega *agros*, que significa terra, apresenta-se, no sentido da terra cultivável originando então o termo agricultura” (STEDILE, 2011, p. 12). Ainda neste parâmetro, afirma categoricamente que a questão agrária apresenta natureza diferente em seus momentos históricos de acordo com os atores sociais envolvidos no processo, isto é, possui natureza e características diferentes, porém é preciso analisar o momento em que o problema da terra apareceu no país, os sujeitos envolvidos, como produzem seu sustento e como se organizam para ruptura desse modelo existente. Assim, Stedile (2011) define a questão agrária:

O conceito “questão agrária” evoluiu no seu significado, ultrapassando sua origem clássica. Hoje, pode-se dizer que a questão agrária é uma área do conhecimento científico que procura estudar, de forma genérica, como cada sociedade organiza o uso, a posse e a propriedade da terra ao longo da história. Também estuda como as sociedades se organizam ao longo do tempo e de que forma produzem seus bens originários da natureza, em especial seus alimentos e a produção agrícola, para atender as suas necessidades. No entanto, na literatura da economia política, em geral, ainda se encontra o conceito “questão agrária” apenas como sinônimo de existência de um problema agrário na sociedade. Segundo os estudiosos clássicos, no modo de produção capitalista, em sua fase dominada pelo capitalismo industrial, esse problema é a concentração da propriedade da terra (2011, p.12).

As considerações construídas por Stedile (2011) sobre a questão agrária deixam claras a complexidade do eixo temático e as características específicas que as envolvem, tais como: o uso da terra, o modelo de produção, a concentração fundiária, as relações de poder, os diferentes sujeitos envolvidos, a influência do capital etc. Assim, na concepção do autor a questão agrária não simboliza apenas a concentração fundiária, mas a dinâmica dos diferentes sujeitos e movimentos sociais do campo, como se comportaram e se organizaram diante do problema agrário.

A questão agrária está relacionada ao mercado capitalista em que o modelo de produção e suas relações de forças produtivas revelam o antagonismo das classes sociais, apresentando suas raízes de forma dialética, pois para Prado Júnior (2000) há uma contradição revelada:

Para nos orientar, e não perder o rumo, começaremos por lembrar a consideração feita no início do presente trabalho: acima de 30 milhões de brasileiros, ou seja mais de metade da população do país, dependem necessariamente para seu sustento – uma vez que não lhes é dada outra alternativa, nem isso é possível nas atuais condições do país - da utilização da terra. Doutro lado, por força da grande concentração da propriedade brasileira, bem como das demais circunstâncias que derivam de tal concentração, a utilização da terra se faz, predominantemente em benefício de uma reduzida minoria. (2000, p. 81)

Percebe-se que para Prado Júnior (2000) há uma relação de forças adversas no campo relacionado ao modo de produção desvendado pelo capitalismo. Esses fatores revelam a discrepância da questão agrária, onde existem reduzidos grupos de latifundiários que monopolizam o uso da terra através do modelo de produção, do arrendamento e da exploração da força de trabalho, enquanto a massa trabalhadora que dependem da terra para sobrevivência fica a mercê das condições oferecida pela estrutura agrária existente.

Diante da exposição conceitual da questão agrária a partir de diferentes concepções direciona as discussões para o viés histórico da origem do processo agrário brasileiro destacando-se o eixo central, ou seja, a questão agrária está atrelada ao modelo econômico e a serviço do capital. Contudo, compreende-se que estas questões apresentadas estão inerentemente ligadas à questão agrária, sejam elas sociais, políticas, econômicas, pois envolvem os diferentes atores sociais em conflitos rurais, mobilizações, lutas e disputa pela terra no cenário nacional.

Como prevaleceu no período colonial o domínio e controle das terras pelas elites agrárias através do monopólio agrícola, esses fatores se acentuaram com a Lei de Terras de 1850, impedindo a massa trabalhadora e escrava se apropriarem de lotes de terras, beneficiando apenas aqueles que já adquiriram terras. Para Podeleski (2009):

[A] Lei de Terras, como ficou conhecida a lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, foi a primeira iniciativa no sentido de organizar a propriedade privada no Brasil. Até então, não havia nenhum documento que regulamentasse a posse de terras e com as modificações sociais e econômicas pelas quais passava o país, o governo se viu pressionado a organizar esta questão. Em 18 de Setembro de 1850 é sancionada a Lei de Terras sobre terras devolutas, sesmarias, posses e colonização, no Brasil Império. Assim, sob a tutela jurídica, a lei de Terras tenta se reproduzir na sociedade do Brasil Império. Uma sociedade bastante fragmentada e com dificuldades de ligação entre a corte, que buscava a centralização do poder, e as províncias que, com suas particularidades lutam por certa autonomia (2009, p. 51).

Neste sentido, a lei legitimou e garantiu a posse das terras dos latifundiários e acentuou ainda mais a concentração agrária, tornando-a mais inacessível aos que não possuíam terras. No início da República prevaleceu a ruralização e a concentração latifundiária no campo através do poder dos coronéis nos aspectos políticos, sociais e econômicos. A partir de 1930, com a crise do modelo agrário exportador e a expansão da classe burguesa no Brasil através do surto industrial, expressou-se ainda mais a desigualdade social, pois proporcionou a expulsão de milhares de camponeses da zona rural para os centros urbanos incentivados pelo avanço da indústria e pela oferta de mão de obra barata e do trabalho assalariado. Essa corrente migratória do espaço rural aos centros urbanos, ainda em ebulição, foi responsável pela formação dos bolsões de miséria e pobreza nas cidades que estavam em ascensão, tendo como fator preponderante o aumento considerável da desigualdade social nas cidades que se formavam.

As discussões mais consistentes sobre a questão agrária e os movimentos camponeses ocorreram a partir de 1950 quando se intensificam as organizações e lutas pela terra, através da criação da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, conhecida como Estatuto da Terra², dos movimentos das Ligas Camponesas e das Reformas de Bases do governo de João Goulart, fatores que provocaram clima de instabilidade política, ruptura do modelo democrático e posteriormente o Golpe Militar em 1964, selando definitivamente os resquícios da democracia que ainda pairavam na sociedade. Assim, apresenta-se uma cronologia expondo o processo de organização dos movimentos rurais no Brasil e as mudanças ocorridas no cenário rural, conforme mostra o Quadro 01:

² O Estatuto da Terra foi à primeira Lei de Reforma Agrária no Brasil.(STEDILE, 2005, p.119)

Quadro 01 – Organização dos movimentos rurais no Brasil de 1945 a 1979

ORGANIZAÇÃO CAMPONESA DE 1945 a 1979	
Período	Resumo sobre os principais movimentos camponeses no Brasil
1953 – 1964	Surgimento e atuação da União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas - ULTAB
1954	Surgimento dos primeiros sindicatos de assalariados rurais.
1954 - 1964	Ressurgimentos das Ligas Camponesas e expansão para Pernambuco e demais estados; luta por uma Reforma Agrária
1958 – 1963	Surgimento e atuação do Movimento dos Agricultores Sem Terra – MASTER/RS
1962 – 1964	Organização de um movimento pastoral da Igreja Católica para combater o comunismo
1963	Fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Sindicatos dos Trabalhadores rurais.
1964	Intensificação da repressão aos movimentos camponeses com o golpe militar. As ligas Camponesas ficam na ilegalidade. Intensificação das Ligas Camponesas.
1971	Criação do FUNRURAL, serviço de previdência rural e utiliza os sindicatos em órgãos assistencialistas.
1975 -1979	Retomada das lutas pela terra em diversos estados.

Fonte: Stedile, 2011.

As fermentações políticas e sociais ocorridas em meados de 1950, em parte impulsionadas pela expansão do capital, provocaram um cenário de instabilidade política através dos crescentes movimentos sociais em prol de melhores condições de vida, tais como: saúde, educação, salários, trabalho etc. Neste âmbito, os movimentos rurais tornaram-se mais evidentes. Conforme revelou o Quadro 01, surgiram diferentes organizações, sindicatos, ligas, associações e movimentos que fortaleceram a luta no campo na busca da Reforma Agrária. De acordo com Prado Júnior (2000), a legislação para os trabalhadores rurais não se efetivou de forma consistente, pois os benefícios assegurados não se concretizaram:

Procurarei apenas destacar o fundamental, a fim de mostrar como falhou o legislador que não levou em conta, em boa parte dos casos, as diferenças profundas que existem nas relações de trabalho no campo brasileiro, quando comparadas com a indústria e o comércio. O legislador se limitou em regra, e com poucas exceções, a transpor para o trabalhador rural as disposições legais que já fazem parte de nossa legislação trabalhista e foram traçadas com vistas ao trabalhador urbano. O que tornará difícil a aplicação delas a muitas situações ocorrentes no campo, e abre perspectivas para fraude e não aplicação da lei (2000, p. 143-144).

Diante da análise de Prado Júnior, compreende-se que as políticas legislativas direcionadas ao trabalhador rural ficavam atrelada ao espaço urbano, que neste contexto, apresentava-se em expansão. Essas mudanças acentuaram os confrontos entre os atores sociais envolvidos – Estado, latifúndios, trabalhadores e camponeses –

levando o governo a criar políticas públicas paliativas para canalizar as tensões e os conflitos no campo, criando alternativas de ocupação, entre elas para a região da Amazônia durante o governo dos militares.

Partindo desses pressupostos, uma das políticas agrárias de 1964, discutidas durante o governo de João Goulart (1961-1964) em meio às transformações políticas que ocorriam no país, destaca-se o Estatuto da Terra, logo depois aprovado durante o governo militar que tinha a finalidade de estabelecer metas que eram basicamente centradas em duas vertentes: a execução de uma Reforma Agrária e o desenvolvimento da agricultura. Enquanto a primeira estava voltada para atender aos trabalhadores sem terras, a segunda direcionava ao desenvolvimento capitalista ou empresarial da agricultura. Sendo que em seus Artigos ficam claros essas duas vertentes:

Art. 1º – Esta lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

§ 1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

§ 2º Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providência de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir o pleno emprego, seja no de harmonizá-las como o processo de industrialização do país.

Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta lei.

§ 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- a) Favorece o bem estar dos proprietários e dos trabalhadores rurais que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b) Mantém níveis satisfatórios de produtividade;

§ 2º É dever do Poder Público:

- a) Promover e criar as condições de acesso do trabalhador rural à propriedade da terra economicamente útil, de preferência nas regiões onde habita, ou quando as circunstâncias regionais, o aconselham em zonas previamente ajustadas na forma do disposto na regulamentação desta lei; (ESTATUTO DA TERRA, 1964, p.01-02).

Observa-se, com base na redação dos artigos sobre o Estatuto da Terra, que ficou evidente o poder ideológico apresentado nas duas vertentes: por um lado propõe uma política que atenda as necessidades dos trabalhadores rurais com assistência do poder público, por outro incentiva a política econômica da agropecuária e harmonização ao processo de industrialização do país. Essa contradição exposta acentuaria discussões sobre políticas agrárias e nasceria uma proposta para implantação da Reforma Agrária no campo pressionado pelos movimentos sociais. No descortinar da “nova república”

emerge a implantação do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, apresentado novas possibilidades, entretanto as instituições Sociedade Nacional da Agricultura – SNA, a União Democrática Ruralista – UDR e Sociedade Rural Brasileira - SRB³ teceram muitas críticas ao Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, pois atenderia ao modelo econômico vigente, neste caso, ao agronegócio e aos latifundiários. Embora, as instituições SNA, UDR e SRB apresentem interesses diferentes ao espaço rural apontaram críticas ao PNRA, a esse respeito à afirmação destaca que “na conjuntura de lançamento do 1º PNRA, se procederam críticas e propostas da SNA e SRB” (STEDILE, 2011, p.95). Logo, esses movimentos defendiam que era preciso reconhecimento da função social da propriedade rural e do pequeno produtor, ou seja, as organizações ruralistas sinalizavam para uma alternativa de Reforma Agrária no país precedida de assistência ao pequeno produtor rural que valorizasse a produção agrícola da pequena propriedade.

Essa necessidade de implantação do PNRA em meio às fermentações políticas precisa ser refletida e analisada de forma categórica e contextual. Primeiro porque a partir de 1985, em meio às agitações políticas na transição do Regime Militar para o governo democrático provocaram mobilizações políticas, em que milhares de pessoas manifestaram nas ruas reivindicando o direito de liberdade política e de participação na escolha do presidente através do movimento popular “Diretas Já”. Essas transformações democráticas incitaram movimentos do campo em prol da política agrária que atendessem as populações rurais.

³ A Sociedade Rural Brasileira – SRB é uma entidade de caráter associativista representativa da classe rural, fundada no dia 19 de maio de 1919, na cidade de São Paulo, completou em 2014, 95 anos trabalhando como agente negociador político do agronegócio frente aos públicos estratégicos do setor, atua como pólo disseminador de conhecimento e funciona como centro de serviços e gerador de oportunidades e negócios para a cadeia produtiva rural.

A União Democrática Ruralista - UDR é uma entidade associativa brasileira que reúne proprietários rurais e tem como objetivo declarado a preservação do direito de propriedade e a manutenção da ordem e respeito às leis do país.

A Sociedade Nacional da Agricultura - SNA foi fundada no Rio de Janeiro, Brasil, em janeiro de 1897, como instituição privada, de fins não lucrativos, com a finalidade de congrega interessados na prática da agricultura, encorajando-os em suas atividades, fomentando estudos e difundindo conhecimentos fundamentais de política, técnicas e divulgação. Desde então passou a ser, por congênita determinação, ponto de convergência de debates para encarar os desafios da agricultura e seu relacionamento com o meio ambiente e a comunidade. <http://sna.agr.br>. <http://www.udr.org.br/>. <http://www.srb.org.br>. Acesso em 10 de fevereiro de 2015.

O pivô dessas movimentações foi o fracasso do Estatuto da Terra, que não atendia aos interesses das diferentes categorias rurais emergindo diferentes organizações e mobilizações que lutavam por melhores condições sociais no campo. O governo Sarney (1985-1990) enxergou nesses movimentos a oportunidade de conter as ebulições provocadas pelo clima da democracia através da política de Reforma Agrária no momento de instabilidade social. O contexto político do país era instável, pois para Mendonça:

A dinâmica interna da abertura apontava já para seus próprios limites. As eleições estaduais de 1982 representaram a vitória das oposições, consistindo num marco da extinção do projeto do militares ligados aos órgãos de informação. Inaugurava-se, aí, o que alguns autores chamam de “diarquia brasileira” referida a coexistência de dois fulcros de poder, ambos incapazes de impor seu projeto. (2010, p. 90)

Assim, a partir dessas fermentações no cenário político, foi organizado o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, em um período bastante conturbado em virtude da transição política que o país atravessava. O resultado foi o lançamento do PNRA aprovado em outubro de 1985 com a meta de assentar 1,4 milhões de famílias⁴. O governo Sarney (1985-1990) visava atender as demandas rurais mais urgentes permitindo o assentamento de trabalhadores rurais sem terras e reduzindo os conflitos agrários, principalmente no estado do Pará, tendo em vista que os movimentos rurais tornavam-se mais evidentes e organizados na luta pela democratização das terras, através do Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais promovido pela CONTAG em 1984.

Esses acontecimentos lograram êxito para a proposta do PNRA, sendo aprovado pelo decreto 71.966 de 10 de outubro de 1985, que estabelece em seus artigos:

Art. 1º. Fica aprovado o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, apresentado pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário - MIRAD, para o período 1985/1989, abrangendo 01(hum) milhão e 400.000 (quatrocentas mil) famílias beneficiárias, nos termos do anexo que é parte integrante do presente Decreto. Art. 2º. O Plano Nacional de Reforma Agrária a que se refere o artigo anterior será executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, autarquia especial, vinculada ao MIRAD, em Áreas Regionais Prioritárias, mediante Planos

⁴ De acordo Feliciano (2006, p. 40) a meta do I PNRA era de assentar no quadriênio 1985/1989 1,4 milhões de famílias, sendo que as áreas para o assentamento seriam definidas em duas etapas. A primeira, determina o número de famílias beneficiadas e a área necessária e a segunda define a especificação das zonas geográficas para os assentamentos.

Regionais de Reforma Agrária e respectivos Projetos de execução, nos termos do que estabelecem os Arts. 35 e 36 do Estatuto da Terra. (PNRA, 1985, p. 2)

Se, por um lado, o país avançava para uma participação democrática através da expressão popular nas decisões políticas e pela aprovação do PNRA, por outro acirravam as tensões e conflitos entre aqueles segmentos que aceitavam a proposta, tais como os movimentos dos trabalhadores rurais e aqueles que polarizavam, os industriais e latifundiários (MENDONÇA, 2010). Assim, se o PNRA pretendia em sua plenitude atender questões fundamentais, tais como colonização, regularização fundiária e assentamento de aproximadamente dez e meio milhões de trabalhadores rurais sem terras, promovendo a melhoria das condições de vida no campo, os resultados não foram significativos acirrando as tensões entre os latifundiários e pecuaristas. Na prática o I PNRA foi um fracasso, as metas estabelecidas não se efetivaram porque houve redução do papel dos trabalhadores rurais, influência partidária e a não desapropriação dos latifúndios (FELICIANO, 2005, p. 42). Assim, os resultados foram pífios em detrimento do quantitativo de famílias assentadas durante o governo Sarney que não atingiu 10% da proposta do plano de Reforma Agrária.

Nesta conjuntura histórica as tensões se acirravam, principalmente com o avanço do capitalismo através do discurso da modernização do campo e das políticas do neoliberalismo, questões que serão discutidas posteriormente. Apresenta-se no Quadro 02 o processo histórico dos movimentos rurais no Brasil a partir de 1980:

Quadro 02 – Organização dos movimentos rurais no Brasil de 1984 a 2010

ORGANIZAÇÃO CAMPONESA DE 1984 a 2010	
Período	Resumo sobre os principais movimentos rurais no Brasil
1984	Fundação do Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra (MST) no Paraná e em outro dezesseis estados.
1990 – 1998	Surgimento diversos movimentos autônomos, como: Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Movimentos Nacional dos Pescadores (MONAPE) Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) Movimentos dos Pequenos Agricultores (MPA) e outros.
2000 – 2003	Surgimentos da Via Campesina, nível internacional e no Brasil, articulação com os movimentos sociais do campo para implantação da agricultura popular. Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF).
2004 – 2010	O governo Lula não apresenta projeto de reforma agrária. Não atendeu as necessidades de: índice de produtividades, assentamentos de famílias acampadas, construção de escolas nos assentamentos, assistência técnicas aos assentamentos e endividamentos das famílias. A presidente Dilma colocou como meta de governo acabar com a pobreza no Brasil o que inclui a democratização da terra e o acesso a 4 milhões de famílias pobres no campo.

Fonte: Stedile (2011).

O cenário mostra a ascensão dos movimentos sociais no campo através da organização política e das necessidades básicas iminentes diante do fracasso das políticas agrárias implantadas – Estatuto de Terras (1964) e o I PNRA (1985); os resultados insatisfatórios fazem insurgir a mobilização camponesa em todo o país. De fato, não representaram os anseios, os direitos dos trabalhadores e a diminuição das desigualdades sociais no campo, apenas atenuaram os conflitos e as discussões sobre o processo de implantação da Reforma Agrária.

Neste cenário, a Amazônia passa a ser almejada pelo Estado com estratégia política, iniciada no Regime Militar com o ufanismo do desenvolvimento e continuada com o período de redemocratização do país através das novas políticas implantadas pelo discurso desenvolvimentista, progresso e modernização da agricultura do país.

A Amazônia durante o militarismo brasileiro passa a ser vítima de exploração, expropriação e expansão econômica através dos incentivos fiscais e do discurso de distribuição de terras para trabalhadores do campo. Nesse sentido, para compreender esse processo de ocupação em sentido amplo é preciso destacar a luta de interesses econômicos do grande capital estrangeiro na região. Assim, de acordo com Becker (1990) as políticas públicas na Amazônia apresentam duas vertentes fundamentais que precisam ser analisadas criteriosamente quando se discute sobre ocupação, grandes projetos e assentamentos, pois para a autora ocorreram duas frentes: de um lado a implantação de colônias agrícolas para os trabalhadores rurais sem terras e de outro, a implantação de grandes projetos industriais e agropecuários. Com isso fica claro perceber as tensões e os conflitos na região Norte entre latifundiários e trabalhadores rurais, em que revela a exploração e a expropriação dos recursos da Amazônia utilizando a força de trabalho dos diferentes sujeitos do campo para atender os interesses do capital estrangeiro.

Neste sentido, a ocupação da Amazônia é promovida pelo órgão responsável pela colonização, isto é, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – que estabelece ações e políticas dos projetos de colonização no país. Com base em Oliveira (1993) apresentam-se os principais projetos de colonização, assim chamados:

PROJETO INTEGRADO DE COLONIZAÇÃO – PIC – quando o INCRA assume a responsabilidade da organização territorial, da implantação e a titulação dos beneficiários, bem como promove, geralmente de forma indireta, a assistência técnica, o ensino, a saúde e a previdência social, a habitação rural, o armazenamento e a comercialização da produção;

PROJETO DE ASSENTAMENTO DIRIGIDO – PAD – quando o INCRA assume a responsabilidade da organização territorial, implantação da estrutura física, seleção e assentamento dos beneficiários. Os parceiros desses projetos devem possuir conhecimento agrícola para uma exploração específica e dispor de recursos financeiros e experiências na obtenção de crédito bancário.

PROJETO DE ASSENTAMENTO/PROJETO DE COLONIZAÇÃO – PA/PC – Obedece á mesma metodologia dos projetos Integrados de colonização. Procuram agilizar suas várias fases de desenvolvimentos, utilizando uma infraestrutura já existente, de modo a propiciar uma rápida integração na região onde se localizam e permitir a emancipação do projeto a curto prazo.

PROJETO DE ASSENTAMENTO RÁPIDO – PAR – Quando o INCRA assume somente a responsabilidade de demarcação e titulação das parcelas. Essa ação geralmente é programada visando a eliminar rapidamente os focos de tensão social e deve ser implantado em áreas que já dispõem de um mínimo de infraestrutura.

PROJETO DE AÇÃO CONJUNTA – PAC – É o resultado de uma ação conjunta entre o INCRA e uma cooperativa. Cabe ao INCRA a responsabilidade de implantação da infraestrutura física e a titulação dos parceiros. A cooperativa assume a administração e a manutenção do projeto, bem como promove assistência socioeconômica aos beneficiários.

PROJETO ESPECIAL DE COLONIZAÇÃO/ PROJETO ESPECIAL DE ASSENTAMENTO – PEC/PEA – São semelhantes ao Projeto Integrado de colonização quanto ao seu desenvolvimento, diferindo, apenas, no que se refere a urgência de sua criação. São geralmente destinados a atender populações a serem removidas compulsoriamente por atos do governo.

NUCLEO DE COLONIZAÇÃO – NC – terminologia anteriormente utilizada para indicar a unidade básica que se caracteriza por um conjunto de parcelas integradas por uma sede administrativa e serviços técnicos comunitários (1983, p. 93-94).

Diante das definições abordadas pelo autor fica claro que os diferentes projetos implantados pelo INCRA desencadearam questões importantes no que se refere ao processo de ocupação e suas consequências na Amazônia, pois a política de colonização desenvolvida pelo governo militar através dos projetos de assentamentos representou para a Amazônia um verdadeiro saque dos recursos naturais e uma violência para as populações que viviam em suas regiões através dos projetos agropecuários financiados pelo Estado, como destacou Oliveira (1993).

Neste sentido, compreende-se que a realidade dos trabalhadores do campo na Amazônia encontrava-se precária, pois não houve assistência, apoio, condições sociais básicas e pequenos financiamentos para incentivar a permanência desses trabalhadores na terra, fatores estes que contribuíram para marginalização e proliferação

de grandes conflitos que permanecem crescentes até meados de 2010, destacado no Quadro 03:

Quadro 03 – Evolução dos conflitos de terras no Brasil – 2000-2009

-----	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Ocorrência de conflitos	174	366	495	659	752	777	761	615	459	528
Ocupações	390	194	184	391	496	437	384	364	252	290
Acampamentos	--	65	64	285	150	90	67	48	40	36
Total de Conflitos	564	625	743	1335	1398	1304	1212	1027	751	854
Assassinatos	20	29	43	71	37	38	35	25	27	24

Fonte: Setor de Documentação da Secretaria Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Agosto/2009.

Diante dos dados apresentado pela Comissão Pastoral da Terra - CPT verifica-se que o crescimento dos conflitos de terras são resultados das contradições das políticas públicas agrícolas implantadas que caminham de encontro as necessidades das diferentes categorias rurais e apoiam os latifundiários e ao capital gerando uma grande massa rural a mercê das ações estatais que atendam seus reais interesses. Neste sentido Stedile (2011) afirma que:

Os conflitos sociais no campo tendem a aumentar como consequência natural da enorme contradição que existe em nosso país: de um lado, vastas extensões de terras inaproveitadas e apropriadas por latifúndios; de outro, enormes contingentes populacionais de trabalhadores que sabem e podem trabalhar a terra, mas são impedidos de fazê-lo. (2011, p. 63)

Assim, o cenário da questão agrária na Amazônia perpassa pelas estratégias de ocupação e políticas de desenvolvimento agrário que sempre estiveram atreladas ao poder do capital e a serviço do latifúndio, resultando consequências devastadoras para o espaço amazônico, tais como a exploração dos seus recursos naturais, a formação de grandes latifúndios, implantação de empresas e a explosão de conflitos de terras em quase todos os estados da Região Norte.

Mediante as transformações sociais e políticas da conjuntura histórica da Reforma Agrária no Brasil apresenta-se o problema a partir das políticas públicas agrárias desenvolvidas nos últimos anos que estiveram atrelados aos interesses das elites agrárias e do agronegócio, tais como: o Estatuto da Terra, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - IBRA⁵, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola – INDA e

⁵ De acordo com Feliciano (2006) durante o Regime Militar foram criados vários órgãos para atender a questão agrária no país, entre eles destacam-se o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA, ligado

o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA. Essas políticas agrárias conduziram para organização de militâncias camponesas iniciarem reivindicações em prol da questão agrária, nos quais destacam propostas de Reforma Agrária das diferentes organizações, tais como: Partido Comunista Brasileiro – PCB, Confederação Nacional da Agricultura – CNA, Sociedade Rural Brasileira, Organização das Cooperativas Brasileiras, União Democrática Ruralista e Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG. Embora se compreenda que há divergências nos seus ideais, para as instituições sociais as políticas públicas representavam mudanças superficiais e insuficientes para ruptura da estrutura agrária, e que o modelo visava atender o agronegócio e os interesses burgueses. Portanto, o próprio PNRA apresentava duas vertentes, a do governo e a dos movimentos sociais, fatores que gerariam tensões e conflitos.

Não se trata aqui de travar um embate sobre o PNRA e suas finalidades, mas perceber que as políticas agrárias estiveram atreladas aos interesses capitalistas. Para corroborar com essas ideias Mendonça (2010, p. 93) destaca que: “a proposta seria generalizada, envolvendo não apenas latifúndios ou agroindustriais, mas setores liberais (...) o movimento dos trabalhadores rurais vinha crescendo acirrando as tensões entre aqueles segmentos que polarizavam o princípio da Reforma Agrária”. Neste sentido, Prado Júnior (2000) também concorda com essa concepção ao legitimar que a grande exploração capitalista é extensa e que se configura no centro das atividades rurais brasileiras acentuando o dualismo rural, pois:

A distinção exprime a diferenciação de classes em que se divide a população rural: de uma parte os grandes proprietários interessados unicamente no produto principal que constitui o seu negócio, e organizado em função dele o empreendimento que dirigem (...) de outra parte está a população trabalhadora, que naquela estrutura não participa senão na qualidade de fornecedora ou potencial de mão-de-obra (2000, p. 50).

Partindo das considerações postas pelos autores percebe-se que no advento da democracia as tensões acirravam entre aqueles que defendiam uma proposta de Reforma Agrária voltada para a categoria dos trabalhadores rurais e aqueles que defendiam o latifúndio para o agronegócio. Assim, levantam-se questionamentos acerca

as questões de Reforma Agrária e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola- INDA, direcionado as políticas agrícolas para o desenvolvimento rural. Entretanto, em 1970, com o Decreto-lei 1.100/70 o IBRA e o INDA foram extintos, sendo substituído pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA, ligado ao Ministério da Agricultura (FELICIANO, 2006, p. 36-37)

da questão agrária no Brasil, tais como: As políticas públicas desenvolvidas ao longo da história agrária resolveram os problemas de conflitos, distribuição de terras, produção agrícola e condições de vida aos trabalhadores rurais? Houve uma Reforma Agrária no Brasil? Que mudanças estruturais essas políticas trouxeram para o campo? O fracasso dessas políticas fortaleceu as organizações políticas no campo? Afinal, quais foram às transformações efetivas ocorridas com as políticas agrárias?

Apontar uma linha de investigação que possa responder a esses questionamentos não será o objetivo dessa discussão, mas ampliar reflexões e discussões diante da problemática agrária no país, categorias rurais – agricultores familiares e camponeses – e impactos provocados aos sujeitos que vivem desassistidos no campo sem o apoio do Estado, sem condições de trabalho e sem os serviços sociais básicos. Esse cenário histórico da questão agrária no país tem revelado resistência e luta dos trabalhadores do campo na busca do seu espaço para produção agrícola e garantia de melhores condições sociais. Fica claro nas organizações políticas construídas historicamente as diferenças de seus ideais no campo – CONTAG, MST, FETRAF e outros. A elaboração do PNRA embora represente avanços significativos no espaço rural, ainda permanecem as mazelas sociais do campo, sendo evidente a desigualdade social, a falta de assistência e apoio ao agricultor familiar, as condições de vida da população rural e acesso a saúde e educação. Essa realidade revela a concentração fundiária no país e o fantasma da democratização da terra no Brasil contribuindo para o *status quo* no campo.

1.2 REFORMA AGRÁRIA: O FANTASMA DA DEMOCRATIZAÇÃO DA TERRA NO BRASIL

Diante das questões abordadas sobre o cenário agrário no país é fácil compreender os fatores que conduziram para ampliação das desigualdades sociais no campo, onde a maioria das políticas desenvolvidas pelo Estado tem atendido e favorecido aos latifundiários e ao agronegócio, enquanto a massa camponesa tem ficado as margens da sociedade e a mercê de políticas paliativas que apenas acentuam os problemas rurais.

Nesse sentido, os dados estatísticos revelam que a desigualdade social no campo ainda perpetua no Brasil. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE⁶, cerca de 45% das áreas de terras cultiváveis do país pertencem a 1% dos grandes latifundiários, enquanto 20% dessas terras pertencem a 89% dos pequenos proprietários. Nos últimos 10 anos o Brasil obteve maior investimento na Reforma Agrária⁷ de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. No entanto, permanece atrasado e desigual, principalmente no que diz respeito garantir liberdade, igualdade e democratização da terra para todos.

Ainda corroborando com os dados censitários, Stedile (2011) afirma que o Brasil era o segundo país do mundo de maior grau de concentração de terra, conforme o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Esses dados revelam o teor da desigualdade social no Brasil e a alta taxa de concentração de terras. Para ratificar essa definição apresenta no Quadro 04 a concentração fundiária no país que pouco diminuiu com as políticas públicas desenvolvidas no campo:

Quadro 04 - Área dos estabelecimentos rurais segundo o estrato de área.

Estrato de área	Áreas dos estabelecimentos rurais (ha = hectares)		
	1985	1995	2006
Total	374.924.421	353.611.246	329.941.393
Menos de 10 há	9.986.637	7.882.194	7.798.607
De 10 ha a menos de 100 há	69.565.161	62.693.585	62.983.091
De 100 ha a menos de 1000 há	131.432.667	123.541.517	112.696.478
1000 ha a mais	163.940.667	159.493.949	146.553.218

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 2006. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.

Nesta ótica exposta no Quadro acima, percebe-se que ao longo dos 20 anos a concentração fundiária permaneceu clara e evidente conforme os dados estatísticos, onde a pequena propriedade de imóvel rural apresenta quantitativo de áreas rurais significativamente menores. Assim, diante desses resultados que historicamente permanece a concentração fundiária, apresentam-se alguns questionamentos, tais como: Por que a desigualdade social no campo ainda é um desafio para políticas de Reforma Agrária no Brasil? Que avanços foram conquistados pelos movimentos sociais do campo através da organização social e política dos sujeitos que vivem no espaço rural?

⁶ Censo Agropecuário – IBGE, 2006.

⁷ De acordo o Ministério do Desenvolvimento Agrário Brasileiro o país investiu cerca de R\$ 916 milhões/anos em 1996 e essa cifra subiu em 2006 para R\$ 2.612 milhões/ano. Fonte: CGPMA/SRA.

Afinal, como garantir políticas públicas que, de fato, atendam as necessidades dos trabalhadores rurais e promova a democratização do acesso a terra?

O propósito aqui não é apresentar respostas definitivas e acabadas a tais perguntas, mas apresentar uma discussão teórica e histórica pautada em autores como: Prado Júnior (2000), Ianni (2004), Buainain (2008), Oliveira (1993) e Becker (2003). Entretanto, a problemática do campo revela a necessidade de conhecer os entraves existentes na política agrária, onde prevalece política de favores, mandonismo local, interesses dos latifundiários, empresas do agronegócio e o capital, questões que definem normas e regras da política agrária direcionada as elites rurais.

Os problemas relacionados ao campo indicam que a Reforma Agrária tem sido um desafio em detrimento do poder dos latifundiários que possuem influência política. Isto é, os governantes utilizaram o poder ideológico⁸ do Estado com a finalidade de colonizar e povoar terras, seja na Região Centro-Oeste ou na Amazônia através da propaganda de que existiam terras não povoadas e precisavam ser ocupadas por trabalhadores rurais para produção agrícola. Nesse viés, Magalhães (2008) ratifica que: “a Amazônia passou por transformações à luz da geopolítica dos governos militares, principalmente sob a égide da integração nacional e a ocupação do vazio demográfico que transforma o espaço natural em espaço socioeconômico incorporando a comunidade nacional” (MAGALHÃES, 2008, p.72). Nesse direcionamento, a propaganda do governo em potencial desmobiliza as organizações camponesas e força a migração para essas áreas, particularmente para Amazônia.

A esse respeito, Stedile (2011) destaca:

A primeira vista, o número de assentamentos e famílias assentadas nos últimos trinta anos impressionam. No entanto, um olhar mais aguçado vai perceber que a grande maioria das terras disponíveis foi distribuída na região Amazônica. Somando-se aos estados da região Norte mais o estado do Mato Grosso, tem-se 82% de todas as terras distribuídas. Ou seja, trata-se de projetos de colonização em terras públicas, o que é um pouco diferente de reforma agrária. Reforma Agrária é quando o governo desapropria latifúndios improdutivos e distribui aos sem-terra (2011, p. 69-71).

Com a oferta das distribuições de terras nessas regiões intensifica-se a saída de trabalhadores rurais das regiões mais pobres do Brasil. Diante disso, as correntes

⁸ Para Chauí (2001) ideologia é um ideário histórico, social e político que oculta a realidade e esse ocultamento é uma forma de assegurar e manter a exploração econômica, a desigualdade e a dominação política.

migratórias⁹, em particular do Nordeste, abandonam seus lares e vem atrás do sonho de garantir a posse da propriedade rural e estabilidade econômica através da pequena produção agrícola. Contudo, o Estado não garante as condições básicas de permanência do trabalhador na propriedade, levando-o a se desfazer de sua propriedade e cedendo espaço para formação de latifúndios monopolizados pela expansão do agronegócio e pecuária mecanizada, ou servirem de mão de obra para atender as demandas das empresas capitalistas que se instalaram no Norte e Centro-Oeste.

Se por um lado o Estado não atendeu as condições mínimas de sobrevivência dos trabalhadores que ocuparam a região Amazônica, por outro incentivou com reduções fiscais a instalação de empresas para exploração dos recursos naturais e produção agropecuária. Sobre os grandes projetos desenvolvidos na Amazônia Oliveira (1993) afirma que:

Os primeiros projetos agropecuários aprovados pela SUDAM datam de 1966, e entre eles destacam-se os projetos da: Cia. de desenvolvimento Sul do Pará CODESPAR, localizada em Barreira do Campo, no município de Santana do Araguaia (PA); Cia. Agropastoril do Araguaia (Fazenda Santa Fé), também localizada no município de Santana do Araguaia; Cia. Agropecuária Nazareth, em Conceição do Araguaia (PA); Agropecuária Suiá-Missu S/A, localizada no antigo distrito de São Felix. Em 1967, aprovados outros projetos: Arrossenal Agropecuária e Industrial S/A, Mutum Agropecuária (MT), Mutum Agropecuária S/A, em diamantino; Cia. Do Desenvolvimento do Araguaia – CODERARA, no município de Luciara (MT), hoje pertencente ao município de Santa Terezinha (MT) e etc. (1993, p. 68).

Observa-se diante da exposição de Oliveira (1993) que a chegada de grandes empresas para o desenvolvimento capitalista na Amazônia em diferentes áreas de exploração ocorre de forma intensa e predatória nos mais diferentes setores de produção: madeira, pecuária, indústria etc. Foram exatamente os reflexos dos incentivos fiscais promovido pelo Estado brasileiro que contribuíram para apropriação de empresas no espaço amazônico. Justamente neste cenário a política agrária se intensificou no governo militar com o Plano Nacional de Integração – PIN – que revela o discurso ideológico de ocupação em terras na Amazônia conduzindo milhares de agricultores para a região de florestas aumentando ainda mais a desigualdade social no campo. Para Oliveira (1993, p.67), a expansão dos projetos na Amazônia fazia parte das conclusões

⁹ De acordo com RAFFESTIN (1993) corrente migratória é o número total de deslocamentos procedentes de uma mesma área de destino. Na prática, corresponde, geralmente, a um conjunto de migrantes que têm áreas de origem e de destino comuns.

obtidas no governo militar entendida como estratégias políticas, no sentido de ocupação e acesso a terra. Isto é, esse período é marcado pelos grandes projetos através de incentivos fiscais a grandes empresas capitalistas e instituições estatais, entre elas: Projeto Jarí, Mineração Brasileira S/A-MIBRASA e outras (OLIVEIRA, 2008, p. 20). Neste sentido, o Estado através da política desenvolvimentista permite o acesso à exploração e expropriação da Amazônia e seus recursos naturais com grandes empresas capitalistas, em contrapartida, o INCRA promove a distribuição e loteamento de terras para os trabalhadores rurais na Amazônia.

Este cenário da estrutura fundiária do Brasil tem revelado desafiador ao buscarmos compreender a dinâmica do campo, em particular na Amazônia. Os resultados dessa dualidade entre as empresas capitalistas juntamente com a ausência do poder estatal e os trabalhadores que precisam da terra para sobrevivência provocam a exploração e expropriação desses sujeitos através da força de trabalho, e logo os indicativos que se revelam são as desigualdades sociais no campo. Essa consequência é responsável pela formação desordenada de cinturões de miséria¹⁰ nas grandes cidades brasileiras, tendo em vista que a realidade no espaço¹¹ rural tem conduzido os trabalhadores aos grandes centros urbanos.

Essas agitações exigiam políticas de Estado para distribuição popular e democrática de terras e assentamentos de famílias em áreas rurais, mas, a política desenvolvimentista incentivou a migração para a região central do país que gerou abandono e descaso aos assentados como afirma Buainain (2008):

O governo teve que enfrentar a pressão política exercida pelo movimento social, e o fez elevando o número de assentamentos, na “estratégia bombeiro”, mais em resposta aos focos de conflitos que iam surgindo pelo país afora que em função de um planejamento consistente. Resultado está nos indicadores de desempenho da reforma agrária que revelam a precariedade estrutural dos assentamentos, seus problemas e debilidades (2008, p.92).

A discussão sobre o cenário agrário no país como, políticas públicas, Reforma Agrária, migração, assistência ao trabalhador rural, lutas e resistências, são temas desafiadores que conduzem a conhecer os problemas sociais, políticos e econômicos e

¹⁰ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD - revela que o Brasil está entre os países mais desiguais do mundo em termos de distribuição de renda. (STEDILE, 2010, p. 39)

¹¹ Para Silva (2001) o espaço é uma produção e essa produção do espaço se faz por meio do resultado da propriedade do trabalho, do que o trabalhador executou e se revela como um momento intimamente ligado ao ser e estar no espaço.

analisá-los categoricamente sobre a ocupação e formação das colônias agrícolas que se constituíram a partir da década de 1980 no país, através da política agrária nacional. Analisar o cenário agrário no país e suas nuances é fundamental para compreender as transformações no espaço rural brasileiro partindo do pressuposto de que a Reforma Agrária possa contribuir para superação da desigualdade social do campo.

Diante da questão agrária, as novas demandas ocorridas a partir de 1990, entre elas o trabalho assalariado no campo, o agronegócio e a produção do capital, apresentam um cenário contraditório e complexo, principalmente pela política neoliberal com novas estratégias do poder estatal através de políticas agrárias que enfraquecem a luta política camponesa e provocam a consolidação do capitalismo no campo (OLIVEIRA, 2013, p. 57). Partindo dessas reflexões, o Estado desenvolve políticas agrárias com o intuito de atender as novas demandas do capital e sufocar os movimentos sociais organizados pelos camponeses.

Na égide desses acontecimentos revela-se o descaso com os trabalhadores, nos quais se destacam: falta de apoio e assistência social, incentivos a produção, regularização de terras, transporte e serviços sociais básicos, elementos que exibem a realidade da problemática da questão agrária e dos conflitos entre os capitalistas, latifundiários e a população rural.

Assim, ao analisar a política de ocupação das terras a partir desse período percebemos que ocorreu de forma paradoxal ficando evidente o crescimento das desigualdades sociais do campo e o problema da administração pública no desenvolvimento de ações que possam atender as necessidades dos trabalhadores rurais. A ausência de políticas inclusivas e sociais expõe o descaso dos governantes em atender as necessidades dos sujeitos do campo conforme afirma Buainain (2008): “os governantes, administradores e formuladores de políticas públicas ainda pretendem que se adotem rígidos critérios de qualificação profissional para beneficiários da reforma agrária, em evidente contradição com o objetivo de maior inclusão que é a razão de ser da Reforma Agrária” (2008, p. 326).

As políticas públicas para o campo precisam garantir resultados efetivos, pois os problemas socioeconômicos, tais como: os direitos a assistência à saúde, educação, transporte e moradia, acesso a créditos e financiamentos, entre outros, necessitam de ações permanentes para superação dos problemas da desigualdade social que permeia

no campo. A Amazônia também tem sido espaço de interesses econômicos do capital para exploração dos recursos minerais e naturais que caminham de encontro aos sujeitos que nela vivem.

Entretanto, questões sobre políticas agrárias, sejam em nível nacional ou regional, revelam contradição na luta de classes com interesses diferentes contribuindo para o tensionamento provocado pelo modelo econômico capitalista. Para isso Buainain (2008) afirma que:

Estes elementos de complexidade: o paradoxo e a contradição compreendidos nos desafiam a tomar decisões quanto ao tratamento da questão agrária. A questão não poder ser ignorada, se alimentar de nossas incertezas; não pode destruir-nos, nem nos anular. Embora seja uma unidade desunida, é sempre uma possibilidade. Todavia, esse estado possível depende das compreensões da questão agrária, que são construídas pelos diferentes paradigmas (2008, p. 182).

Os indicativos sobre a questão agrária revelam o descaso fundiário, principalmente quando as elites governamentais utilizaram o poder do Estado com a finalidade de atender as demandas sociais vigentes, agindo no sentido de consentir interesses do capital priorizando a expansão de forças produtivas com ocupação de grandes extensões de terras para o agronegócio e o cultivo produtivo da monocultura com financiamentos de organismos internacionais para atender o mercado agrícola internacional. Isto é, o Estado agora determina o futuro da agricultura, mas favorecendo a estrutura econômica do desenvolvimento agrícola do capitalismo monopolizado. A esse respeito Leite (2001) destaca:

Essa evolução científica na agricultura prioriza a expansão da produção e da produtividade com o cultivo de monoculturas, destacando-se aí políticas de exportação, técnica de produção e meios de financiamentos para países atrasado. Até os anos 80, o Estado era o principal regulador das políticas de financiamento rural. As pesquisas mostram que, a partir de meados dos anos 90, efetivam-se mudanças na forma de regulação do setor público para o campo agrário como alterações decorrentes da “crise do Estado”. (2001, p. 90 apud LUSTOSA, 2012, p.167).

Diante disso, o Estado não atende as condições básicas de permanência do trabalhador no campo, tampouco desenvolve políticas agrárias para garantir à posse da propriedade rural levando trabalhadores rurais a precária condição de vida, a baixa ou quase nenhuma produtividade e ao abandono da propriedade rural, cedendo espaço para formação de latifúndios e expansão do agronegócio. Logo, essas contradições revelam

resistências, lutas e conflitos, silenciosos ou organizados, entre as classes sociais que ocupam o território¹² rural na Amazônia. Para Becker:

A extensão da Amazônia brasileira e sul-americana constitui imenso patrimônio de terras e de capital natural. Configuram-se assim, disputas pelo uso do território segundo interesses dos diferentes atores, que impulsionaram diferentes fronteiras na região. Tais conflitos, somados às imagens obsoletas que perduram sobre a organização do povoamento, dificultam a formulação e a execução de políticas públicas (2009, p. 125).

Observa-se, com base nas discussões da autora que o espaço da Amazônia sempre foi alvo de conflitos e, quando ocorre o processo de ocupação fundiária pelos trabalhadores rurais, seja para utilização da terra para agricultura ou para mão de obra nas empresas e fazendas, esses conflitos e disputas se acentuam, tornando difícil a Reforma Agrária.

Quando apresenta-se a questão histórica do Brasil sobre Reforma Agrária é importante compreender que as políticas agrárias precisam ser direcionadas para a construção de um modelo rural sustentável e, em particular na Amazônia, é evidente os interesses socioeconômicos e políticos por diferentes grupos, sejam empresas capitalistas ou latifundiários (BECKER, 2009). Compreende-se que a autora revela o poder econômico no espaço amazônico através das empresas capitalistas e das políticas do Estado que consente interesses de capitalistas suprimindo a ação campesina, embora, ao longo da militância alguns direitos foram conquistados através da luta política.

Os avanços conquistados pela luta política dos trabalhadores rurais com a Constituição Federal - CF, de 1988, garantiu na legislação no Capítulo III e tratou da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, em seu Art. 187, assim definido: “A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transporte” (BRASIL, 2001, p. 123).

Observa-se que o avanço legislativo não resolveu a problemática agrária no país, fato que gira em torno de questões maiores como: interesse das elites, capital no campo, lutas, conflitos, invasões, abuso de poder local, mandonismo, manejo de recursos públicos, desigualdade social e assassinatos no campo. Compreender a

¹² Para CLAVAL (1999) território resulta da apropriação coletiva do espaço por um grupo através de suas relações de poder e controle.

dinâmica da organização política e social do espaço rural exigem ações planejadas, efetivas e consistentes na superação desses problemas.

Verifica-se que no campo também existem diferentes grupos sociais revelando esse antagonismo entre classes sociais, tendo em vista que permanece um modelo de produção e a força de trabalho. De acordo com Prado Júnior, “o modelo de produção do campo consiste em perpetuar e manter as estruturas existentes das velhas oligarquias rurais, os interesses dos grandes latifundiários e as políticas públicas agrárias direcionadas aos interesses do capital garantindo o *status quo* da sociedade” (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 225).

Para fundamentar essa questão sobre o Estado buscam-se as concepções de Ianni (2004) que apresenta uma discussão histórica sobre o processo das origens agrárias do Estado brasileiro revelando o poder do capital, a formação do proletário rural e as lutas sociais no campo que caracteriza a subordinação da sociedade agrária brasileira revelando não somente a opressão e a luta de classe do trabalhador do campo, mas também resistências ao modelo existente. Para Ianni (2004):

No âmbito das condições econômicas, a gênese do proletário rural depende da transformação do lavrador em trabalhador livre assalariado; isto é, em vendedor de força de trabalho. Em outros termos, no âmbito das condições econômicas, a gênese do proletário rural depende da separação entre o produtor e a propriedade dos meios de produção (2004, p. 120).

Essa realidade apresentada pelo autor contribui para construção do trabalho, pois, discute não somente o processo de formação da sociedade rural no Brasil, mas também os sujeitos que participam dessa formação. Portanto, analisa-se a realidade dos trabalhadores rurais mediante reflexões e análises abordadas pelos autores Ianni (2004), Wanderley (2009), Feliciano (2006) e Lustosa (2012) que apresentam discussões sobre transformações no cenário agrário a partir da conjuntura atual do modelo econômico, destacando as transformações do espaço rural e os sujeitos do campo. Nesse sentido, apresenta-se de forma breve o conceito de agricultura familiar e que elementos contribuíram para a gestação dessa nova categoria no espaço rural.

1.3 - O ESPAÇO RURAL E A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Analisar a conjuntura histórica da ocupação do espaço rural com foco nas categorias rurais – camponeses e agricultores familiares – nos conduz a compreender

como ocorreu o processo de constituição desses grupos, as implicações sociológicas, antropológicas, as questões agrárias sobre a realidade rural e os sujeitos sociais que são inerentes a dinâmica do campo.

Mediante esse cenário da questão agrária que envolve: ocupação das terras através de projetos de assentamentos, incentivos fiscais para empresas explorarem a terra, políticas públicas de apoio aos sujeitos do campo, conflitos, tensões e movimentos de trabalhadores rurais e camponeses na luta pela terra, nos conduz a questionamentos sobre a vivência rural e sua dinâmica envolvendo diferentes atores sociais no campo. Quando se refere aos diferentes atores sociais no espaço rural é preciso destacar duas classes sociais: de um lado os latifundiários e empresários que se apropriam da terra para o agronegócio e acúmulo de capital e, de outro, os trabalhadores, que precisam do uso comunal da terra para sobrevivência e garantia de seu sustento. Essa contradição revela relações de poder entre dominantes e dominados, exploradores e explorados, para compreender que a estrutura da realidade emerge a partir do poder econômico fazendo surgir à luta de classes sociais. Para Marx e Engels (2005) essa luta é histórica e dialética ocorrida ao longo da história das diferentes sociedades:

A história de todas as sociedades que existem até hoje é a história de luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestres e companheiros, numa palavra, opressores e oprimidos, sempre estiveram em constante oposição uns aos outros, envolvidos numa luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre ou com uma transformação revolucionária de toda a sociedade, ou com declínio comum das classes em luta. A nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se, entretanto, por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade inteira vai-se dividindo cada vez mais em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes diretamente opostas entre si: burguesia e proletário. (2005, p.45-46).

Diante da análise afirmada por Marx e Engels (2005), a luta de classes torna-se latente na consolidação da burguesia ao poder percebendo que essa contradição encontra-se presente na questão agrária, de um lado o Estado com políticas agrárias de apoio aos latifundiários e ao agronegócio, por outro a resistência dos trabalhadores rurais e sem terra na busca pelos seus direitos de garantir a sobrevivência através do trabalho na terra.

Assim, apontam-se discussões aos sujeitos do campo que historicamente foram marginalizados e explorados pela classe que se apropria da terra e a usa como instrumento de produção e acúmulo de capital utilizando a força de trabalho do

explorado. Nesse sentido, direciona-se para os sujeitos que encontram-se desprovidos da terra e dependem dela para seu sustento no espaço rural, embora entende-se que existe heterogeneidade no campo, nas relações sociais e nos valores culturais, pois o campo é constituído por diferentes atores sociais.

Sinaliza-se para alguns questionamentos como eixo central das discussões propostas às diferentes categorias sociológicas do meio rural, tais como: Quem são os diferentes sujeitos que compõem o espaço rural através do trabalho na terra? Como foi construída historicamente a identidade das diferentes categorias rurais? Quem são os atores sociais do campo? Que aspectos eles simbolizam na ruptura da estrutura agrária? Como ocorreram as transformações sociais e políticas desses sujeitos ao longo da história agrária no país?

Diante da problemática apresentada face às diferentes categorias sociológicas buscam-se utilizar autores que apresentam discussões e debates sobre a construção identitária dessas categorias rurais presentes no contexto atual. Tem-se consciência que as análises e reflexões aqui propostas não esgotarão essas discussões e definições diante da complexidade e diversidade desses grupos sociais que compõem o espaço rural, sendo importante frisar que as concepções dos autores também se diferenciam nas definições, afirmações e proposições diante do tema.

De tal modo, a presente pesquisa visa abordar uma análise dos agricultores familiares no campo a partir das mudanças ocorridas na atualidade, portanto busca-se compreender o processo histórico de luta, aspectos culturais, organização social, movimentos rurais, produção agrícola etc., dos agricultores familiares, fatores que revelam a problemática da questão agrária na atualidade. Neste sentido, sente-se a necessidade de promover uma análise sintética apontando algumas reflexões e discussões para categoria “camponesa”, não no sentido de promover um duelo ou uma polarização entre categorias, mas de aprofundar o debate em torno dos sujeitos “camponeses” que possuem uma trajetória histórica no processo agrário do país. Portanto, apresentar respostas aos problemas levantados não representa a finalidade desse trabalho, mas promover reflexões à luz de autores que discutem a questão agrária e possam contribuir para análise crítica e política sobre a realidade do espaço rural no Brasil pautado nas diferentes categorias dos sujeitos que compõem o mundo rural.

Quando apresenta o termo “agricultura familiar” e “camponês” vários autores revelam debates e opiniões divergentes, pois há os que acreditam na existência e oposição entre as terminologias e grupos aos quais se referem. Existem autores que desacreditaram na sobrevivência de alguma forma de “camponês” nos dias atuais, descartando, portanto, este termo, e até mesmo aqueles que veem as duas categorias como oriundas de uma mesma essência, podendo uma se desdobrar, ou não, na outra. O importante é ressaltar que não se trata de promover um debate entre as categorias, mas apresentar abordagem histórica e política de ambas construindo reflexões à luz dos autores do importante papel histórico-social que significam para compreender as mutações do espaço rural.

Na primeira categoria apresentam-se discussões sobre o termo camponês. Pretende-se discorrer sobre considerações e proposições na gênese da palavra camponês destacando os valores simbólicos de sua historicidade e resistência política, embora compreende-se que o debate proposto apresentará limitações mediante a dimensão conceitual da terminologia camponês.

Quando se discute a questão agrária e o meio rural é indiscutível a relação do termo camponês como sujeito histórico e ativo do processo das organizações, lutas, valores culturais e sociais que permeiam essa categoria sociológica. Primeiramente, apresentam-se três eixos, fundamentados em autores, que constitui a identidade do camponês: a questão histórica, o processo de organização social/política e a relação como o modo de produção da terra.

Antes de afirmar algumas proposições é importante salientar que não há consenso entre os autores que buscam definir essa categoria, mas trataremos as discussões propostas com base nos autores Ianni (2004), Feliciano (2006), Wanderley (2009), Prado Júnior (2000), Sauer e Pereira (2006), Velho (2009) e Welch (2009).

A questão agrária e, em particular as origens do termo camponês, deixam claro que a formação de todo o processo de luta do país teve características estritamente agrárias atreladas ao modelo econômico, por conseguinte, os sujeitos que compõem e fazem parte dessa conjuntura também estão diretamente ligados ao campo. Assim, Ianni (2004) define que:

A história brasileira tem sido profundamente marcada pela sociedade agrária, pelo desenvolvimento das forças produtivas e da relação de produção no mundo agrário. Se fossemos especificar: a história da escravidão é agrária; o problema da abolição é agrário; o da proclamação da República é agrário; a revolução de 30 divide o poder entre as oligarquias agrárias e as nascentes classes sociais urbanas; o golpe militar, independentemente das definições que se queira dar, não se explica sem a aliança entre a burguesia industrial e agrária. Houve, inegavelmente, manifestações de vários setores agrários, articulados com setores urbanos, para realizar a deposição de Goulart. O que se nota é que a história da sociedade brasileira é uma história do desenvolvimento de uma sociedade de cunho eminentemente agropastoril (2004, p. 143).

De acordo com as afirmações do autor é notório que os sujeitos que compõem o processo agrário são resultados do modelo econômico vigente e, dependendo do contexto histórico, provocam relações de forças opostas entre os que lutam pela terra e os que possuem a terra. Nessa relação dinâmica que o capital transforma as relações pode-se definir o camponês como todos os sujeitos que dependem da terra para sobreviver e garantir seu sustento familiar, tais como: pequenos proprietários, arrendatários, parceiros etc., todos formam unidades camponesas, pois “unidades camponesas são construídas pelas explorações de pequenos proprietários, arrendatários, posseiros, parceiros com o trabalho familiar para sua reprodução como camponês, as atividades são, portanto, na essência, de subsistência, pequenos excedentes e autoconsumo” (IANNI, 2004, p. 169).

Já para Feliciano (2006) o que ocorre é uma despolitização do termo camponês diante do fracasso da política agrícola no campo, pois a agricultura camponesa é como um estágio de transformação para agricultura familiar tornando-o dependente do capital, mas para o camponês a terra possui um caráter diferente, ela representa sua liberdade política e autonomia do trabalho na relação com a terra. Nesse viés Feliciano (2006) destaca:

Para o camponês, a terra tem um sentido de reprodução do espaço de vida familiar, um sentido de autonomia, autogestão e liberdade. É compreensível e lúcido perceber que com as transformações históricas ocorridas no mundo, os camponeses também se metamorfosearam, só que em um outro sentido, a terra é muito mais do que objeto e meio de produção. Para o camponês a terra é o seu lugar natural, de sempre, antigo. Terra e trabalho mesclam-se em seu modo de ser, viver, multiplicar-se, continuar pelas gerações futuras, reviver os antepassados próximos e remotos (2006, p. 26).

Compreende-se que na concepção de Feliciano existe uma relação próxima com a terra nos aspectos históricos, culturais e de sobrevivência, ou seja, em suas raízes não se encontra ligado ao modelo de produção capitalista. Entretanto, a dinâmica das políticas agrárias vigentes vem transformando o camponês em agricultor familiar. Isto é, há uma tentativa de pulverização da organização camponesa, principalmente nos anos 90 com a política neoliberal, questões estas que, na sua essência tem provocado o enfraquecimento da luta camponesa no país na tentativa de arrefecimento dos movimentos rurais, pois de acordo com Feliciano (2006) há uma tentativa de enfraquecimento e esvaziamento dessa categoria:

A partir da presidência de FHC, iniciou-se um luta política de tentativa de supressão do movimento camponês (em especial o MST), objetivando dirimir ao máximo sua força como classe permanente na sociedade capitalista. O caminho estrategicamente adotado pelo governo federal transitou pelo processo de despolitização da luta camponesa (2006, p. 57).

Nas argumentações de Feliciano (2006) existe a intencionalidade de conter movimentos camponeses e causar o que o autor define como promoção do desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira, ou seja, ação adotada pelo Estado para fragmentação e desarticulação da organização social e política no campo. Outra autora que aborda discussões nesse viés é Nazaré Wanderley. Para Wanderley (2009), o termo camponês encontra-se carregado de valores históricos, sociais e culturais, tendo em vista que historicamente as organizações camponesas estiveram enraizadas nas revoluções burguesas do século XVIII, tais como Inglesa e Francesa. Negar a participação dessas categorias nas revoluções é recusar sua historicidade e o processo de organização e luta pelos seus direitos ao uso da terra para sobrevivência. Wanderley (2009) destaca ainda que o camponês não atende mais as exigências da agricultura e afirma que,

O camponês tradicional não tem propriamente uma profissão; é o seu modo de vida que articula as múltiplas dimensões de suas atividades. A modernização o transforma num agricultor, profissão, sem dúvida multidimensional, mas que poder ser aprendida em escolas especializadas e com os especialistas dos serviços de assistência técnica. (2009, p. 188).

Em outras palavras, para autora o termo camponês não atende as novas mudanças do espaço agrícola que sofreu modernização ao longo dos anos exigindo mudança também dos sujeitos. Isto é, eles sofrem mudanças e adaptações de acordo

com a política desenvolvida pelo Estado, seja através da formação técnica desenvolvida, ou pela necessidade de adquirir recursos financeiros. Assim, Wanderley (2009) em seu livro “O Mundo Rural como um Espaço de Vida”, afirma que o agricultor precisa permanentemente de condições para se adaptar ao novo contexto do espaço rural, que se transformou e exige um novo sujeito construtor de sua própria história e adaptável as mudanças. A esse respeito a autora destaca que: “há portanto, a considerar a capacidade de resistência e de adaptação dos agricultores aos novos contextos econômicos e sociais” (WANDERLEY, 2009, p. 189)

Outro autor que também aborda reflexões pertinentes e sólidas da categoria camponês é Prado Junior. Sua definição está ligada a luta de classe existente no campo, porque se as elites agrárias necessitam da força de trabalho para o modelo de produção e acumulação de capital é notório que a categoria camponesa encontra-se marcada pela sua origem de luta política, isto é as relações sociais do campo são marcadas pelas contradições das forças produtivas, essas relações fazem germinar a identidade do camponês na luta pela terra:

Mas o que deu origem e notoriedade às Ligas Camponesas não foram às agitações dos foreiros (arrendatários) e ocupantes da terra, e sim a ampla mobilização dos trabalhadores dos canaviais que se seguiu e acompanhou aquelas agitações, e na qual não se propôs a questão da terra, e sim a luta por melhores condições de trabalho e emprego nos engenhos e usinas (PRADO JÚNIOR, 1996, p. 233).

Contudo, o autor destaca que são as mobilizações e organizações surgidas a partir da exploração e das péssimas condições de trabalho dos sujeitos do campo que constitui a característica peculiar da categoria camponesa. Portanto, apresenta a concepção de camponês a partir das estruturas rurais representadas pelo modelo econômico, pois Velho (2009) revela o termo camponês numa perspectiva autônoma dentro do modelo capitalista preponderante, ou seja, para ele o camponês se identifica através de sua consciência política e econômica, sendo que possui uma configuração estruturalista, logo, tudo levaria a crer que o camponês se define como pequeno produtor autônomo. Ainda, nessa linha de reflexão, Velho (2009) destaca:

O conceito de camponês referia-se originalmente a um fato bem localizado estrutural e historicamente, não tendo sido inclusive o termo criação de cientistas sociais, mas apenas tendo sido apropriado por esses. O maior ou menor alargamento no uso desse conceito dependerá em grande parte de seu valor explicativo nas diversas situações concretas e sua relação de produção do campo (2009, p. 90).

As definições postas e analisadas a partir de diferentes autores apresentam discussões e elementos teóricos que constitui a categoria social rural: o termo camponês. Portanto, as concepções e proposições dos autores revelam relações sociais, políticas e culturais quando discute a historicidade do termo camponês, isto é, há na sua essência uma singularidade e especificidade carregadas de valores sociais, históricos e culturais que não podem ser negada e muito menos esquecida, pois ainda representa resistência e luta pela terra.

Neste sentido, constrói-se com base nas discussões apresentadas sobre a definição da categoria camponês baseada na tríade: identidade histórica; organização política e valores culturais. Na identidade histórica, do período medieval a modernidade encontra-se presente a nomenclatura camponês, isto é, essa definição não foi imposta pelo Estado ou pelas elites agrárias, mas surge da própria relação do modo de produção, vivência e sobrevivência pela terra. Na organização política, a partir da relação social com a terra, da exploração e expropriação nasce o fortalecimento da classe para luta política e pelo direito natural de garantir sobrevivência pela e através da terra, desencadeando a resistência e a luta política dos camponeses contra aqueles que exploram (MARX, 1998).

Por fim, os valores culturais que estão diretamente ligados aos costumes familiares que passam através de gerações. Para Thompson (1998, p. 107), “os costumes são definidos como uma lei ou direito não escrito que, estabelecido, tem sido e continua sendo diariamente praticado”. As definições destacadas pelo autor esclarecem os costumes como valores historicamente construídos revelando o caráter cultural permeado no termo camponês.

Assim, diante das prévias reflexões considera-se que os pressupostos apresentados encontram-se limitados nas discussões e exigem um debate denso e aprofundado, porém, o objetivo maior não é conhecer somente sua singularidade, mas a identidade construída através da própria categoria camponesa em seu processo histórico de luta e resistência, questões que representam significados históricos, valores culturais, dinâmica social e liberdade em trabalhar na terra sem opressão e exploração pelas elites agrárias.

A segunda categoria a ser apresentada e discutida é a terminologia agricultor familiar, termo utilizado na atualidade aos sujeitos do campo, principalmente aqueles

atendidos com políticas agrárias desenvolvidas pelo Estado. Entretanto, compete pensar sobre a origem dessa categoria, refletindo sobre: Como originou esse conceito? Esse grupo representa uma categoria de luta e resistência política? É resultado das transformações sociais e econômicas do cenário agrário vigente? Enfim, responder a essas indagações estabelece, não somente a necessidade de fundamentos teóricos que alicercem tais discussões, mas também conhecer as transformações econômicas e a conjuntura histórica que fizeram emergir a classe agricultor familiar.

Ao apresentar um debate sobre a questão agrária no Brasil é fundamental discutir sobre a agricultura familiar e sua característica específica sobre o meio rural. Não obstante, as raízes históricas de ocupação das terras no país revelaram-se eminentemente ruralista, onde o meio urbano sempre ficou atrelado ao espaço rural e a produção do campo (HOLANDA, 1995). Neste sentido, consideramos que o Brasil, em suas divisões históricas sempre revelou um discurso ideológico das elites agrárias afirmando que a nação possuía uma vocação natural para a agricultura e a terra era o principal motor do desenvolvimento desta nação. Entretanto, as condições de produção ao longo da história agrícola - em particular a monocultura que permanece atrelada ao capital até os dias de hoje (STEDILE, 2011) - encontrava-se defasada e atrasada para viabilizar uma produção eficiente e que atendesse as novas demandas.

Com a abertura ao capital estrangeiro e as inovações tecnológicas no espaço rural brasileiro o país ganha novas vertentes e demandas para agricultura, seja por incentivos fiscais ou insumos agrícolas, ou pela necessidade de modernização do campo, tanto para a produção agrícola quanto para o agronegócio. Essas mudanças intensificam-se a partir de 1990 com a política neoliberal, buscando atingir demandas para expansão capitalista. A esse respeito Sauer e Pereira (2006) afirmam que:

Nos primeiros anos da década de 1990, por razões econômicas e políticas, a reestruturação capitalista neoliberal parecia não ter limites. A economia mundial vivia uma nova onda de expansão financeira. Com a implosão do chamado “socialismo real”, a transição para o capitalismo ocorria na ex-União Soviética e no Leste Europeu sem qualquer gradualismo (2006, p.13)

Para corroborar com as discussões acima, entende-se que o novo modelo de produção surge em detrimento do modelo atrasado e defasado que não atende mais as necessidades sociais do mercado cedendo espaço para o crescimento do capital no campo. Logo, se verifica que “o desenvolvimento da agricultura resultou da aplicação

de um modelo modernizante, de tipo produtivista, sobre uma estrutura anterior, tecnicamente atrasada, predatória dos recursos naturais e socialmente excludente” (WANDERLEY, 2009, p. 45).

O progresso e a modernização apresentam-se como os agentes que transformam o cenário agrário de produção, mostrando que o modelo da estrutura agrária anterior não atendia as novas demandas para agricultura de grandes extensões de terras improdutivas e de baixa produtividade de suas culturas. Fica evidente o discurso de desenvolvimento e do progresso no campo para modernização da agricultura, ou seja, há a necessidade de mecanização do espaço rural para superação do atraso no campo. Nesse sentido Wanderley (2009) diz:

No caso brasileiro, é possível afirmar que a modernização da agricultura se efetuou sobre a base de relações sociais que cristalizaram o predomínio do proprietário sobre o produtor. Isto é, a propriedade da terra ainda constitui, no Brasil, um elemento organizador da atividade agrícola. O caráter produtivo da agricultura é aqui subordinado a dinâmica gestada a partir da propriedade fundiária (2009, p. 46).

Dessa maneira, para a autora, o discurso sobre a modernização da agricultura brasileira é resultado das mudanças sociais, no qual ela define como “pacto social” entre o Estado e os latifundiários para suprimir a defasagem do Estatuto da Terra que não se revelou eficaz nas duas vertentes propostas: a reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura. Assim, a modernização da agricultura torna-se uma bandeira das elites agrária para o desenvolvimento do agronegócio no país através do progresso e da mecanização da produção no campo.

Pela ótica revelada nas proposições da autora, o conceito de agricultura familiar é construído a partir das mudanças sociais e econômicas ocorridas na atualidade, ou seja, a dinâmica rural tem provocado rupturas e os sujeitos do espaço rural também sofreram transformações adaptando-se as novas exigências, onde o agricultor familiar precisa de novos conhecimentos técnicos para trabalhar no campo. Nesse contexto, os sujeitos do campo, que também se apresentam dinâmicos as transformações, adaptam-se as novas estruturas existentes, se caracterizando como agricultor familiar. Entretanto, não é simplesmente uma definição genérica e objetiva, mas complexa e permeada de valores gestada pela nova ordem vigente.

Ora, se estamos discutindo sobre o significado de agricultura familiar no contexto da agricultura e do meio rural é importante pensar que essa conceituação ocupa um lugar importante no cenário econômico atual, em virtude das novas demandas sociais ocorridas nos últimos anos. Para Wanderley (2009) a definição de:

Agricultura familiar corresponde a uma certa camada de agricultores, capazes de se adaptar as modernas exigências do mercado, em oposição aos demais “pequenos produtores” incapazes de assimilar estas modificações. São os chamados agricultores “consolidados” ou que têm condições, em curto prazo, de se consolidar. Supõe que as políticas públicas devem construir as bases para formação desse segmento. Esta posição é defendida com uma maior elaboração teórica. A ideia central é que o agricultor familiar é um ator social da agricultura moderna e, de certa forma, ele é o resultado da própria atuação do Estado. Na Europa, esta posição é reforçada pelo fato de que não só as políticas agrícolas nacional, como a própria PAC, definiram como modelo de estabelecimento agrícola o estabelecimento familiar, composto por duas unidades de trabalho, o casal familiar (2009, p. 186)

Na visão da autora, o termo agricultor familiar emerge das transformações econômicas e sociais a partir das estratégias do Estado e das elites agrárias em promover a modernização da agricultura para consolidação e expansão do agronegócio. A esse respeito Lustosa (2012) também caminha no mesmo sentido, no qual propõe dois modelos na agricultura a partir dos anos 90: a agricultura patronal que corresponde ao segmento fundiário para atender ao agronegócio e aos capitalistas, e a agricultura familiar para atender as necessidades impostas pelo capital, como a mão de obra no campo. Ainda ressalta que essa categoria encontra dificuldade para se desenvolver e garantir a subsistência da família.

Neste sentido, aponta-se transformações a partir de 1990 com o avanço do capital no campo, da modernização e da nova economia de mercado, definindo as transformações na agricultura familiar, seja pelas regras de mercado ou pelos organismos internacionais que estabelecem regras e impõem suas normas no campo. Para ratificar essas transformações Sauer e Pereira (2006) destacam que o BIRD vem promovendo, desde meados de 1990, iniciativas para implantar modelos de Reforma Agrária de mercado nos países latinos com o objetivo de atender demandas do capital no campo. Abordar a discussão sobre a influência dos organismos internacionais no espaço rural não é o objetivo, mas é importante frisar que existem interferências econômicas no campo que influenciam e estabelecem regras para o modelo de produção agrícola.

Diante do exposto, o modelo de produção agrícola encontra-se atrelado ao mercado e as políticas internacionais ligadas à economia capitalista, fatores que limitam a viabilização da agricultura familiar e da superação da desigualdade no campo. Para Lustosa (2012) essas transformações sociais, políticas e econômicas no campo são visíveis e intervêm diretamente na produção agrícola:

Vimos que o novo ideário de reconstrução do setor rural brasileiro iniciado nos anos 90 vem reorientando o papel da agricultura, em especial a racionalidade da agricultura familiar, requisitadas essas transformações econômicas, sociais e políticas. O principal foco desse debate coloca em questão o lugar e as reformas sociais do trabalho no setor agrícola, cujas referências centrais são a reorganização das atividades diretas na produção e suas expressões nas relações sociais de produção. Essas transformações provocam alterações substantivas no mundo do trabalho, as quais passam despercebidas ou são disfarçadas nos polarizados debates, que também abominam os novos papéis que assumem o Estado e o mercado, conforme o novo padrão de reforma agrária imposto nas políticas neoliberais. Tais fatos trazem à tona a nova relação entre o público e o privado nos negócios da reforma agrária de mercado, aspectos pouco claros nesses imperativos da reestruturação capitalista atual (2012, p. 165)

Com bases nos autores citados, ficam evidentes as fermentações provocadas pelas demandas do mercado para atender ao interesse do capital gerando impactos e rupturas sociais na agricultura. Como resultados dessas políticas públicas direcionadas para o campo surgem novos sujeitos sociais que se adaptam as transformações dessa modernidade.

A partir dos pressupostos apresentados define-se que agricultor familiar é um ator social moderno, tornando-se uma categoria sociológica específica e com características próprias, com organizações sociais específicas germinadas a partir das mutações econômicas mais atuais, tais como: necessidade de modernização do campo, política de financiamento no meio rural, acesso a bens de consumos, diversificação do trabalho agrícola, regulamentação e legalização da terra etc. Entretanto, não podemos reduzir o conceito de agricultor familiar a mera política de Estado e do capital, mas sujeitos que possuem história, vivência, experiência com a terra e tradição familiar. Na verdade, são as condições impostas pelo modelo econômico agrícola como a modernização e utilização de máquinas no campo e em diferentes contextos sociais, em que o modelo de produção básica é a unidade familiar com modo de vida e de produção específicos, assim Wanderley (2009) define:

Os agricultores são portadores de uma tradição (cujos fundamentos são dados pela centralidade da família, pelas formas de produzir e pelo modo de vida), mas que devem adaptar-se às condições modernas de produzir e de viver em sociedade, uma vez que todos, de uma forma ou de outra, estão inseridos no mercado moderno e recebem a influência da chamada sociedade englobante (2009, p. 189).

Diante das questões apresentadas compreende-se que as mudanças no cenário rural a partir dos anos de 1990, através da política neoliberal e do discurso de modernização no campo revelam que a categoria agricultor familiar é fruto da nova ordem econômica de mercado, onde políticas públicas agrárias são consolidadas para atender as demandas de trabalhadores rurais no país, isto é, subsidiar o modelo moderno da agricultura com mecanização e modernização, tendo em vista que as tentativas de Reforma Agrária fracassaram.

Considera-se que diante das abordagens apresentadas e fundamentadas em autores e teóricos discutiu-se o conceito sobre as duas categorias analisadas, não no sentido de limitar suas definições, mas perceber dimensões diferentes que cada categoria apresenta na sua particularidade. Portanto, direciona-se o trabalho para o termo agricultura familiar porque representa o objeto estudado na tentativa de compreender e analisar a política do PRONAF e seus impactos sociais e econômicos aos agricultores contemplados com este programa.

Assim, verifica-se que, se por um lado, na visão de alguns autores, o termo agricultura familiar simboliza a despolitização dos movimentos sociais e o enfraquecimento da luta política diante da opressão do Estado e dos latifúndios, para outros, esse termo representa uma mutação e adaptação desses sujeitos sociais do campo ao novo contexto global das transformações econômicas e sociais da atualidade, ou seja, é o resultado da adaptação as novas demandas do espaço rural, que historicamente permaneceram esquecidos e explorados, seja pelas políticas agrárias, seja pelos latifundiários. O certo é que o termo agricultura familiar representa a resistência a esse modelo agrário, que sempre oprimiu e explorou os atores sociais do espaço rural favorecendo as elites e ao mercado capitalista.

1.4 PROCESSO HISTÓRICO DA POLÍTICA DO PRONAF NO BRASIL

A discussão apresentada sobre o processo histórico da questão agrária e do papel do Estado no desenvolvimento de políticas agrárias para sanar problemas

relacionados à desigualdade rural no país é fundamental para entender as características do Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF. Na tentativa de buscar algumas reflexões de análise a partir dos impactos do PRONAF aos agricultores familiares destacam-se características básicas como: origem, transformações, adequações, suas relações no espaço rural e o processo de adaptação as novas demandas sociais. Assim, a reflexão aqui realizada é no sentido de analisar os impactos do PRONAF aos agricultores familiares e que transformações provocaram a partir dessa política agrária.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF foi destinado não somente aos segmentos sociais mais marginalizados do campo, mas para atender diferentes atores do setor produtivo. Ou seja, é uma política nacional para fortalecimento da produção agrícola direcionada a famílias de trabalhadores do campo, criada em 1996, no governo Fernando Henrique Cardoso – FHC (1996-2002), com o discurso de potencializar e estruturar a agricultura familiar através de pequenos financiamentos aos trabalhadores do campo. Assim, a finalidade do PRONAF é desenvolver a produção agrícola no campo, pois, “destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014, p. 58).

Em meados da década de 1990, com a implantação do PRONAF, a agricultura familiar passou a ganhar espaço e legitimidade, tornando-se reconhecida econômica e politicamente. Em face de sua importância socioeconômica, o Estado brasileiro reconheceu a necessidade de promover prioridades de políticas agrárias para o campo através da criação do PRONAF, resultado das reivindicações ocorridas nesse período pelos movimentos sociais do campo que impulsionaram suas manifestações em prol da população pobre do campo. Assim, o PRONAF foi criado através de decreto Presidencial nº 1.946/96, datado de junho de 1996, que lhe conferiu legalidade com a promulgação da Lei 11.326/2006, conhecida como a Lei da Agricultura Familiar.

Pretende-se apresentar algumas reflexões sobre a política do PRONAF esclarecendo melhor essa política agrária, cuja finalidade é melhorar as condições

sociais dos agricultores familiares através das linhas de créditos e financiamentos. A esse respeito Schneider, Mattei e Cazella (2004) destacam que:

O programa visa o fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável. Seu objetivo geral consiste em fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. Quatro objetivos específicos complementam os propósitos do programa: a) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares; b) viabilizar a infra-estrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social; d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos. (2004, p. 03).

Conforme os autores, o PRONAF criado em 1996 tinha o objetivo de estimular a expansão da agricultura familiar no país disseminou rapidamente por todas as grandes regiões brasileiras, sendo que atualmente encontra-se em quase todos os municípios. Essa política surgiu para gerar emprego, renda e apoio técnico ao agricultor familiar em seus diferentes aspectos.

Quando falamos da política agrária PRONAF é preciso abordar alguns questionamentos, tais como: Em que conjuntura histórica nasce a política do PRONAF? Desde sua implantação aos dias atuais essa política agrária apresenta resultados satisfatórios? Os agricultores familiares que foram beneficiados obtiveram melhores condições de vida? A partir de sua implantação houve redução na desigualdade rural? Enfim, estas problematizações precisam ser investigadas e analisadas a partir da ótica da realidade e com base em autores que trazem subsídios teóricos sobre essa política. Para conhecer de forma consistente os impactos da política agrária, não pretende-se fazer debate amplo e profundo das discussões, mas trazer uma síntese da abordagem histórica fundamentada em autores que analisam a política do PRONAF.

Ao analisar a política agrária do PRONAF encontram-se controvérsias e concepções diferentes em função da organização política, da produção agrícola familiar, da estrutura fundiária, das diferentes categorias beneficiadas e do agronegócio. Entretanto, trata-se de apontar os aspectos mais gerais do PRONAF, trazendo discussões para compreensão da amplitude do programa e que resultados obtiveram ao longo de sua implantação. “Vivemos um período em que a agricultura, cada vez mais se integra à lógica do mercado numa interconexão com a indústria” (LUSTOSA, 2012, p.

92). A reflexão posta revela que as transformações sociais em torno do modelo capitalista no campo visam atender novas exigências para agricultura, entre elas, máquinas, insumos, modernização, mecanização e financiamentos para os trabalhadores rurais, esses fatores provocaram outra dinâmica de atuação do Estado frente às novas exigências, tendo em vista que os movimentos rurais lutam por melhores condições sociais no campo para o desenvolvimento rural, e como resultado, criação de políticas de financiamentos. Para Mattei (2005):

Nesse cenário foi criado, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), para atender a uma antiga reivindicação das organizações dos trabalhadores rurais, as quais demandavam a formulação e a implantação de políticas de desenvolvimento rural específicas para o maior segmento da agricultura brasileira, porém, o mais fragilizado em termos de capacidade técnica e de inserção nos mercados agropecuários. Deve-se ressaltar que nesse processo os atores sociais rurais, por meio de organizações e de lutas, desempenharam papel decisivo na implantação do programa, considerado uma bandeira histórica dos trabalhadores rurais, pois permitiria a esses o acesso aos diversos serviços oferecidos pelo sistema financeiro nacional, até então negligenciados aos agricultores familiares. Assim, a criação do Pronaf representa a legitimação, pelo Estado, de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então era praticamente marginalizada em termos de acesso aos benefícios da política agrícola, bem como designada como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência (2005, p. 12)

Diante da questão posta pelo autor compreendem-se dois aspectos fundamentais. O primeiro fica claro que a política de fortalecimento da agricultura era para atender as reivindicações dos movimentos sociais na década de 1990 tendo em vista que o PNRA não atendeu suas necessidades. Segundo, evidencia as novas vertentes do mercado capitalista através de financiamento, produção, renda, insumos, máquinas etc., características do Estado Neoliberal¹³.

A implantação do PRONAF surge em detrimento das transformações e reivindicações dos atores rurais, sendo o Estado o mentor e organizador estratégico no planejamento e execução dessa política agrícola com o objetivo de atender as demandas

¹³ Neoliberalismo é uma redefinição do liberalismo clássico influenciado pelas teorias econômicas neoclássicas entendidas como produto do liberalismo econômico. Nasceu nos Estados Unidos da América e teve como alguns dos seus principais defensores Friedrich A. Hayeck e Milton Friedman. Define-se neoliberalismo como conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia, onde deve haver total liberdade de comércio, para garantir o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país. (ANDERSON, 1995)

rurais. Para Wanderley (2009), o termo agricultura familiar em nosso país está relacionado na forma social caracterizada pela unidade entre: trabalho, produção e o modo de vida. Assim, a relação interdependente dessa tríade constitui características do agricultor familiar, porém, sofrem transformações a partir das mudanças políticas e econômicas atuais, fatores que tem contribuído na gestação dessa categoria dinâmica e mutável, hoje presente no contexto social brasileiro.

O PRONAF apresenta-se lacunas e limitações, mas diante da desigualdade rural representa uma política de mudança proporcionando aos sujeitos excluídos do campo e aos produtores de baixa renda o direito ao crédito e ao financiamento. A esse respeito a autora corrobora com as afirmações, pois “o Programa de Apoio a Agricultura Familiar (PRONAF), implantado no Brasil nos anos 1990, apesar dos limites conhecidos à sua efetivação constitui expressão de mudança favorecendo aos trabalhadores rurais acesso a crédito” (WANDERLEY, 2009, p. 308)

Desde o lançamento do PRONAF, a agricultura familiar brasileira passou a ganhar destaque, seja porque no âmbito internacional há uma valorização de terras produtivas frente à modernização no campo ou pela necessidade de potencializar o espaço rural. A esse respeito Lustosa (2012) destaca que:

Conforme seus idealizadores, emergem a necessidade não só no Brasil, mas, também, na maioria dos países do primeiro mundo. – os quais, ainda no início do século XX, optaram pelo fomento a agricultura familiar – de um novo ideário destinado a resgatar a importância de revalorização do mundo rural. Pois coube à OCDE redirecionar a visão de que a “ruralidade não é mais sinônimo de atraso” (2012, p. 74).

Isso revela as mudanças provocadas pelas novas demandas sociais no campo e a necessidade de implantar políticas que atendam as exigências rurais. De fato, o PRONAF se tornou o programa de referência para um conjunto mais amplo de questões relacionadas ao próprio desenvolvimento rural. Não sem motivo, ao longo dos anos, o governo ampliou o programa e segmentou em grupos A, B, C, D e E, para atender as diferentes demandas no campo, conforme revela o quadro 05 abaixo:

Quadro 05 – Classificação dos agricultores do PRONAF por Grupo.

GRUPO	CATEGORIAS
A	Assentados da Reforma Agrária e agricultores familiares com renda baixa.
B	Agricultores familiares com renda bruta anual até R\$ 4 mil e que obtenham ao menos 30% desse valor da atividade agropecuária
A/C	Egressos do Grupo A
C	Agricultores familiares com renda bruta anual de R\$ 4 mil até R\$ 18 mil e que obtenham ao menos 60% dos seus rendimentos da atividade Agropecuária
D	Agricultores familiares com renda bruta anual de R\$ 18 mil até R\$ 50 mil e que obtenham ao menos 70% dos seus rendimentos da atividade agropecuária
E	Agricultores familiares com renda bruta anual de R\$ 50 mil até 110 mil e que obtenham ao menos 80% dos seus rendimentos da atividade agropecuária.

Fonte: MDA/SAF/PRONAF (2007).

Na verdade, o PRONAF passou a ser entendido, especialmente pelos seus gestores governamentais, como a mola-propulsora de uma estratégia nacional de valorização da diversidade social da agricultura familiar e do meio rural. Ou seja, o PRONAF destinava-se para fortalecer a agricultura familiar e modernizá-la, superando o atraso existente no campo. Nestes termos, sua missão fundamental seria combater as desigualdades sociais e regionais que marcaram as políticas estatais tradicionais voltadas para estimular a modernização tecnológica da agricultura brasileira. Porém, é importante construir algumas reflexões críticas sobre essas categorias do PRONAF, pois representa uma política de fortalecimento da agricultura no campo, logo também não simboliza para o desenvolvimento do capitalismo no campo? Essas categorias caracterizam uma caminhada em degraus para a expansão do agronegócio no campo ou para resolver o problema da desigualdade no campo? Esses questionamentos nos conduzem perceber os elementos ideológicos escondidos nessa política. Busca-se abordar algumas discussões históricas sobre a política “pronafiana”.

Conforme Mattei (2005), o PRONAF se intensificou a partir de 1997, quando o programa ganhou maior dimensão e passou a operar de forma integrada em todo o território nacional. Do ponto de vista operacional, o PRONAF concentra-se em quatro grandes linhas de atuação, conforme revela o Quadro 06, com base em Mattei (2005):

Quadro 06 - Eixos do PRONAF

EIXOS DO PRONAF	
FINANCIAMENTO	FINALIDADE
Produção	Destina anualmente recursos para custeio e investimento, financiando atividades produtivas rurais em praticamente todos os municípios do país.
Infraestrutura e serviços	Apoio financeiro aos municípios de todas as regiões do país para a realização de obras de infra-estrutura e serviços básicos.
Capacitação e profissionalização de agricultores familiares	Promoção de cursos e treinamentos para os agricultores familiares, conselheiros municipais e equipes técnicas responsáveis pela implementação de políticas de desenvolvimento rural; financiamento da pesquisa e extensão rural.
Pesquisa e extensão rural	Destinação de recursos financeiros para a geração e a transferência de tecnologias para os agricultores familiares.

Fonte: Mattei (2005)

Os eixos de atuação do PRONAF visam dar maior amplitude aos trabalhadores do campo através da política de financiamento. Contudo, decorridos quase vinte anos desde sua criação, será que o programa vem conseguindo atender e contribuir para redirecionamento da política de financiamento agrícola a favor do desenvolvimento rural aos agricultores familiares? Em termos práticos será que houve melhoria de vida desses agricultores familiares através da política do PRONAF?

Com o propósito de responder estas indagações buscamos elementos da história do PRONAF analisando seus resultados. Entre eles destaca-se que a política desse programa promovido pelo financiamento do crédito rural não tem sido suficiente para alicerçar as bases de um novo padrão de desenvolvimento no campo brasileiro, que em muitos aspectos, ainda apresenta o viés da desigualdade rural e alta concentração fundiária.

Neste sentido, procura-se sintetizar três eixos básicos sobre a política agrária do PRONAF. O primeiro discute de forma crítica os avanços e impasses da política de crédito do PRONAF. O segundo analisa a evolução e a distribuição dos recursos financeiros do programa para agricultores familiares e o terceiro analisa seus impactos no meio rural.

O primeiro eixo destaca que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF beneficiou um número significativo de agricultores familiares em todo o país com a finalidade de promover desenvolvimento rural e fortalecimento da agricultura familiar. Para Mattei (2005):

A região Nordeste representa quase 50% de todos os estabelecimentos familiares no país, ou seja, o número de módulos rurais¹⁴ constitui grande parte dos estabelecimentos familiares. Tomando-se como ponto, a região Sul detinha 60,5% do total dos contratos, ao passo que a região Nordeste ficava com apenas com 22%, sendo que essa área concentra quase 50% dos estabelecimentos agropecuários familiares do país, havia uma distorção do programa, pois parte dessa categoria de agricultores continuava à margem dos benefícios do crédito rural (2005, p. 12)

Para o autor a região Sul apresenta o maior número de contratos, pois compreende-se que os resultados permeiam em torno da desigualdade, já que a maioria desses estabelecimentos encontram-se na região Nordeste representando baixos percentuais de contratos, isto significa que, o programa tem deixado a margem muitos agricultores familiares. Observa-se que a política de financiamento e o número de famílias assentadas revelam-se tímidos e ineficientes diante da demanda de agricultores familiares. Logo, percebe-se que o êxito do PRONAF se revela apenas no discurso do Estado em promover o fortalecimento da produção agrícola no campo.

O segundo eixo destaca os recursos de financiamentos destinados aos agricultores familiares, pois de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, desde a implantação do PRONAF houve um crescimento significativo de contratos e de recursos para o campo, conforme revela a Tabela 01:

Tabela 01 - Número de contratos e montante de crédito rural do PRONAF por ano fiscal de 1996/2010.

Ano	Número de Contratos	Recursos (R\$)
1996	311.406	556.867.943,17
1997	486.462	1.407.660.438,18
1998	646.244	1.357.455.540,94
1999	802.849	1.829.731.597,98
2000	969.727	2.188.635.003,31
2001	910.466	2.153.351.258,79
2002	953.247	2.404.850.769,99
2003	1.138.112	3.806.899.245,48
2004	1.611.463	5.761.475.996,11
2005	1.671.183	6.404.190.129,32
2006	1.858.048	8.101.543.699,88
2007	1.719.160	9.295.838.217,96
2008	1.459.721	9.759.838.901,83
2009	1.430.820	11.250.400.620,80
2010	1.340.728	12.213.830.210,05

Fonte: SAF/MDA (2010)

¹⁴ Define-se o conceito de módulo rural a propriedade familiar nos termos do inciso II, do artigo 4º da Lei nº 4.504/64 do Estatuto da Terra: "o imóvel rural que, direta e pessoalmente, explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com ajuda de terceiros" (Lei 4.504/64, ESTATUTO DA TERRA – 1964).

Assim, a Tabela revela o crescimento astronômico de contratos e recursos destinados ao PRONAF. A partir do segundo governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) e, principalmente, nos seis primeiros anos da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2008), os critérios de distribuição do crédito rural foram reformulados visando adequar a estrutura normativa do programa à diversidade da agricultura familiar para atenuar as desigualdades no campo, sendo que os montantes de recursos, embora com leve estagnação, continuaram se acentuando.

Neste sentido, Abramovay (2005) destaca que o total de recursos disponibilizados de 1999 a 2002 ficaram estáveis, situado na cifra de R\$ 2 bilhões. A partir de 2003-2004 houve aumento progressivo no montante de recursos disponíveis para agricultores familiares priorizados pela política agrícola de desenvolvimento rural, momento em que os recursos do PRONAF entram em expansão, pois destaca-se que:

A partir do ano-safra 2003-2004, o valor financiado cresceu acentuadamente, indicando a decisão política do governo recém-empossado de expandir o programa. O valor financiado ultrapassou R\$ 10 bilhões no ano-safra 2008-2009 e se manteve nesse patamar em 2009-2010. O comportamento do número de contratos é um pouco diferente daquele apresentado pelo valor financiado. Há aumento até o ano-safra 2005-2006, quando foram registrados 1,9 milhão de contratos no âmbito do Pronaf, e, em seguida, redução, tendo havido, em 2009-2010, 1,4 milhão de contratos. Associada à queda do número de contratos está uma tendência de elevação do valor médio dos financiamentos. No ano-safra 2001-2002, o valor médio dos financiamentos foi de R\$ 2,3 mil; em 2009-2010, passou a R\$ 7,8 mil – aumento explicado, em parte, pela elevação dos limites de financiamento permitidos no âmbito do programa (CONTI; ROITMAN, 2011, p. 138)

Em termos quantitativos dos recursos destinados ao PRONAF realmente é notório o crescimento e a expansão exponencial do programa em todas as regiões do país; a essa questão Mattei (2005) ratifica sobre a expansão do programa do governo federal. Porém, é importante ressaltar que houve algumas limitações do programa no que concerne a distribuição dos recursos, sendo que as regiões que apresentam maior desigualdade rural foram contempladas com menos recursos. Assim, a distribuição dos recursos ocorreu de forma diferente, sendo que 12% foram destinados para a região Sudeste, enquanto apenas 2,5% para região Norte. A partir do ano de 2004 a distribuição percentual entre as regiões mudou bastante, uma vez que houve um significativo crescimento nos recursos tornando-se mais expressivos no triênio 2008-09-10; isso se deu em virtude de muitos agricultores que não tinham acesso as linhas de

créditos diante das dificuldades de financiamento foram contemplados com os recursos do PRONAF.

A esse respeito destaca que “o uso dos recursos públicos acabaram fazendo com que diversos instrumentos desse programa – especialmente o crédito rural – atendessem a um número cada vez maior de agricultores familiares, segmento tradicionalmente excluído da política agrícola brasileira” (MATTEI, 2005, p. 63). Diante do exposto, percebe-se que o percentual de agricultores beneficiados com o programa intensificou-se nesse período.

Outra questão importante a enfatizar é a ampliação do universo de beneficiários do PRONAF, resultado de sucessivas autorizações que permitiram que agricultores familiares com renda mais alta também pudessem ser enquadrados no Programa. O critério de renda estabelece que podem acessar crédito por meio do programa agricultores familiares com renda familiar anual de até R\$ 110 mil.

Em função da expansão e do crescimento do PRONAF em quase todos os municípios renovaram-se também as linhas de créditos atendendo diferentes grupos e categorias específicas como: PRONAF Agroindústria, PRONAF Mulher, PRONAF Jovem Rural, PRONAF Semiárido, PRONAF Floresta, PRONAF Agroecologia, PRONAF Pesca, PRONAF Pecuária Familiar, PRONAF Turismo da Agricultura Familiar, PRONAF Máquinas e Equipamentos, PRONAF ECO Sustentabilidade Ambiental. Sem dúvida, essa expansão tem a finalidade de promover linhas de financiamento e infraestrutura aos trabalhadores do campo contemplando os diferentes sujeitos do mundo rural, no caso, famílias de agricultores assentados da reforma agrária, extrativistas, pescadores artesanais, remanescentes de comunidades quilombolas e povos indígenas que praticam atividades produtivas agropecuárias ou não-agropecuárias no meio rural.

Se por um lado, os dados revelam existência do crescimento de recursos destinados ao programa atendendo números maiores de agricultores familiares no campo, por outro, aumentou o acesso ao financiamento e créditos aos diferentes atores sociais do mundo rural. Então, levantam-se as questões: Por que os problemas do campo ainda permanecem? Por que ainda há desigualdade fundiária muito grande no país? Se os agricultores familiares tiveram acesso ao crédito qual situação socioeconômica vivem

no campo? E a Região Norte porque ainda apresenta grande concentração fundiária e desigualdade social no campo?

Define-se a partir dos dados censitários e de autores que têm produções científicas sobre o tema, tais como Abramovay (2005), Mattei (2005) e Schneider (2004) que a política de financiamento de crédito aos agricultores familiares visa fortalecer e diversificar a produção agrícola do campo. Portanto, o programa tem o intuito de melhorar as condições sociais e econômicas dos trabalhadores do campo, porém apresentam-se alguns percalços nos seguintes aspectos: a) Os órgãos responsáveis tiveram pouco acompanhamento no processo de investimentos dos recursos destinado ao setor de produção agrícola, tais como: irrigação, adubos, preparação da terra e condições de escoação da produção; b) Houve pouca formação e preparação do agricultor familiar, isto é, a profissionalização do agricultor para tal fim, onde possa se especializar na produção agrícola através da Secretaria de Agricultura ou da Federação dos Agricultores Familiares¹⁵. Estes são alguns apontamentos que se revelam latente nas lacunas deixadas pelo programa.

O terceiro eixo apresenta os impactos do PRONAF no meio rural. Não obstante, compreende que a política do PRONAF está relacionada à oferta de emprego no campo e ao acesso de crédito aos agricultores familiares revelando potencial econômico. Na verdade, uma das maiores preocupações do programa refere-se a sua capacidade de estabilizar e manter empregos no meio rural, isto é, esses indicadores sinalizam que o financiamento dos agricultores familiares pode funcionar como um instrumento importante para conter o êxodo rural através do estímulo à criação e manutenção de ocupações produtivas no campo. Assim, na sua vertente, constata-se que a maioria dos beneficiados que possuem as melhores linhas de créditos precisa comprovar determinada renda anual e possibilidades de quitação do financiamento,

¹⁵ A FETRAF - Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar nasceu de uma decisão tomada no I Encontro Nacional da Agricultura Familiar em Julho de 2004 em Brasília, tendo sua origem na luta efetiva dos Agricultores e Agricultoras Familiares numa fase muito rica de debates e proposições baseadas no novo sindicalismo. Com a fundação da CUT (Central Única dos Trabalhadores) no início dos anos 80, cresce o movimento de oposição sindical de linha da CUT, que tinha como principais objetivos superar o peleguismo e resgatar os princípios da liberdade e autonomia sindical suprimidos pela intervenção da Ditadura Militar (1964-1984). Nos últimos dez anos os Agricultores e Agricultoras Familiares conseguiram muitas conquistas, uma das mais importantes é a estrutura organizativa que se constitui a partir da base, tanto no campo sindical quanto na organização econômica da produção familiar. <http://www.fetra.org.br/19/federacoes>.

logo, apenas aqueles que possuem maior capital conseguem contrair maiores valores financiados.

A criação do PRONAF foi um dos acontecimentos históricos importantes que ocorreu na esfera das políticas públicas para o meio rural brasileiro. O programa se transformou em instrumento de apoio à agricultura familiar do país com maior acesso ao crédito barato elevando a produção da riqueza agropecuária nacional. Entretanto, os subsídios especiais embutidos nos recursos do PRONAF não estão sendo distribuídos de forma equitativa entre as diferentes categorias de agricultores familiares brasileiros. Isto porque, o programa apresenta forte tendência concentradora de renda ao privilegiar agricultores familiares mais capitalizados das regiões mais ricas do país na aplicação do crédito rural, pois para Mattei (2005):

Ao longo das últimas safras agrícolas, o Pronaf ganhou capilaridade nacional, estando presente, atualmente, em praticamente todos os municípios do país. O *ranking* dos cem maiores tomadores de crédito contudo, revelou uma concentração da ordem de 82% na região Sul. Em decorrência dessa distribuição, verifica-se que 90% dos contratos do *ranking* foram destinados aos municípios dessa região, o que corresponde a 85% do montante dos recursos disponibilizados no período considerado. Os municípios gaúchos presentes no estudo respondiam por 58% dos contratos e 49% do montante dos recursos. Além disso, observa-se que todos os dez municípios do *ranking* se localizavam no estado do RS. (2005, p. 65)

Logo, percebe-se a discrepância e as limitações do programa caminhando de encontro aos seus objetivos para o campo, pois se historicamente o Brasil apresenta altos índices de concentração fundiária e fragilidade no sistema social rural, como as linhas de créditos encontram-se concentradas justamente nas regiões mais ricas? Ainda neste viés, Queiroz (2012) na tese de doutorado intitulada “Os impactos do PRONAF sobre as condições produtivas, econômicas e sociais dos agricultores familiares na Região Sul e Nordeste”, apresenta também algumas reflexões sobre os descompassos provocados pela política do PRONAF em que os recursos de créditos estão direcionados para a Região sul do país. Para Queiroz (2012):

O número de agricultores beneficiados do PRONAF é mais intensa na região sul e, portanto, é nesta que se concentra quase a metade dos recursos do PRONAF, o primeiro aspecto negativo a ser ressaltado, ou seja, a concentração extrema, a nível regional, dos recursos do PRONAF (2012, p. 54)

Ora, se por um lado um dos principais objetivos dessa política era combater desigualdades sociais nas regiões consideradas mais pobres do país, por outro, estas foram as que menos receberam recursos financeiros do PRONAF, conforme afirmam Mattei (2005) e Queiroz (2012). Entra-se, então, numa situação paradoxal que revelam algumas inquietações: Afinal, porque as regiões mais pobres receberam menores valores de financiamentos? O programa visa atender agricultores familiares pobres para aumento da produção agrícola melhorando sua condição social ou atender agricultores familiares capitalizados e organizados em cooperativas ampliando o mercado capitalista do agronegócio no campo? Tudo indica que a política de crédito, ao invés de diminuir as desigualdades regionais e sociais, está levando ao acirramento destas categorias no interior da agricultura familiar, tais como: trabalho assalariado no campo, dependência financeira e acúmulo de capital. Esta característica é especialmente preocupante, pois sinaliza um distanciamento dessa política agrária com seu objetivo básico que é exatamente reduzir desigualdades sociais do campo.

Mediante esta visão paradoxal do PRONAF evidenciam-se suas limitações, necessidades e adequações para resolver os problemas no campo, porém é inegável que este programa tem beneficiado milhares de agricultores familiares que precisam de apoio das políticas públicas agrárias para superar as dificuldades do campo através de créditos e financiamentos de bancos públicos com juros baixos contribuindo para aquisição de recursos para potencializar a produção agrícola. Tendo em vista que, desde a implantação do crédito rural e do IPNRA a realidade dos agricultores no campo tem apresentado poucos resultados, principalmente na superação das desigualdades sociais. Entretanto, apesar de suas limitações - localidades com maior concentração fundiária e maior pobreza, os recursos se destinaram de forma parca e limitada - fica evidenciada que essa política se revela eficiente para o desenvolvimento da produção agrícola melhorando as condições sociais e econômicas dos pequenos e médios proprietários de terras.

Portanto, verifica-se nas proposições apresentadas que o desafio do PRONAF é atender aos agricultores familiares nas diferentes regiões do país de forma igualitária e de acordo as necessidades regionais, pois se constata que a distribuição dos recursos não ocorreu de forma equivalente, sem levar em consideração as desigualdades regionais que o país tem revelado nos últimos anos.

Neste viés, analisa-se também o PRONAF no Estado de Roraima, implantado em 2002 para atender os agricultores que vivem da agricultura familiar nos projetos de assentamentos rurais. De acordo com o depoimento do diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural - DATER, órgão responsável pelo assessoramento e orientação aos agricultores familiares, o Estado atualmente possui o programa em todos os seus 15 municípios. Diante da amplitude do tema, direciona-se a investigação para o município de Mucajaí, especificamente o projeto de colonização do Apiaú localizado na RR - 325, a 52 km da sede do município.

Direciona-se a investigação para o Apiaú em virtude dos problemas relacionados ao campo, tais como: produção agrícola, regularização de terras, ausência de apoio ao produtor rural, transporte para escoar a produção, políticas públicas do Estado, vicinais intrafegáveis, melhores condições de saúde e educação na região etc. Portanto, investigar o PRONAF é conhecer a vivência dos agricultores familiares na região do Apiaú na busca de compreender e interpretar os impactos do programa no campo, revelando os resultados dessa política agrária através dos sujeitos sociais que utilizaram seus recursos.

2. IMPLANTAÇÃO DAS COLÔNIAS AGRÍCOLAS NO ESTADO DE RORAIMA: A COLÔNIA FERNANDO COSTA E O PROJETO DE COLONIZAÇÃO DO APIAÚ

A questão agrária em Roraima possui ainda poucas produções científicas quando se pesquisa sobre o processo de ocupação de terras e também sobre a realidade fundiária do Estado, seja pela complexidade do tema ou pelas diferentes categorias que compõem o cenário agrário, como populações indígenas, ribeirinhos, quilombolas, garimpeiros, trabalhadores rurais, fazendeiros e grupos políticos. Portanto, há um campo fértil e fecundo no que se refere a produções científicas nesse viés. Tenta-se abordar aqui um breve contexto histórico da ocupação de Roraima utilizando como ponto inicial a década de 1990 até os dias atuais com base em alguns autores que analisaram características principais da ocupação do Estado, entre eles, Farage (1988), Santos (2004), Magalhães (2008) e Vieira (2007), que apresentam discussões nos aspectos históricos, no processo de ocupação, na formação do Estado e nas relações sociais e econômicas dos diferentes sujeitos nesta parte da Amazônia.

Essa região amazônica permaneceu praticamente isolada do restante do país em virtude da distância e das dificuldades de acesso, pois a principal via era o rio Branco, navegável durante a estação chuvosa. O interesse em ocupar a região ocorreu a partir da ocupação da Amazônia para garantir a posse das terras através do contato com os índios, tendo como objetivo demarcar novas fronteiras no Norte utilizando o indígena como muralhas e fronteiras, fatores imprescindíveis para sustentar a posse da terra com suas riquezas naturais e minerais, conforme destacam Vieira (2007) e Farage (1988). Justamente com esse contato estabeleceram os aldeamentos, a construção do forte São Joaquim e, posteriormente, a introdução do gado na região e a posse das terras. A esse respeito Vieira (2007) destaca:

Junto aos aldeamentos e preocupados em não partilhar as riquezas da região amazônica como todo, resolveram estabelecer uma atividade econômica, construir o Forte São Joaquim, em 1775, apesar de ter sido dada a ordem para iniciar a construção, por Carta Régia, em 1752 (2007, p. 19)

Se, por um lado, a construção de fortes na região Amazônica era a garantia da posse da terra, por outro era preciso desenvolver uma atividade comercial que pudesse ser lucrativa. Assim, a introdução de gado no vale do rio Branco por Lobo D' Almada foi a mola propulsora para ocupação dos portugueses na região e para garantir a posse

das terras. Esses fatores revelariam conflitos com exploração e expulsão dos indígenas de suas aldeias. Para Vieira (2007):

O projeto da pecuária barraria definitivamente a penetração de estrangeiros e a cobiça de outras nações europeias, além de aproximar economicamente essa região do rio Negro, pois dilatava o comércio interno e o externo, tendo como matéria prima o resultado da produção de carne e couro proveniente da instalação das fazendas do Rei. Nádia Farage observou que no rio Branco, para que a atividade com o gado fosse bem sucedida, foi necessário, novamente conquistar a simpatia dos índios, principalmente por serem a maioria naquele período. Isso não significa que a violência deixasse de ser empregada. Porém, a especificidade da ocupação dessa região fizera das populações indígenas, como já apontamos, um elemento importante nessa conquista passando a ser requisitada desde a construção do forte São Joaquim, junto com os projetos dos aldeamentos. (2007, p. 33-34).

Diante dos apontamentos de Vieira (2007) sobre os conflitos gerados pela ocupação do europeu no vale do rio Branco fica evidenciado o fator econômico como elemento fundamental para ser desenvolvido na região amazônica, logo, compreende-se que a cultura da criação de gado em Roraima tem suas raízes históricas, remontando ao início da colonização e permanecendo até os dias atuais. Entretanto, os anseios em promover a colonização no Norte do país se intensificam somente a partir do século XX através da exploração da borracha, produto bastante procurado para atender a demanda das fábricas automotivas. Com a criação do Território Federal de Roraima, em 1943, os avanços dos movimentos sociais no campo, a implantação do projeto de integração nacional e a necessidade de expandir economicamente o Norte, desencadearam-se novas políticas de ocupação da região, contribuindo para chegada de migrantes das diversas regiões do país, principalmente das cidades com maior tensão social.

Busca-se, assim, tecer algumas questões acerca da ocupação Amazônica tomando com base a segunda metade do século XX, não no sentido de simplificar a discussão, mas compreender que a formação do espaço fundiário com seus diferentes atores será protagonizado exatamente a partir desse marco temporal. Diante da necessidade da expansão do capitalismo no cenário mundial, o espaço amazônico e, em particular o Estado de Roraima, se destacaria como território estratégico para exploração dos recursos naturais e para o desenvolvimento econômico. Portanto, o fluxo migratório para Roraima inicia-se com a abertura das rodovias federais e por influências políticas para formação de colônias agrícolas na região, pois a colonização do Estado

torna-se real com a construção das BRs - 210 e 174. A esse respeito Santos (2013) destaca que:

O primeiro projeto colonizador nasceu após a criação do território, sendo criadas três colônias agrícolas para abastecer a capital de gêneros alimentícios. Com a abertura das rodovias BR-174 e 210, na década de 1970, ocorreu um movimento migratório quase constante, patrocinado a partir de 1979 no governo Ottomar Pinto (...) A década de 1980 marcou, pois, a intensificação desse movimento e a transformação do território em estado federativo em 1988, se deu durante uma curva ascendente da migração. (2013, p. 185)

Na afirmação do autor percebe que a criação do Território Federal de Roraima contribuiu não somente para ocupação da região, mas para formação de colônias agrícolas e para criação do Estado através dos fluxos migratórios. Não há dúvida que as construções das rodovias funcionaram como discurso político para integração da Amazônia através da distribuição de terras e da formação de colônias agrícolas com o objetivo de pulverização dos movimentos camponeses ocorridos na região nordestina, na tentativa de arrefecimento das tensões sociais nas regiões mais pobres do país.

Para Feliciano (2006) o que ocorreu foi “uma forte migração de camponeses do Nordeste (onde os conflitos sociais eram mais expressivos e tensos) para as regiões Norte e Centro-Oeste, ao passo que não acontecia uma Reforma Agrária como foi apregoada pelos militares” (FELICIANO, 2006, p.36). Portanto, para criar espaços na Amazônia que atendesse essa demanda migratória era preciso construir um discurso ideológico oferecendo terras para trabalhadores rurais que sonhavam com vida melhor garantindo o sustento de suas famílias, pois as viagens para Roraima seriam oportunidades para mudança e o sonho de uma vida melhor.

Para compreender o crescimento do fluxo migratório é preciso destacar alguns fatores que impulsionaram essa ocupação da Amazônia, entre eles destaca-se a criação do Território Federal do Rio Branco¹⁶ durante o governo Vargas, o crescimento industrial no Sudeste, a criação de pólos urbanos na Amazônia e no Centro-Oeste, como a construção de Brasília, a Zona Franca de Manaus e a aberturas de rodovias –

¹⁶Criado pelo Decreto-Lei n.º 5812, de 13 de setembro de 1943. Art. 1º São fixados os seguintes limites para os Territórios Federais criados pelo Decreto-lei n.º 5.812, de 13 de setembro de 1943. O Território Federal do Rio Branco - a Oeste, Norte e Leste, os limites com a República da Venezuela e a Guiana Inglesa; a Sudeste e Sul, o rio Jamundá ou Nhamundá, da sua nascente principal na Serra Uassari até o paralelo da nascente principal do rio Alalaú. (FREITAS, 1993, p. 22)

Belém/Brasília e Cuiabá/Porto Velho. Foi durante o Regime Militar (1964-1985) que os militares colocaram em prática o Projeto de Integração Nacional, PIN, criaram o INCRA, em 1970 e iniciaram a construção da transamazônica com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico do país. Entretanto, isso apenas possibilitou o surgimento de grileiros, posseiros e fazendeiros na Amazônia (MAGALHÃES, 2008). Diante do contexto do Projeto de Integração Nacional o Estado de Roraima sai do isolamento através da construção das BRs-174, sentido Norte/Sul e 210, sentido Leste/Oeste - Perimetral Norte - contribuindo para o INCRA desenvolver projetos de assentamentos na região Sul do Estado, proporcionando a formação de pequenos núcleos urbanos, Magalhães (2008) afirma que:

Foi desse modo que se formaram e desenvolveram as pequenas cidades do sul e sudeste de Roraima, oriundas principalmente de assentamentos agrícolas. Assim, observa-se que a chegada de colonos se deu simultaneamente a chegada de fazendeiros, comerciantes, funcionários e outros. Desde que o poder público iniciou a construção de estradas, teve início a migração para essas áreas até então desconhecidas. A busca de “terras virgens”. A população excedente do nordeste, principalmente maranhenses, mas ainda dos estados do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina, passaram a buscar terras na Amazônia e, conseqüentemente, o sul de Roraima (2008, p. 148)

Fica claro que o processo de ocupação na Amazônia ocorreu de forma conflitante provocando disputas e tensões pela terra, pois, se por um lado, percebe-se a chegada de trabalhadores rurais para ocupação e produção no campo, por outro, chegam também fazendeiros, empresas e grileiros que apropriam-se das terras formando latifúndios para desenvolvimento da pecuária e do agronegócio. Esses fatores desencadeariam no campo tensões, lutas e exploração, além de um cenário de concentração fundiária.

Nesse sentido, as questões apresentadas não se distanciam das questões do Estado de Roraima, pois a implantação das colônias agrícolas a partir da criação do Território Federal do Rio Branco, nas quais se destacam a colônia agrícola Fernando Costa (Mucajaí) e a colônia agrícola Brás de Aguiar (Cantá), situadas a 52,4 km e 30 km respectivamente da cidade de Boa Vista, apresentou esse viés de ocupação: trabalhadores rurais, garimpeiros, grileiros, posseiros, grupos políticos, fazendeiros etc. Essas colônias foram criadas para atender e fornecer alimentos para a capital, conforme destaca Magalhães (2008): “foram implantadas colônias agrícolas a fim de abastecer

Boa Vista de produtos hortifrutigranjeiros e de aumentar o contingente populacional” (MAGALHÃES, 2008, p. 125).

Sobre esse aspecto a cidade de Boa Vista funcionava como centro receptor de produtos agrícolas para atender o comércio local, tendo em vista que o crescimento populacional estava em expansão em virtude da migração.

A criação dessas colônias proporcionou não somente o abastecimento da capital, mas a formação de núcleos urbanos que, mais tarde, tornariam municípios do Estado. As colônias criadas à margem direita do rio Mucajaí, a Colônia Fernando Costa fundada em 1950 ficou conhecida como “Mucajaí”, e a Colônia de Brás de Aguiar, fundada em 1954 ficou conhecida como “Cantá”, ambas localizadas próximas de Boa Vista. A maioria dos imigrantes que se fixaram na região era oriunda, principalmente da Região Nordeste que sonhava em trabalhar na terra e melhorar suas condições vida. Logo, essas colônias serviram de estímulos que atraíram outras para adquirir terras, além de receberem incentivos para os assentamentos. Nesse sentido, apresenta-se o trabalho de Cordeiro (2012) que investiga as origens da formação do Estado de Roraima destacando que “famílias eram recrutadas para a Amazônia, recebiam passagem para chegar a Boa Vista, onde recebiam alojamento, roupas e utensílios domésticos, depois eram transferidos para as áreas de assentamentos” (CORDEIRO, 2012, p. 46). Outro importante trabalho de destaque que investiga o processo de formação e construção do espaço urbano em Boa Vista fazendo reflexão à luz de autores que tratam das migrações para o Estado é trabalho de Veras (2012).

É importante salientar que muitas famílias se destinavam para Roraima com o objetivo de conquistar um “pedaço de terra” e garantir seu próprio sustento, porém, muitas ficavam a mercê das condições precárias que encontravam nos assentamentos e migravam para a capital. Ainda a esse respeito Veras (2012) considera que:

muitas das famílias assentadas não permaneciam por muito tempo nos assentamentos, em virtude da descontinuidade administrativa do Território. O fato é que alguns assentados retornavam para Boa Vista na esperança de conseguir um emprego para sustentar a família, evidenciando o êxodo rural e as invasões de terrenos baldios na periferia da cidade (2012, p. 47).

Nas afirmações do autor, compreende-se que existe descontinuidade do trabalho administrativo com ações direcionadas para o campo contribuindo para o

inchaço da capital por meio da migração, tendo em vista que as dificuldades enfrentadas nos lotes favoreciam a saída dos assentados para a cidade. Percebe-se que a criação das colônias para assentamentos de famílias oriundas do Nordeste não se revelariam promissora porque a maioria dos assentamentos apresentava dificuldades para o agricultor desenvolver a produção agrícola esbarrando em diferentes problemas do campo: transporte, condições das estradas, falta de apoio do governo, condições de habitação, infraestrutura, crescimento fundiário etc. Nesse sentido, a colônia Fernando Costa se revelou tímida no que se refere ao seu objetivo elementar, potencializar a produção agrícola no município.

Outro ponto importante que merece destaque é a consolidação da colônia através da abertura da BR-174 e da construção da ponte sobre o rio Mucajaí, pois não há dúvida que esses eventos representariam o diferencial no que tange a ocupação dessa região. Esses dois acontecimentos proporcionaram maior infraestrutura urbana da localidade contribuindo para aumentar o contingente populacional. Assim, os fatores que levaram ao processo de formação do município de Mucajaí e das transformações urbanas ocorreram a partir do eixo da rodovia, da criação de vários projetos de assentamento e da distribuição de lotes. Portanto, destaca-se que o processo de criação do município de Mucajaí perpassa por dois fatores principais – garantir a posse da região e desenvolver a produção – tendo como finalidade o abastecimento agrícola para a capital.

2.1 UM BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE MUCAJAI

Quando analisa-se o processo de ocupação e criação da cidade de Mucajaí ela não difere das demais cidades do Estado de Roraima, isso porque a maioria delas surgiram principalmente em virtude dos projetos de assentamentos e de colônias criadas nas diferentes localizações geográficas do Estado. A abertura das principais rodovias federais construídas ao longo do eixo norte/sul – BR-174 – e do eixo leste/oeste – BR 210 – incentivou a chegada de migrantes de todo o país contribuindo para o crescimento populacional do município, questões já citadas anteriormente. Em Roraima o processo de ocupação na sua extensão territorial intensificou-se nos anos de 1980, isso porque a continuidade da ocupação da Amazônia através dos projetos executados pelos militares

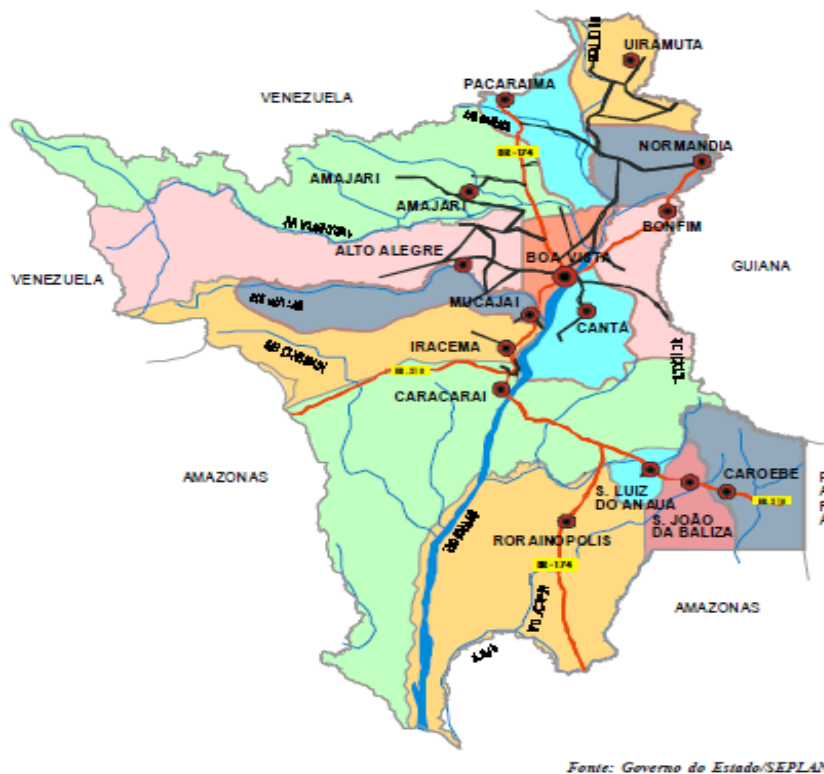
buscava garantir a segurança nacional e o povoamento da região. A esse respeito Magalhães (2009) destaca que:

A Amazônia assume posição-chave frente às prioridades econômicas e geopolíticas de ordens externa e interna. No plano interno, é vista como capaz de promover uma solução para os problemas de tensão social do Nordeste e ainda para a continuidade do crescimento do centro dinâmico do Sudeste. Já as implicações geopolíticas de ordem externa incluíam a vulnerabilidade da extensa região quanto à organização de focos revolucionários. (2009, p. 60)

Observa-se que a intencionalidade da ocupação Amazônica é vista pelos governos como ação estratégica que possibilitaria o desenvolvimento econômico e a redução das tensões sociais no Nordeste. Portanto, promover a política de ocupação fundiária para Amazônia seria o caminho viável para os problemas sociais das regiões pobres e a base estrutural da ocupação fundiária ficaria sobre a responsabilidade do INCRA através dos Programas de Assentamentos Rápidos – PAR – e dos Programas de Assentamentos Dirigidos – PAD.

Nesse sentido, a cidade de Mucajai tem sua origem em um projeto de assentamento, porém apresenta um diferencial em relação aos outros municípios, em virtude de duas questões básicas: a primeira porque possui localização estratégica e centralizada ficando situada na BR-174, a 52,4 km da capital (IBGE, 2010); e a segunda, em virtude da construção da rodovia e do transporte de balsa sobre o rio Mucajai proporcionando formação de núcleo urbano próximo ao rio. Para corroborar com as duas questões apresentadas, observa-se o mapa o município de Mucajai com a localização as margens da BR-174:

Figura 01 - Divisão Política de Roraima



Fonte: CGEES/SEPLAN-RR, 2010

Diante da visualização cartográfica apresentada percebe-se a localização centralizada e a proximidade com a capital Boa Vista. Busca-se, de forma contextualizada, abordar o processo histórico do município direcionando para ocupação fundiária e para os projetos de assentamentos desenvolvidos em diferentes momentos com o objetivo de atender a demanda de migrantes na constituição de vila agrícolas. Assim, de acordo com Barbosa (1993):

A base dos projetos de maior expressão foi montada nas regiões centro-oeste e leste com a colônia do Alto Alegre e os programas de Assentamentos Rápidos, Apiaú e Baraúna, estes por estarem próximos à capital Boa Vista-RR e ao Sul com os Assentamentos Anauá e Jatapú ao longo das BR 174/210. A partir desses núcleos varias pequenas vilas agrícolas foram se formando como São João do Baliza, São Luiz do Anauá e Rorainópolis, todas embriões das chamadas cidades pioneira. (1993, p.181)

Percebe-se que a implantação dos projetos de assentamentos através de pequenas vilas agrícolas ocorreu em todo o Estado contribuindo para formação de municípios. É exatamente neste cenário que o processo de ocupação da Amazônia e de expansão econômica para o Norte se iniciou nos anos de 1950 favorecendo a criação da

colônia Fernando Costa com o intuito de povoamento da região para produção agrícola e abastecimento da capital Boa Vista.

No entanto, foi somente com a construção da rodovia 174, durante o governo militar, que a região apresentou um crescimento populacional significativo, isto porque foi construído um pelotão militar do exército para trabalhar na rodovia. Assim, o povoado se desenvolveu as margens da estrada tornando-se município em 1982, através da Lei Federal Nº 7.009 de julho de 1982, com terras desmembradas da capital do estado, Boa Vista. A esse respeito à Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima – SEPLAN-RR (2010) apresenta:

O município teve sua origem em 1951 como Colônia Agrícola. Teve seu crescimento atrelado à construção da BR-174. Com a instalação da Unidade do 6º BEC em 1970, foram construídas casas para as famílias dos operários, originando um núcleo comercial e também sendo parada obrigatória dos viajantes que esperavam pela balsa, bem como, para descanso e abastecimento. Sendo próximo a capital, com um potencial madeireiro bem expressivo e as atividades agrícolas propícias atraíram novos moradores. O rio Mucajaí deu origem ao nome do Município. Pelos estudos do SEBRAE-RR, as primeiras famílias a chegarem a Mucajaí foram as de Raimundo Germiniano de Almeida, Joaquim Estevão de Araújo, Genésio Rufino, Lindolpho Braga Pires e Chagas Pinto, oriundas do nordeste. Na época, não havia estradas e o único meio de transporte era o fluvial. O município de Mucajaí foi criado em 1º de julho de 1982 - Lei nº 7.009. (2010, p. 10).

Observa-se que o documento elaborado pela SEPLAN revela o surgimento do município de Mucajai em 1951 e a partir da instalação de uma unidade do Batalhão de Engenharia de Construção - BEC, para construção da estrada que contribuiu para sua ocupação. Porém, Magalhães (2009) analisa de forma diferente esse processo de ocupação, pois o interesse de ocupação da região ocorreu através da criação de colônias agrícolas para produção de alimentos que visava atender a demanda da cidade. Diante dessas questões, considera-se que tanto a construção da BR-174 e a criação do projeto de assentamento do Apiaú potencializaram a região, contribuindo não somente para o crescimento populacional, mas para ampliação urbana do município. Não obstante, Magalhães (2009) afirma que o nascimento do município de Mucajaí está relacionado a nova política de Integração Nacional da Amazônia implantado no Regime Militar buscando ampliar suas áreas de colonização e integrar o país com outras regiões preservando sua soberania. Portanto, constata-se que a criação da colônia Fernando Costa está relacionada ao projeto dos militares através da abertura das rodovias e da

criação de colônias agrícolas revelando a intencionalidade de caráter ideológico para a região amazônica.

A principal meta quando foi criada a colônia Fernando Costa era promover o desenvolvimento agrícola da região incentivando núcleos de povoamentos com famílias nordestinas, pois a localização geográfica apresentava os fatores necessários para famílias que chegavam sem terras e com poucos recursos financeiros. O motivo mais visado era que o governo se via forçado a importar de Manaus e Belém a maioria dos alimentos a ser consumido pela população de Boa Vista, sendo que a pecuária e o extrativismo mineral eram as principais atividades econômicas da época, dificultando a produção agrícola. Ou seja, a produção agrícola ainda era limitada, porém deveria atender a capital, pois “sua produção está voltada para subsistência e o excedente para comercialização em Boa Vista” (MAGALHÃES, 2009, p. 126)

Portanto, o processo de colonização no Estado de Roraima inicia-se com a criação de três colônias agrícolas oficiais, sendo elas: Fernando Costa (Mucajáí), Braz de Aguiar (Cantá) e Coronel Mota (Taiano). No início de 1980 aumentava o fluxo migratório em Roraima através de dois fatores básicos: o primeiro pela corrida do ouro em Roraima e o segundo pela distribuição de lotes através dos projetos de assentamentos. Sendo que, este último tinha finalidade de atender exatamente números de migrantes vindos de diferentes regiões do Brasil. A esse respeito Barbosa (1993) destaca que:

O governo de Roraima para o triênio 1988 – 1990 propunha as seguintes estratégias: 1) implantar a colônia agrícola do Trairão/Tepequem, 2) expandir os já existentes e, 3) estimular o estudo de viabilidade de se instalar o Projeto de assentamento Equador, ao sul do estado. Estas metas eram para que se pudesse atender a demanda de uma “corrente migratória aurífera”, onde estima-se em média de 47 famílias por semana. O plano previa o assentamento de 2.400 famílias ao longo dos três anos representando um total de 11.350 pessoas assentadas. A maioria dessas famílias foram instaladas em colônias com relativa proximidade de Boa Vista-RR, como Apiáú e Confiança e Paredão (1993, p. 188)

Percebe-se que as transformações no final da década de 1980 exigiam uma política de governo que pudessem atender ao fluxo migratório de forma que não provocassem a desordem da velha estrutura fundiária existente no estado. Neste sentido, havia necessidade de assistência rural as famílias recém chegadas das regiões brasileiras através da política de governo por meio de ações assistencialistas.

Entretanto, pretende-se direcionar as discussões para ocupação fundiária no município de Mucajaí evidenciando questões, não somente para criação da colônia agrícola, mas para o processo de permanência dos agricultores familiares nos assentamentos instituídos diante da demanda migratória ocorrido nesse período.

O governo ofereceu apoio às famílias através de auxílio financeiro para assistência a agricultura familiar e a pequena produção através de manutenção de estradas, doações de ferramentas e sementes, isso porque, no final dos anos de 1980 ocorria a transição de Território Federal para Estado Federativo, o que representaria, em tese, maior autonomia política para elaboração de políticas, legislação e ações para gerir e prover a administração pública, conforme garante a Constituição Federal no Art. 14:

Os Territórios Federais de Roraima e do Amapá são transformados em Estados Federados, mantido seus atuais limites geográficos.
§ 2º aplicam-se à transformação e instalação dos Estados de Roraima e Amapá as normas e os critérios seguidos na criação do Estado de Rondônia, respeitando o disposto na Constituição e neste Ato. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p. 143)

É diante desse cenário que Roraima tem o primeiro governador eleito, Ottomar de Souza Pinto (1990-1994), que desenvolveu uma política assistencialista aos agricultores com o discurso de distribuição de terras e oportunidade para o desenvolvimento da criação de gado e produção agrícola na região. Isto é, para que as colônias agrícolas fossem povoadas, o governo anunciou uma série de promessas, entre elas: passagem para Boa Vista, ferramentas agrícolas, sementes, remédios, assistência técnica e capital para iniciar a produção. É possível constatar isso nos depoimentos de agricultores, como o que segue:

Rapaz aqui eu cheguei pra cá através do meu pai, na época dos garimpos, ele achou uma grande facilidade no governo Ottomar, o governo Ottomar ajudou muito as pessoas, o governo Ottomar foi uma pessoa que trouxe a facilidade pro povo do Apiaú, até o gado do nordeste ele trouxe pra cá, teve gente que trouxe gado pra cá, ele (meu pai) chegou dizendo que Roraima tinha estradas, tinha caminhão da feira, tinha grande produção, de tudo se vendia, nada se perdia aqui, então eu falei, será que vou me dá em Roraima porque lá é mata, e graça a Deus cheguei em novembro de 1991, passamos por dificuldades, pegamos malária, comprei esse lote e aos poucos consegui melhorar minha vida e sustentar meus filhos. (Entrevista realizado com o agricultor Sr. Josemar Paiva na vicinal 08, em agosto de 2014).

Diante do depoimento evidencia-se o quanto a política assistencialista e a propaganda utilizada para trazer agricultores para Roraima foi intensa e teve resultados,

fato evidenciado nos depoimentos dos agricultores familiares entrevistados, pois, a maioria considerou a gestão Ottomar como um ótimo governo que beneficiou milhares de agricultores no Apiaú. Entretanto, ao longo dos anos constata-se que a maioria dos assentados acabou retirando-se dos lotes mediante as condições sociais e as dificuldades enfrentadas na colônia agrícola do Apiaú contribuindo para o êxodo rural, tais como: falta de estradas trafegáveis, assistência a saúde, doenças¹⁷, acesso as escolas, escoação da produção e financiamento rural. Apesar das dificuldades encontradas nos projetos de assentamentos criados pelo INCRA, as motivações dos agricultores familiares em adquirir sua própria terra proporcionaram a crescente migração ao Estado.

Porém, é importante frisar que a migração não se limita somente a criação de colônias agrícolas, sendo também estimulada pela corrida do ouro, pela recém criação de um Estado e pela oportunidade de emprego e renda. Portanto, o maior número de pessoas que migraram para Roraima foi ao final dos anos de 1980, conforme revela o Quadro 07:

Quadro 07 - Dados Populacionais de Roraima entre 1940 a 2010.

Ano	População	Crescimento Populacional	Crescimento em %
1940	10.541	-----	-----
1950	18.116	7.575	71,86%
1960	28.304	10.188	56,23%
1970	40.885	12.581	44,44%
1980	79.159	38.274	93,61%
1991	217.583	138.424	174,86%
1996	247.723	30.140	13,85%
2000	331.333	83.610	33,75%
2005	391.493	60.160	18,15%
2010	451.227	59.734	15,25%

Fonte: Construído pelo autor com base nos dados do IBGE. Censo Demográfico 2006 e 2010.

Uma questão importante a ser analisada no Quadro 07 é o pico de crescimento no decênio 1980-1990, ou seja, ocorreram os maiores fluxos migratórios para o Estado até a primeira década do século XXI; os dados revelados fundamentam as discussões apresentadas. É importante ressaltar que o garimpo e a criação de projetos de

¹⁷ De acordo com o trabalho intitulado “Uma contribuição ao estudo da malária no Estado de Roraima e sua associação com a precipitação pluviométrica entre 1985 a 1996”, destaca-se que uma das principais doenças ocorrida no município de Mucajaí foi a malária; o trabalho revela que entre 1990 a 1996 o índice de malária aumentou consideravelmente, tendo uma queda progressiva nos anos posteriores (DIAS, 2003).

assentamentos não simbolizaram a única via migratória, mas representaram oportunidades para melhorar as condições econômicas, tendo em vista que nessa década o país atravessava uma crise social e econômica em virtude da hiperinflação, do alto custo de vida e da desvalorização da moeda. Para ratificar as questões apontadas neste trabalho utilizou-se dados da dissertação de Cardoso (2010) que apresenta análise e discussão sobre a implantação do II PNRA durante o governo Lula e destaca a intensa migração nesse período, afirmando que:

Outro aspecto relevante a ser assinalado nessa análise sobre os assentamentos em Roraima diz respeito ao período de chegada desses assentados. Como podemos perceber é um movimento intermitente, com um pico nos anos de 1980, acentuação que pode ser compreendida por conta de certos atrativos de Roraima, que vão além da própria criação do Estado, passando pela ampliação da exploração dos garimpos, pela disponibilidade de terras e pela propaganda e incentivos oferecidos pelo governo do Estado (2010, p. 136).

As considerações de Cardoso (2010) contribuem para compreender porque houve uma intensidade migratória nesse período. Além disso, quando analisa-se a origem desses migrantes o maior percentual são originários de Estados, como Amazonas e Maranhão revelando a amplitude das correntes migratórias, conforme se observa no Quadro 08:

Quadro 08 - Percentual de migração para o Estado de Roraima – 2000

Estado	Percentual
Amazonas – AM	35,20%
Maranhão – MA	27,39%
Ceará – CE	13,95%
Pará – PA	6,61%
Piauí – PI	3,74%
Rio Grande do Sul – RS	2,93%
Rio Grande do Norte – RN	2,91%
Paraná – PR	1,81%
Outros Estados	15,46%

Fonte: IBGE, 2001

Diante dos dados analisa-se que a intensa migração para Roraima ficou atrelada as transformações ocorridas nos anos 80 em virtude da realidade crítica que o país atravessava e das desigualdades sociais acentuadas nesta conjuntura histórica, tendo em vista que a abertura das rodovias federais significou novos caminhos para promover o desenvolvimento na Amazônia através da transferência da massa

camponesa – pois a maioria vivia uma realidade socioeconômica lamentável – para regiões da Amazônia, utilizando o discurso de que havia oportunidade para produção agrícola e pecuária. De acordo com Magalhães (2008):

A colonização recente em Roraima é emblemática de geopolítica do governo central em “povoar e proteger suas fronteiras”, através do sistema de rodovias, projetadas como uma ideologia de poder. A esta ideologia foram somados os projetos de assentamentos rurais para uma ocupação agrícola e pecuária, como parte política de colonização oficial (2008, p. 148)

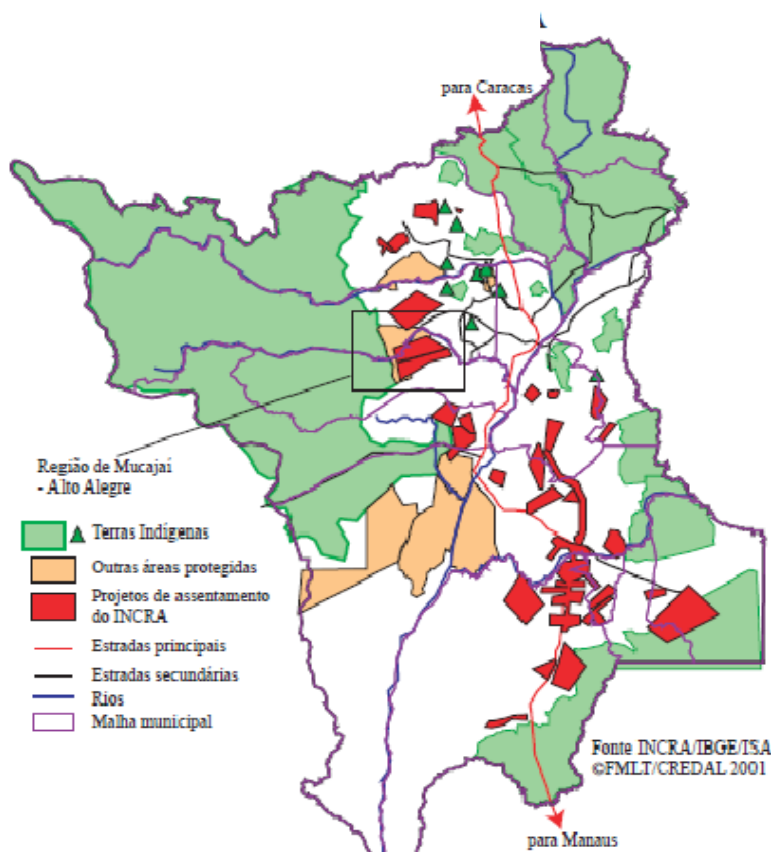
Com base nas reflexões da autora analisa-se que o discurso ideológico do desenvolvimento da Amazônia com a abertura de estradas federais e a distribuição de terras para agricultores migrantes representou na prática uma realidade diferente em detrimento das dificuldades e dos problemas encontrados a partir da fixação na terra. Outra questão emblemática são os conflitos gerados exatamente pela ocupação das terras, e vale lembrar que esse é um processo histórico que se intensificou durante o Regime Militar representando opressão e expropriação das diferentes categorias rurais pelas empresas que se fixaram na Amazônia. A esse respeito Buainain (2008) destaca que “o processo de ocupação da fronteira agrícola foi permeado de conflitos e violência em torno da questão da terra. O conflito se estabelecia pela sobreposição da fronteira com o movimento de expansão do capital e da propriedade privada” (BUAINAIN, 2008, p. 44).

Não obstante, o acesso a terras na Amazônia simbolizou exatamente o que o autor afirmou, a expansão do capital e do agronegócio contribuiu para exploração, expropriação e violência no campo, sendo importante destacar nesse cenário que a ocupação desordenada culminou no surgimento de conflitos de terras tornando-se latentes em virtude das áreas ocupadas existirem habitantes que eram os verdadeiros donos da terra. Nesse viés Vieira (2007) afirma que “poderíamos também dizer que foi a ocupação branca a responsável pela vida e pela morte de muitas etnias indígenas” (VIEIRA, 2007, p. 9). Esses fatores contribuem para disputas políticas e econômicas gerando conflitos de terras entre índios, fazendeiros e agricultores.

Nesse sentido, não é difícil compreender o impasse diante do cenário fundiário, pois o Estado de Roraima apresenta, conforme os dados da SEPLAN, várias terras indígenas em consonância com projetos de assentamentos, inclusive no município de

Mucajaí, onde parte das áreas de assentamentos pertence às terras indígenas, conforme observa-se no mapa 02.

Figura 02 - Terras Indígenas e Projetos do INCRA em Roraima



Fonte: INCRA/IBGE/ISA, 2001

Diante do exposto, verifica-se a disputa territorial entre áreas ambientais protegidas, terras indígenas e projetos de assentamentos. Considera-se a importância da temática indígena no estado e as riquezas culturais que os diferentes grupos étnicos possuem, porém não pretendo direcionar as discussões para as questões indígenas e sim perceber que o processo de ocupação de terras envolve os diferentes sujeitos no espaço rural que se organizam, lutam, articulam para defender e garantir seus direitos sobre a terra. Percebe-se na cartografia que ao longo do eixo das rodovias federais – 174 e 210 – foram implantadas zonas de assentamentos destinados para produção agrícola organizadas pelo INCRA e distribuídas aos trabalhadores rurais com o objetivo de ocupação da região. Assim, nota-se que a maior parte do Estado e, em particular o Município de Mucajaí, possui extensas áreas territoriais divididas entre terras indígenas,

áreas ambientais e projetos de assentamentos. Nesse sentido, o espaço produtivo fica restrito aos projetos de assentamentos para produção agrícola.

Por conseguinte, o município de Mucajaí possui localização estratégica, como já afirmou, situa-se próxima da capital às margens da BR-174. Nesse sentido, esses fatores contribuíram para o crescimento populacional, apesar das dificuldades de infraestrutura e geração de emprego e renda. De acordo a Tabela 02, os dados populacionais do IBGE¹⁸ revelam que houve crescimento populacional de 2004 a 2010, tanto em Roraima como também em Mucajaí:

Tabela 02: População residente em Roraima e Mucajaí entre 2004-2010.

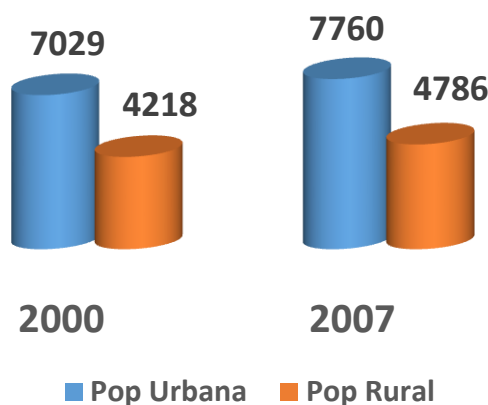
Localidade	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Roraima	381.896	391.317	403.344	395.725	412.783	421.499	451.227
Mucajai	11.593	11.649	11.722	12.546	13.017	13.188	14.814

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Diante dos dados verifica-se que o crescimento populacional em Mucajaí desenvolveu-se de forma tímida, quando comparado ao crescimento do Estado, ou seja, mesmo com a implantação dos projetos de assentamentos os resultados não foram satisfatórios em virtude da falta de apoio aos agricultores familiares que permaneceram isolados e desassistidos pelas políticas públicas voltadas para o campo. Outro dado importante que precisa ser destacado é a concentração urbana no município, uma realidade do século XXI, em que a maioria da população encontra-se domiciliada nas grandes cidades. Neste sentido, a realidade do município de Mucajai não é diferente e o gráfico 01 revela que existe também concentração urbana:

¹⁸Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - (População Estimada). Censo 2010. O período publicado refere-se a contagem feita pelo IBGE.

Gráfico 01 - População residente do município de Mucajaí, por situação de domicílio em 2000 e 2007



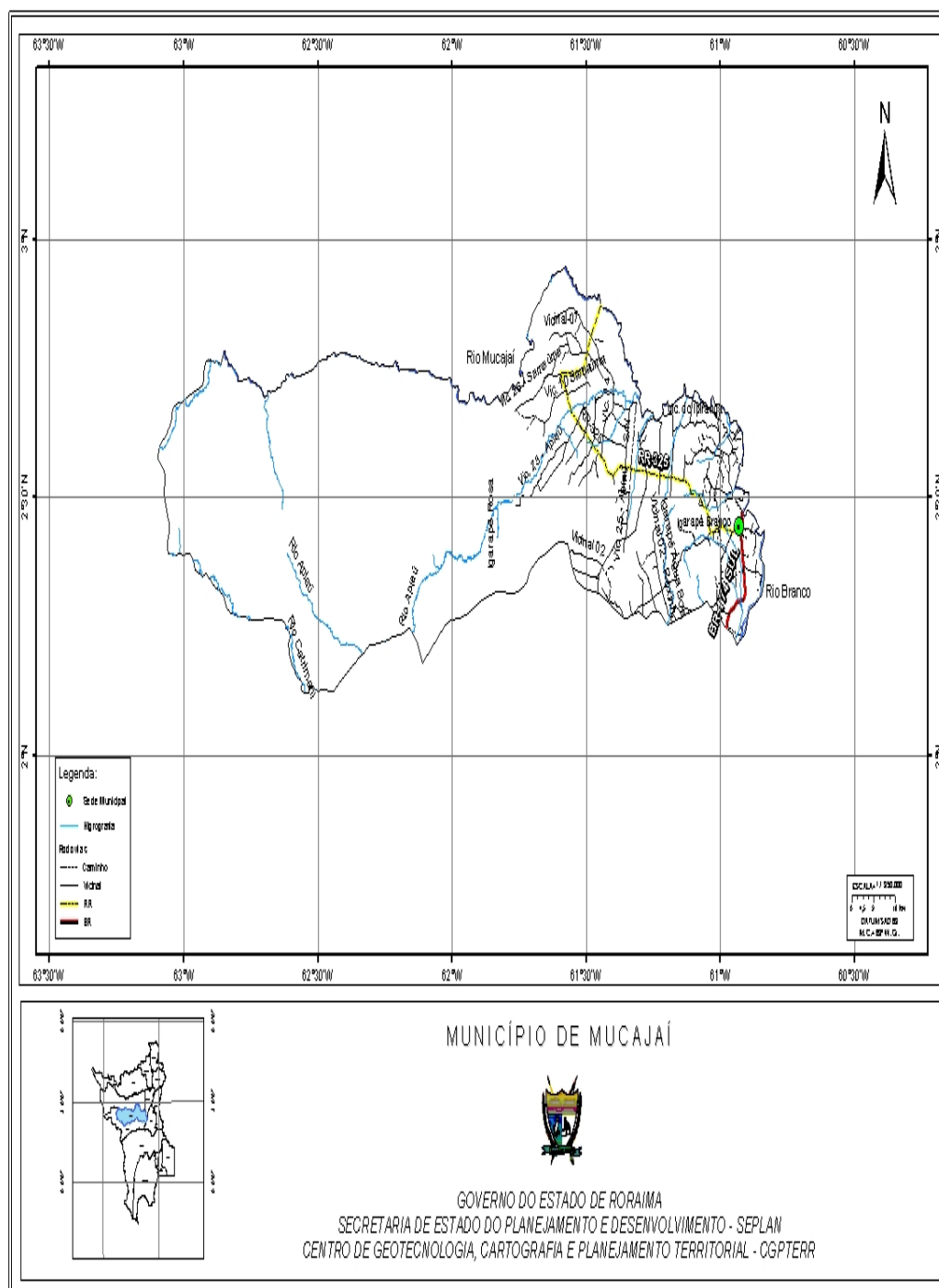
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e Contagem da População 2007.

De acordo com o gráfico verifica-se a concentração urbana do município, mas se comparado a capital do Estado e ao Brasil, o percentual fica bem abaixo, pois, de acordo como IBGE, a concentração urbana de Boa Vista-RR chegou a 98% em 2007, Roraima atingiu 77% e o Brasil ficou na cifra de 83% no mesmo ano. Considera-se que até mesmo município de pequeno porte encontra-se em processo de urbanização, enquanto a área rural apresenta-se situação deficitária e desfavorável aos trabalhadores rurais que não conseguem permanecer no campo diante dos problemas e da falta de serviços básicos, apoio ao agricultor, incentivos de produção etc.

A mesorregião de Mucajaí tem necessidade de políticas públicas para estruturação e reorganização social e econômica, ações que possam atender as prioridades da população. Se por um lado, parte de seu território encontra-se dentro de áreas indígenas e reservas florestais, por outro, a economia é gerada majoritariamente pelo emprego público vinculado as esferas municipal/estadual/federal. Entretanto, a falta de incentivos dos órgãos públicos para investimentos no setor primário, o apoio à produção agrícola que garanta a permanência do trabalhador no campo e a regularização fundiária ainda são desafios que precisam ser superados no espaço rural.

Diante desses apontamentos, apresenta-se a localidade das rodovias estaduais, sendo que a principal delas encontra-se no eixo leste/oeste que liga a sede do município de Mucajai a Alto Alegre cortando as regiões de assentamentos, conforme verifica no mapa a seguir:

Figura 03 - Malha rodoviária de estradas federais, estaduais e municipais em Mucajaí



Fonte: SEPLAN-RR/CGPTERR, 2010

Observa-se que o processo de ocupação através dos assentamentos rurais concentrou-se na parte Leste do município, próximo da calha do rio Apiaú e Mucajaí, onde se destacam os assentamentos Sumaúma e a colônia do Apiaú pela RR - 325. De acordo com a SEPLAN o município apresenta várias vilas originárias de projetos de

colonização rural, entre eles destacam-se: Tamandaré, Roxinho, Apiaú, Penha, Vila Nova e Sumaúma.

É importante frisar que no setor agrícola o município de Mucajaí apresenta potencial para produção alimentar para geração de emprego e renda na economia local. Pode-se destacar na produção agrícola: arroz, mandioca, tomate, banana e milho, além de produtos de origem animal e extrativista, tais como criação de bovinos, aves, suíno, mel, leite e ovos; com relação ao extrativismo destacam-se a madeira em tora, a lenha e carvão vegetal. A esse respeito Magalhães (2008) informa que “a atividade extrativista sempre esteve presente no processo de ocupação e de colonização da Amazônia, particularmente Roraima” (MAGALHAES, 2008, p. 156).

Ao direcionar os estudos ao setor agrícola, apresenta-se a produção do município. De acordo com a SEPLAN a produção agrícola de Mucajaí destaca uma variedade de alimentos originários da zona rural das regiões de assentamentos, conforme revela a Tabela 03 abaixo:

Tabela 03: Produtos agrícolas produzidos no município de Mucajaí entre 2006 e 2008

Cultura	Produção (ton.)			Área de produção (ha)		
	2006	2007	2008	2006	2007	2008
Abacaxi	6	6	6	3	3	3
Arroz	9047	9096	8851	1850	1850	1850
Cana-de-açúcar	200	200	234	90	90	90
Feijão	83	83	83	155	155	155
Mandioca	8130	8130	8130	660	660	660
Melancia	900	900	900	130	130	130
Milho	2700	1252	1361	1200	550	600
Laranja	169	169	169	20	20	20
Limão	1	1	1	5	5	5
Mamão	335	335	348	150	150	110
Banana	2000	2000	2000	600	600	600
Tomate	1500	1500	1500	110	110	110

Fonte: SEPLAN - 2010.

Conforme o quantitativo de produção agrícola no triênio, observa-se o potencial de produção do município nas diferentes culturas agrícolas em toda região municipal, com maior produção de arroz, mandioca e banana. Embora, haja poucos hectares para produção, foi observado na geografia territorial do município um potencial para produção agrícola que precisa ser estimulado através de políticas direcionadas ao

pequeno produtor. É importante ressaltar que o espaço produtivo para agricultura brasileira é bastante restrito, onde o potencial produtivo referente a agricultura familiar é responsável pelo abastecimento alimentar da população roraimense. Esses fatores comprovam que a agricultura familiar ainda é responsável pelo fornecimento de alimentos para população brasileira. A esse respeito, o artigo publicado pela UFRGS revela que:

Se analisarmos o potencial da produção da agricultura familiar, apenas 424 mil estabelecimentos, ou seja, 8,2% das terras correspondem a 85% da produção declarada. Esses estabelecimentos, de fato, são os que garantem a segurança alimentar brasileira (GASQUES; NAVARRO, 2010, p. 3)

Não deixa dúvida que a agricultura familiar possui potencial produtivo na garantia de alimentos para famílias brasileiras, porém, a ausência de políticas públicas planejadas, consistentes e efetivas não contribui para o desenvolvimento e assistência ao pequeno produtor. Outro autor que defende a importância da agricultura familiar é Stedile (1994) ao afirmar que:

A agricultura familiar ocupa-se em produzir os alimentos que a grande propriedade de cultura voltada para exportação não interessa. A produção de alimentos ocupa áreas residenciais não ocupadas pela agricultura de exportação (seja no interior da grande propriedade ou na sua periferia) ou áreas ainda não ambicionadas por interesses mais poderosos (fronteira agrícola). (1994, p. 119)

Logo, percebe-se um consenso entre os autores sobre a importância da agricultura familiar e seus resultados para produção agrícola produzindo alimentos para a população brasileira através da pequena produção garantindo melhoria de vida ao agricultor. Neste viés, o município de Mucajai possui vários projetos de assentamentos e pretende-se direcionar as discussões e reflexões sobre agricultura familiar para a região do Apiaú, analisando os fatores relacionados à produção agrícola e aos agricultores que se fixaram na região e sonhavam com um “pedaço de chão” para garantir o sustento da família e melhoria situação social e econômica.

2.2 O PROJETO DE CRIAÇÃO DA COLÔNIA DO APIAÚ

Diante da breve contextualização do município de Mucajai foram expostas algumas questões importantes para compreender as origens do município, agora direcionam-se as reflexões para a região do Apiaú. O projeto Apiaú foi criado em 1980 com a finalidade de atender o fluxo migratório e abastecer a sede do município de Mucajai e também de Boa Vista, tornando-se viável em virtude da proximidade, pois possui uma distância de 53 km e 105 km respectivamente. Este projeto nasceu da necessidade de atender a demanda de migrantes e suprir com abastecimento agrícola a convite do Estado. Construído no mesmo modelo dos projetos de assentamentos implantados na Amazônia nos anos de 1980 ao longo da Transamazônica, estes projetos apresentavam os mesmos princípios ideológicos e políticos. A essa questão Tourneau (2010) revela que:

A abertura de novos espaços produtivos na Amazônia representava a materialização do slogan “uma terra sem homens para homens sem terras”. Milhares de migrantes foram atraídos para região, não só na perspectiva de ganharem terras nos polígonos de colonização feitas pelo INCRA, mas também interessados em trabalhar nos grandes empreendimentos amazônicos financiados pelo governo federal (barragens de Tucuruí, Balbina, construção de estradas, aberturas das minas de Carajás, Pitinga etc.), ou simplesmente na busca de fortuna com o garimpo como a Serra de Carajás (2010, p. 114-115).

Essa ocupação estimulada pelo discurso de distribuição de lotes para os migrantes provocou consequências severas à questão agrária na Amazônia, fatores que já foram discutidos anteriormente. Nesse viés, o processo de ocupação em Roraima caminha também nessa mesma vertente, principalmente através da distribuição dos lotes ao longo de viciniais as margens da rodovia estadual realizada pelo INCRA. Essa rodovia nasce na sede de Mucajai e termina na sede do município de Alto Alegre, fazendo interconexão com outros projetos de assentamento, entre eles, Vila Nova e Sumaúma.

Portanto, desde o início de sua criação destacam-se dois momentos diferentes, o primeiro refere-se à margem direita do rio Apiaú – Projeto Apiaú – e o segundo a margem esquerda do rio, batizado de projeto Vila Nova. A esse respeito um pesquisador francês, Tourneau (2001), revela em seu artigo publicado pelo Centro de Pesquisa e

Documentação sobre a América Latina – CREDAL, sobre a região do Apiaú descreve que:

O projeto Apiaú teve várias fases e até hoje novas vicinais estão sendo abertas nele, à margem direita do rio Apiaú - a margem esquerda está também ocupada, mas com o nome de Projeto Vila Nova. A parte central do projeto permanece a área situada a redor da Vila Apiaú, criada *ex nihilo*, e contando hoje 250 casas, isto é, cerca de 1.200 habitantes, concentrados em torno do foco de atração constituído pela escola primária e o colégio. Já a zona rural na zona de influência desta vila contaria mais de 10.000 habitantes, segundo os responsáveis locais - mas essa afirmação contradiz os dados do censo IBGE de 2000, que registram cerca de 11.500 habitantes para o conjunto do município de Mucajaí (2001, p. 14)

Assim, como destaca o autor, esse projeto já se realça pela audácia, além de abranger grande extensão de terras da floresta Amazônica é uma área que fica situada totalmente nas calhas dos rios Mucajai e Apiaú. A colônia do Apiaú, criada na década de 1980 a partir da construção da rodovia RR-325¹⁹, conhecida como “Vicinal Tronco Apiaú”, com o objetivo de escoamento da produção agrícola, foi implantada inicialmente com aproximadamente 3000²⁰ famílias (IBGE, 2001) distribuídas em várias vicinais para ocupação da região através da distribuição da pequena propriedade rural para produção agrícola, sendo que um dos objetivos era abastecer o município de Boa Vista-RR através das diferentes culturas agrícolas.

Constata-se que os dados apresentados referentes ao número de habitantes apresentam-se contradições com os dados do IBGE, pois o Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – PDLIS - 2001/04 do município de Mucajai revela que na década de 1980, na sua criação, possuía número significativo de famílias na região do projeto de colonização do Apiaú, aproximadamente 2500 famílias, tendo em vista à conjuntura histórica, tais como: distribuição de lotes, busca pelo garimpo e abertura de mais vicinais, fatores que aumentaram o fluxo de migrantes, portanto o número de famílias pode ser ainda maior, conforme o relatório do PDLIS.

Entretanto, a partir de 2001 inicia-se um processo de abandono dos lotes em virtude de vários fatores, desde condições de estradas, ao acesso a postos de saúde e

¹⁹ A RR-325, conhecida por Vicinal Tronco Apiaú ou Estrada da Produção é uma rodovia brasileira do estado de Roraima. Até 2009 era apenas uma vicinal municipal sem asfalto, atualmente encontra-se totalmente pavimentada. Jornal folha de Boa Vista, acesso em 06 de fevereiro de 2011.

²⁰ De acordo o IBGE, censo 2001, em 1980 houve aproximadamente 3000 assentados na região do Apiaú para ocupação das terras para produção agrícola. Esses dados associam ao depoimento do técnico agrícola que vive no Apiaú há 20 anos e confirmou através de entrevista que o projeto possuía aproximadamente 3000 famílias.

escolas para os filhos dos colonos. Nesse sentido, analisa-se a respeito do processo de abandono dos lotes, embora, os fatores que contribuem para o abandono não se esgotam nas questões postas aqui.

O projeto Apiaú apresenta problemas e, portanto aponta-se um deles como o modelo de abertura das estradas que não contribuiu para permanência do agricultor no campo e não promoveu a interligação entre vicinais dificultando o acesso aos lotes e impossibilitando a assistência ao agricultor familiar. Nos depoimentos realizados através de entrevistas gravadas e nos questionários aplicados os agricultores familiares relatam que a região do Apiaú em 1990 era constituída por muitas famílias ao longo das várias vicinais. A esse respeito o agricultor familiar afirma que:

cheguei aqui em novembro de 1990, incentivado pelo meu pai que disse que aqui no começo era bom, com terra boa para plantar, com caminhão para transportar a produção, tinha gente para trabalhar na roça, tinha o governo pra levar a produção, em cada lote tinha duas, até três casas com várias famílias morando. Hoje isso mudou, agora as pessoas foram embora e abandonaram tudo, hoje os fazendeiros compraram tudo pra criar gado, hoje o gado é que dá dinheiro. Por isso, hoje tem menos pessoas vivendo no Apiaú, eu tenho saudade daquele tempo (Entrevista realizada com agricultor familiar Sr. Charles Pereira, vicinal 08, em setembro de 2014)

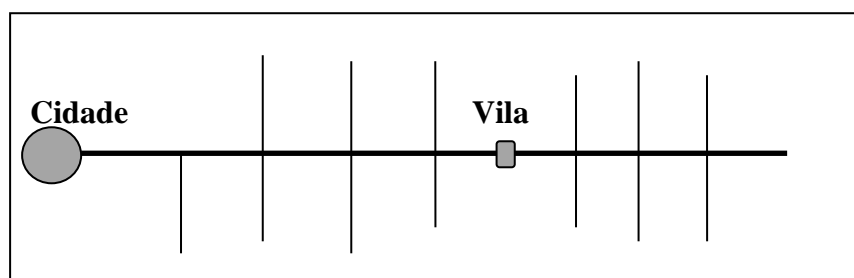
No depoimento feito pelo agricultor, que chegou no Apiaú em 1990 durante o governo de Ottomar Pinto, este relata que havia um número maior de agricultores nos lotes, maior produção agrícola, caminhões para fazer o escoamento da produção agrícola e demanda para comercialização. Porém, hoje a realidade é diferente, ocorre o abandono dos lotes diante das dificuldades e da falta de apoio do governo em incentivar a permanência do trabalhador no campo, sendo obrigado a se desfazerem dos lotes e migrarem para a cidade ou para locais mais distantes. De acordo com o artigo de Tourneau (2001), depoimentos de funcionários do INCRA dão conta de que os lotes distribuídos no Projeto Apiaú eram de 100 hectares, logo foram limitados para 60 hectares. Entretanto, grande parte desses lotes atualmente foram aglutinados em virtude do abandono e da expansão do latifúndio.

O processo de ocupação se desenvolveu através do recrutamento de famílias oriundas de diferentes lugares do país, sendo que algumas não tinham tradição agrícola. Acredita-se que outros grupos de migrantes foram para região em virtude do fechamento dos garimpos existentes nas terras Indígenas Yanomami, em 1992, quando

o governo Fernando Collor sancionou a lei proibindo a exploração de ouro²¹ em terras indígenas. Assim, partes desses garimpeiros foram em busca de terras para trabalhar.

A ocupação da região do Apiaú não é diferente dos demais projetos de assentamentos do Estado de Roraima, isto é, há semelhança com os PAD implantados no sul que apresentam duas características básicas: a aberturas de vicinais com criação de vilas para apoio ao agricultor familiar e o modelo de abertura de vicinais conhecido como “espinhas de peixe²²”. Esse modelo refere-se ao estilo da abertura das estradas vicinais feitas pelo INCRA, ou seja, é construída a rodovia central e ao longo dela são realizadas aberturas de estradas secundárias perpendiculares formando uma espécie de “espinha de peixe”. A figura 01 representa esse modelo:

Figura 04 - Modelo de aberturas da estrada vicinais espinha de peixe.



Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir dos dados cartográficos (2014)

A tese de doutorado de Maciel (2010), intitulada “Estudo de viabilidade de estradas vicinais no Amazonas”, tece uma análise crítica sobre as estradas vicinais na Amazônia e destaca que esse modelo conhecido como “espinhas de peixe” é

²¹Em 18 de julho de 1989 foi sancionada a Lei 7.805, que regulamenta o artigo constitucional, criando o regime de Permissão de Lavra Garimpeira e extinguindo o antigo regime de matrícula. São inúmeros os problemas decorrentes desta lei, entre os quais destacam-se: A descaracterização do garimpeiro como trabalhador, com perda de direitos, como aposentadoria e pensão. A exigência de licenças ambientais para legalização de áreas de garimpagem e concessão de permissão de lavras garimpeiras, as quais quase nunca estão ao alcance dos garimpeiros. A criminalização da produção mineral feita sem autorização governamental. Fonte: www.dnpm.gov.br/assets/galeriadocumento. Acesso em 12/12/2014.

²²Roraima recebeu, desde a década de 1960, diversos projetos de assentamento e Reforma Agrária. Neles escolheu-se o sistema de vicinais (também chamado *espinha de peixe*), onde diversos ramais (estradas municipais) ligam-se a uma estrada-tronco principal, que por sua vez acaba ligando-se à BR-174. Exemplos de vicinais troncos são a BR-210 – Perimetral Norte que tinha como objetivo integrar os Estados do AM, AP, PA e RR. Atualmente liga o Jatapu a Catrimani – e a RR-325 antiga vicinal Tronco-Apiaú, recentemente asfaltada que liga Mucajai a Alto Alegre. Fonte: www.sistemarodoviarioderoraima.com.br. Acesso em 26/10/2014.

denominado de assentamento extensivo. De acordo com a autora, esse modelo adotado em grande parte dos assentamentos rurais na Amazônia apresenta-se ineficiente e ineficaz, pois, o custo financeiro é muito alto. A esse respeito Maciel (2010) destaca que:

Há dois modelos para o desenvolvimento de estradas na Amazônia: intensivo e extensivo. O extensivo é o modelo dominante que envolve a construção de um tronco de estrada que atravessam centenas ou até mesmo mil quilômetros de estradas como Belém-Brasília e Transamazônica. Tais estradas incentivam a invasão de novas comunidades ao longo das áreas. Esse modelo é chamado extensivo e apresenta sérios problemas para ocupação, tais como: baixa densidade demográfica, alto custo do transporte e das condições de sociedade, lucros de fazendeiros e altíssimo risco de desmatamento (2010, p.14)

Portanto, ressalta-se que esse modelo foi desenvolvido nos projetos de assentamentos do Estado dificultando o desenvolvimento das regiões ocupadas pelos agricultores familiares que sonhavam em adquirir terras para produção agrícola. O processo de aquisição de terras se intensificou com as migrações, sendo incentivadas pelas políticas agrárias daquele momento histórico, principalmente ao Sul de Roraima, pois baseado nos depoimentos de agricultores, em sua maioria nordestinos, foi possível constatar esse fato. Nesse sentido, Magalhães (2008) relata como ocorreu o processo de aquisição de terras:

Evidencia-se o sonho dos colonos em adquirir “terras”. Chegam com seus familiares para ocupar, morar, lavrar e criar, incentivados pelas políticas, nem sempre cumpridas, do Governo Federal, para ocupar e desenvolver a Amazônia (2008, p. 149).

O sonho em adquirir terras na Amazônia é evidenciado pelos migrantes através dos incentivos apresentados pelo governo, sendo uma característica no Estado de Roraima. Nesse sentido, a semelhança a outros projetos de colonização de Roraima, principalmente na região Sul do Estado, quando também foram realizados Projetos de Assentamentos constata-se que o descaso e abandono são evidentes nos depoimentos dos agricultores familiares. A partir de 1996 são criados novos projetos de assentamento depois do rio Apiaú com o objetivo de promover a integração dos assentamentos e agregar toda esta região de colonização, tais como: Projeto Vila Nova e Sumaúma. A construção da ponte sobre o rio Apiaú e a pavimentação da RR 325, ligando a sede de Mucajai a Alto Alegre contribuiu para essa integração dos assentamentos. Ou seja, a finalidade era promover o crescimento das vilas Apiaú, Vila Nova e Sumaúma e fazer

interligação entre as zonas agrícolas interligando os municípios. A figura abaixo revela essa integração.

Figura 05 - Representação das viciniais de Mucajai pelo eixo da RR – 325 na região do Apiaú



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento ambiental do Departamento do Meio Ambiente, 2010.

Assim, observa-se no mapa, que a RR-325 transcorre pela vila do Apiaú, vila da Penha, Vila Nova e Vila Sumaúma interligando a sede de Mucajai a sede de Alto Alegre. Na exposição da figura fica claro o espaço geográfico de ocupação e a trajetória da rodovia RR-325 cortando toda a região leste do município, destacando as principais vilas da colônia. Analisa-se que esse modelo de construção de viciniais apresenta empecilhos para a produção agrícola, entre eles podemos destacar dois principais: primeiro não existe uma interligação entre as viciniais, logo permanecem isoladas e interdependentes dificultando o acesso dos agricultores. A segunda é a distância entre as vilas, pois ela representa, em tese, o apoio ao pequeno agricultor que precisa de assistência básica no campo, sendo que o administrador das vilas é responsável por este suporte técnico. No entanto, a distância entre as vilas dificulta o acesso a compra de produtos agropecuários, alimentos, remédios, medicamentos etc. e principalmente no apoio aos agricultores familiares no incentivo a produção agrícola.

2.3 ALGUNS AVANÇOS NO PROJETO DE COLONIZAÇÃO DO APIAÚ

Diante do exposto, pretende-se apontar de forma contextualizada algumas mudanças estruturais ocorrida no projeto Apiaú, fatores que contribuíram diretamente na vivência dos agricultores familiares da região. Atualmente a RR-325 encontra-se totalmente pavimentada ligando Mucajai ao Alto Alegre, conforme verifica-se na imagem 01:

Imagem 01- RR 325/ estrada- tronco



Foto: Lindivalda Sales (2014)

De fato a pavimentação da rodovia estadual do Apiaú contribuiu para ampliar a movimentação e fluxo de transporte em toda a região transformando a realidade, isto é, diminuindo o tempo de locomoção até a capital e acabando com o sofrimento dos colonos no período de inverno, quando existiam buracos, lama e desvios tornando a estrada quase intrafegável na estação chuvosa. Entretanto, essa transformação não simbolizou o desenvolvimento e o crescimento da produção agrícola, pelo contrário, desde sua criação até os dias atuais, os relatos de agricultores e técnicos da Casa da Agricultura²³ revelam que nos últimos anos houve queda na produção agrícola e

²³ A Casa da Agricultura é um órgão ligado ao Departamento de Assistência Técnica e Extensão rural - DATER-RR, também conhecido como Casa do Produtor Rural que tem como finalidade atender ao produtor rural nas suas necessidades básicas, tais como: orientação na produção agrícola, elaboração de projetos para financiamento do PRONAF, liberação de crédito, assistência agrícola com os profissionais

crescimento na pecuária. Conforme expõe o depoimento dos agricultores na região, onde apontam as dificuldades dos trabalhadores do campo:

Aqui no Apiaú é bom, já tem estrada e energia, mas hoje o colono não pode mais plantar porque somos multados, não podemos derrubar a mata, não podemos tocar fogo, que os homens do meio ambiente aparece para nos multar, ai ficou difícil. Hoje ninguém vê mais caminhão carregando os alimentos que são produzidos aqui no Apiaú para levar a cidade. Agora, nós temos que trazer da cidade pra casa, o arroz, o feijão, o milho, olhe não ta fácil pra gente que vive aqui. (Entrevista realizada com o agricultor familiar Sr. Francisco Silva, Vicinal 08, 1º Travessão, em agosto de 2014).

Verifica-se no depoimento do agricultor e do técnico agrícola que a pavimentação não contribuiu para melhorar a produção agrícola, isso porque não ocorreram incentivos para estimular a produção, sendo que entre os diferentes fatores que limitaram a produção agrícola destacam-se: o crescimento de grandes propriedades rurais na região favorecendo a pecuária extensiva para formação de grandes latifúndios; a dificuldade de acesso a financiamento que exige uma série de documentações, fiador e capital para aprovação de crédito e a falta de apoio ao agricultor familiar com políticas agrícolas que estimulam a agricultura. Entretanto, ao longo da rodovia estadual é possível verificar propagandas do governo através de placas e outdoor em apoio ao agricultor e produtor rural fazendo alusão a pavimentação como fator determinante para valorização na produção agrícola, conforme verifica-se na foto abaixo:

Imagem 02 - RR 325/ estrada- tronco – placa do governo simbolizando o respeito ao colono do Apiaú



Foto: Lindivalda Sales (2014)

A imagem acima revela a propaganda de pavimentação da RR-325 que, na concepção do governo estadual, contribuiu para melhorar a situação produtiva dos agricultores familiares, porém é importante fazer uma análise reflexiva sobre o caráter ideológico contido no outdoor. O primeiro ponto em destaque é sobre o “respeito ao colono²⁴” e “respeito ao cidadão” expresso na imagem, em que se faz necessário apontar algumas questões importantes: a pavimentação da rodovia por si, não expressa uma totalidade no apoio ao colono e ao agricultor familiar, tendo em vista que, nos depoimentos realizados pelos próprios agricultores evidenciou-se a ausência de apoio do governo no que se refere a escolas, postos de saúde, veículos para transportar a produção, regularização de títulos e apoio financeiro para produção.

Considera-se que existe uma contradição entre o discurso do governo em afirmar que a rodovia contribuiu para o desenvolvimento agrícola e o relato dos agricultores que vivem no Apiaú há muitos anos, pois apesar de perceberem os avanços, relatam que as dificuldades continuam. Os avanços que se destacaram não representam melhorias significativas na vida do campo, principalmente quando a questão é garantir o

²⁴No Brasil, o colono se refere a duas situações no trabalho da terra: Na região sul, colono significa o trabalhador dos núcleos coloniais, estabelecimentos criados pelo governo através da introdução de imigrantes onde eles são proprietários de seu pequeno lote e podem trabalhar também nas fazendas ao redor. Noutra acepção, colono era o indivíduo de um país que possuía colônias, que se fixava numa colônia. Através da Lei Federal nº 5.496, de 05 de setembro de 1968, o dia 25 de julho é considerado "Dia do Colono".

sustento da família através do trabalho na terra, sendo que há uma contradição nos depoimentos dos agricultores, nos quais destacam que hoje está muito mais difícil o trabalho no campo em detrimento dos seguintes fatores: a questão do desmatamento, a fiscalização rigorosa com aplicação de multas, insumos para fertilização do solo, o controle rigoroso e a documentação para realização de queimadas, transporte, escolas, farmácias, postos de saúde e etc.

Diante dos resultados apontados pelos agricultores familiares sobre as dificuldades em trabalhar na roça e fazer o manejo da terra para produção agrícola é preciso técnicas e conhecimentos sobre o campo, pois necessita fazer: o desmatamento para desenvolver o plantio, fazer a queima da derrubada, fazer a coivara que significa remover os galhos queimados e posteriormente realizar o plantio após as primeiras chuvas. Entretanto, constata-se que a questão ambiental tornou-se um fator fundamental para fazer o reuso da terra e estimular a produção agrícola. Diante disso, a legislação vigente tornou rigoroso o processo de queimadas, ou seja, a ação de queimadas sem orientações tornou-se prejudiciais e danosas ao Meio Ambiente diante do aumento do desmatamento e do descontrole das queimadas e incêndios.

Quando se discute sobre Meio Ambiente é algo preocupante, principalmente com a preservação ambiental, pois a legislação brasileira a respeito da questão ambiental estabelece no Decreto nº 7.029 de 10 de Dezembro de 2009 punições mais rigorosas, sendo que:

Art. 1º Fica instituído o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, denominado “Programa Mais Ambiente”, cujo objetivo é promover e apoiar a regularização ambiental de imóveis, com prazo de até três anos para a adesão dos beneficiários, contados a partir da data da publicação deste decreto.

Art. 6º O ato de adesão ao “Programa Mais Ambiente” dar-se á pela assinatura do Termo de Adesão e Compromisso, elaborado pelo órgão ambiental ou instituição habilitada.

§ 1º A partir da data de adesão ao “Programa Mais Ambiente”, o proprietário ou possuidor não será autuado com base nos Arts. 43, 48, 51 e 55 do Decreto nº 6.514, de 2008, desde que a infração tenha sido cometida até o dia anterior à data de publicação deste decreto e que cumpra as obrigações previstas no Termo de Adesão e Compromisso (LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DO MEIO AMBIENTE, 2010, p. 921)

Diante da legislação vigente fica evidente que a questão ambiental e a preservação de reservas florestais da Amazônia tornaram mais rigorosas sendo passíveis de multas e encargos fiscais aos agricultores familiares. Essa realidade pode ser

revelada também na região do Apiaú quando ocorreu em 1998 uma grande seca, tendo como consequência, altos índices de incêndios chegando a se destacar nos noticiários nacionais. A esse respeito Tourneau (2001) revela que:

Se a história desse projeto é muito semelhante àquela dos outros projetos de colonização de Roraima e mesmo do conjunto da Amazônia brasileira, um evento chama, entretanto a atenção: os incêndios de 1998. A estação seca prolongou-se particularmente naquele ano e a floresta da região, uma formação de contato entre as savanas secas do norte e a floresta densa do sul e do oeste, tornou-se muito inflamável. As queimadas tradicionais causaram então gigantescos incêndios, que devastaram a região durante aproximadamente dois meses. A Vila Apiaú, no centro da área em chamas, foi particularmente atingida, a tal ponto que o abastecimento de água teve que ser feito por caminhões-pipa, uma vez que os igarapés da região secaram – um acontecimento extremamente raro. A maioria das colheitas foi perdida e o fogo passou duas vezes a proximidade imediata da vila, destruindo 31 casas e uma parte significativa do gado. Mas, são as consequências à longo prazo que mais preocupam desde então a população atingida: de fato, a floresta sofreu tanto neste episódio que ela se encontra hoje muito mais inflamável. Hoje, certo número de responsáveis pela ocupação do Apiaú espera poder integrar toda esta região de colonização, incluindo os Projetos Vila Nova e Sumaúma, a fim de poder chegar à criação de um município. Esta estratégia explica, sem dúvida, a superestimação dos números da população do projeto e a construção recente de uma ponte sobre o rio Apiaú ligando às diferentes zonas agrícolas (2001, p. 14-15)

Esse acontecimento revelou o descaso com a região do Apiaú com implicações para os agricultores familiares, pois o fato atingiu repercussão nacional sobre a grande seca²⁵ em Roraima. Entretanto, os impactos são sentidos até hoje, sendo que o projeto de integração das áreas de assentamentos não se consolidou. A sede da vila do Apiaú pouco se desenvolveu nos aspectos sociais e econômicos, e parte dos moradores são funcionários públicos e comerciantes. A imagem abaixo mostra a entrada na vila representando o perímetro urbano destacando pouca estruturação urbana no Apiaú.

²⁵ Em 1998, ocorreu em Roraima uma grande seca com focos de incêndios em todo o Estado e a região mais atingida foi o Apiaú. Revista Ciência Hoje, agosto de 2004, vol. 35 n° 207.

Imagem 03 - RR-325: perímetro urbano da Vila do Apiaú



Foto: Lindivalda Sales (2014)

O Projeto Apiaú, com sede na vila, não revelou êxito no desenvolvimento da região, pois o sonho dos moradores era a municipalização²⁶, porém pouco prosperou, ficando com aproximadamente 450 famílias com casas residenciais - algumas de conjuntos habitacionais e outras de madeira - posto de saúde, posto policial, escola estadual, escola municipal, praça pública e algumas áreas comerciais na avenida principal. A limitação no desenvolvimento da colônia agrícola está relacionada a três aspectos: o primeiro é que não garantiu a permanência dos agricultores, desde sua criação até hoje, ficando evidente o abandono dos agricultores e o crescimento do agronegócio na região através da pecuária. O segundo foi a pequena vila do Apiaú, que tinha o objetivo de promover o atendimento aos agricultores nos aspectos da saúde, educação, administração e assistência, pavimentação das vicinais e regularização dos lotes, além de oferecer estrutura comercial para necessidades de abastecimentos com ferramentas, utensílios, comércio, farmácia e outros, pois a distância das vicinais para a sede do município de Mucajai é grande, sendo a vila um local centralizado para atender

²⁶Municipalização pode-se definir como transferência para os municípios a responsabilidade e os recursos necessários a exercerem plenamente as funções de coordenação, negociação, planejamento, acompanhamento, controle, avaliação e auditoria local, controlando os recursos financeiros, as ações e os serviços públicos prestados em seu território. O princípio da descentralização político-administrativa é definido pela Constituição de 1988, preconizando a autonomia dos municípios e a localização dos serviços públicos. Fonte: <http://aurelioschmitt.com.br/2013/06/os-processos-de-emancipacao-de-Roraima>. Acesso em 25 de Novembro de 2014.

as necessidades dos agricultores familiares. O terceiro aspecto está relacionado às políticas agrárias implantadas na região que não corresponderam às necessidades dos agricultores, pois o acesso aos financiamentos são burocráticos e demorados, exigindo legalização, regularização fundiária e capital, fatores que estão distantes da realidade dos agricultores.

Diante das questões apontadas, compreende-se que o problema dos assentamentos criados pelo INCRA está relacionado à falta de assistência dirigida aos agricultores, fatores que contribuem para o abandono dos lotes pelo pequeno produtor e favorece a expansão do agronegócio através da produção da pecuária extensiva na região. Esses fatores têm contribuído para o fortalecimento do capitalismo no campo, ou seja, o crescimento de fazendas para produção de gado de corte vem reduzindo o número de moradores.

2.4 A SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO APIAÚ

Quando se analisa a agricultura familiar no país é preciso compreender o que perpassa pela questão agrária apresentando um rol de demandas importantes que giram em torno dos problemas do campo, seja a Reforma Agrária, as políticas públicas agrárias, os movimentos sociais rurais, a luta dos sindicatos rurais, movimentos camponeses, agricultura familiar e expansão do capitalismo no campo. Mediante esses pontos elencados o que se destaca como fator importante é o crescimento do capital no campo e a proletarianização dos trabalhadores rurais. Esses elementos estão presentes no campo e Lustosa (2012) apresenta uma reflexão importante, pois para ela:

Vivemos, portanto, um período em que a agricultura, em seus avanços tecnológicos, cada vez mais se integra à lógica do mercado, numa interconexão estreita com a indústria. As transformações atuais do capitalismo alteram a divisão do trabalho vigente no contexto da grande indústria, tornando obsoleta a separação entre dois setores produtivos em busca de recomposição de suas necessidades e possibilidades históricas (2012, p. 92).

Neste sentido, as considerações da autora trazem algumas inferências sobre as transformações atuais do campo, em particular o avanço do capitalismo, que tem possibilitado rupturas e mudanças estruturais no campo. Portanto, no projeto de assentamento do Apiaú, essa realidade não se difere das transformações ocorridas no

cenário nacional, pois partes das políticas nacionais implantadas e desenvolvidas no país apresentam caráter do modelo agrícola produtivista atendendo ao capital. Neste viés o PRONAF tem se destacado como fortalecedor desse modelo, uma vez que “apresenta dificuldades para promover mudanças no campo, porque o modelo de agricultura preconizado pelo programa está intimamente ligado com a lógica setorial e produtivista do padrão de desenvolvimento convencional” (AQUINO; SCHNEIDER, 2012, p. 15). Portanto, as afirmações expõem a necessidade de fazer uma análise sobre o projeto de assentamento do Apiaú, tendo em vista que vários agricultores familiares foram contemplados com créditos e financiamentos para fortalecimento da produção agrícola.

Para fundamentar esse trabalho buscou-se utilizar autores que discutem essas mudanças do campo, entre eles, Thompson (1998), Wanderley (2009), Lustosa (2012), Fernandes (2001), Oliveira (1993), Prado Júnior (2000), Veiga (2001), Sauer (2006), Martins (2010), Abramovay (2004), Schneider (2012) e outros. Estes autores revelam: a relação das políticas agrícolas com os interesses capitalistas, a ampliação do capital no campo e como ele se organiza no espaço rural.

Assim, busca-se revelar a interferência do capitalismo no campo com base nas interpretações de autores sobre o mundo rural e nos depoimentos de agricultores familiares através da investigação no cotidiano no Apiaú, em particular os que foram beneficiados com o programa do PRONAF e em que realizaram os investimentos dos recursos do programa. Assim, optou-se pela escolha relacionada aos agricultores familiares contemplados com o PRONAF “A”, se refere aos de baixa renda e que lutam para permanecer no campo. Pretende-se analisar a realidade socioeconômica e as dificuldades enfrentadas diariamente nas atividades rurais com a terra. É importante salientar que cada localidade possui características peculiares, elementos culturais, valores socialmente construídos e diferentes formas de resistências, sejam elas organizadas ou limitadas, onde serão construídos historicamente valores culturais através das relações sociais existentes, portanto, o espaço rural é dinâmico e mutável, onde as transformações acontecerão a partir das relações sociais dos sujeitos que vão constituindo sua localidade. Nesse sentido, destaca-se que:

O espaço rural é socialmente construído pelos seus habitantes, em função das relações fundadas nos laços de parentescos e de vizinhança, e isto, tanto ao nível da vida cotidiana, quanto do ritmo dos acontecimentos que determinam os ciclos da vila familiar, tais como, nascimentos, casamentos e mortes e, ainda, no que se refere ao calendário das manifestações de ordem cultural e religiosa (...) A vida social local é assim, o resultados do entrelaçamento da relações sociais que atravessam o espaço local, atribuindo-lhe significados e integrando-o a rede de relações que se estendem por espaços sociais mais amplos e dentre as quais podem ser identificadas. (WANDERLEY, 2009, p. 297-298)

Portanto, o espaço rural é construído nas mais diferentes práticas de relações sociais e é exatamente nessas relações que o mundo rural vai construindo sua singularidade e especificidade, conforme afirmou Wanderley (2009). Ainda nesse viés, apontar os valores culturais como símbolos de resistência às transformações impostas pelo capitalismo, propõe a ideia dos costumes como práticas vivas adotadas pelos camponeses frente a realidade que se encontram com o advento do capitalismo, isto é, os costumes dos sujeitos do campo constroem uma resistência ao modelo econômico em expansão (THOMPSON, 1998).

Portanto, alicerçado nessa dinâmica do mundo rural aponta-se a emblemática da realidade dos agricultores familiares com base nos beneficiados do PRONAF “A”, elencando questões sobre os efeitos e resultados dessa política no Apiaú. A esse respeito Schneider e Mattei destacam que “o programa nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas até então existentes e encontravam sérias dificuldades de se manter no campo” (SCHNEIDER; MATTEI, 2004, p. 2)

Na organização e luta política sobre agricultura familiar foram possíveis algumas conquistas no campo, sendo que atualmente são muitos os desafios, tendo em vista que, atualmente, existe pouca perspectiva de continuidade do trabalho agrícola pelos filhos dos agricultores, seja pela falta de perspectivas ou dificuldades do trabalho no campo. O certo é que há resistência dos filhos em continuarem o trabalho executado pelos pais e essa oposição pode ser explicada, de acordo com Prado Júnior, através de raízes históricas do processo de formação econômica do Brasil que revelam a ausência dos vínculos sociais, embora o autor construísse tais conceitos em determinado momento histórico explicando sobre a formação social brasileira, compreende-se que na atual conjuntura, existem outros elementos que justificam essa relação familiar. Ou seja,

para o autor essa falta de relação familiar contribui para consolidar a estrutura social dominante é necessário afirmar que há uma necessidade de vínculos sociais mais fortes, no sentido de aglutinar as relações familiares tornando-as mais organizadas e resistentes frente às opressões impostas, destaca que “a falta de nexos moral²⁷ que define a vida brasileira em princípios do século passado, a pobreza de seus vínculos sociais” (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 345).

Na concepção de Thompson (1998) as relações familiares revelam a resistência no campo, esta se manifesta no contexto cultural e das tradições históricas entre os sujeitos, ou seja, através dos costumes e dos valores culturais herdados e transmitidos culturalmente que sofrem transformações a partir da própria dinâmica vivenciada no espaço rural: “um ambiente vivido que incluem práticas, expectativas herdadas, regras que não só impunham limites aos usos, como revelam possibilidades, normas e sanções tanto da lei como das pressões da vizinhança” (THOMPSON, 1998, p.90)

Portanto, ao construir reflexões a partir das considerações de autores que apresentam concepção marxista constata-se que a estrutura social e econômica do campo não somente contribui para pobreza das relações sociais e dos vínculos familiares, como também mantém o *status quo* da estrutura social. Ou seja, o modelo econômico impõe suas regras de mercado para o campo e, neste sentido, são as relações sociais baseadas nos vínculos culturais que tendem a resistir a opressão capitalista.

Assim, diante dessas considerações apontam-se dois fatores importantes: o primeiro ocorre em virtude de muitos agricultores não enxergarem esse trabalho com algo que possa promover uma mobilidade ou ascensão social e econômica, principalmente quando o pequeno agricultor não possui recursos e capital para custear a produção e melhorar a renda familiar ou investir na comercialização da pequena produção. O segundo está relacionado a falta de condições de promover formação profissional no espaço rural, no que tange capacitação dos sujeitos que trabalham no campo a desenvolver atividades produtivas que possam gerar renda, pois não existem cooperativas organizadas, cursos de formação e qualificação de profissionais e

²⁷ Prado Júnior define a expressão “nexos moral” em seu sentido amplo, o conjunto de forças de aglutinação, complexo de relações humanas que mantém ligados e unidos os indivíduos de uma sociedade e os fundem num todo coeso e compacto. Para ele, a ausência de nexos moral explica suficientemente a relativa estabilidade da estrutura colonial (PRADO JUNIOR, 2004, p.345)

universidades na região do Apiaú que possam potencializar tais atividades agrícolas do campo.

Nesse sentido, definiu-se na realização da pesquisa no Apiaú optar em fazer entrevistas gravadas com 04 agricultores familiares e a aplicação de questionários para 20 agricultores familiares distribuídos em diferentes vicinais, sendo que estes representam um quantitativo de 15% dos agricultores familiares beneficiados com o programa. Assim, optou-se pelos agricultores familiares das vicinais 06, 07, 08, 09, 11 e 14 por concentrar uma demanda maior de agricultores contemplados com linhas de créditos do PRONAF “A”, embora essa categoria beneficiada representa apenas 28,5% do total de agricultores contemplados com as diferentes categorias de créditos rural do PRONAF, ou seja, esse percentual refere-se a todos os contratos homologados e efetivados na região do Apiaú elaborados pela Casa da Agricultura nos grupos “A”, “B”, “C”, “D” e “E”. Além disso, as vicinais localizam-se no eixo central da região do Apiaú ficando próximos das vilas principais. Utilizou-se questionários fechados na tentativa de direcionar as questões para o cerne da pesquisa para investigar as condições sociais, a renda familiar, a produção agrícola no lote, a escolarização, acesso a saúde e educação, os investimentos dos recursos e o acesso ao programa.

Portanto, os resultados da investigação convergiram para constatar que dos 20 agricultores familiares entrevistados que foram beneficiados com o PRONAF observou-se que a maioria dos filhos desses agricultores migram para áreas urbanas em busca de melhores condições sociais e garantir oportunidade de trabalho na cidade. Deste modo, os resultados coletados através das entrevistas revelaram que 100% deles possuem filhos acima de 12 anos e que, apenas 10% dos filhos dos agricultores familiares que foram entrevistados permaneceu no campo, mesmo com o incentivo dos pais para que os filhos continuem no campo com aquisição de novos lotes para o desenvolvimento da atividade agrícola. É importante salientar que não é regra, porém a investigação conduziu para perceber essa situação no Apiaú.

Diante do exposto, fica evidenciado que a política do programa de fortalecimento da agricultura familiar no Apiaú revela que há dificuldades dos filhos em continuarem com o ofício dos pais principalmente relacionado com produção agrícola, no entanto, tem promovido benefícios no que se refere a permanência no campo e a ampliação das condições desses agricultores familiares, isto é, os investimentos do

PRONAF contribuem para melhorar as condições de vida dos agricultores. Não obstante, evidencia que é preciso permanecer no campo a unidade familiar para que os filhos dos agricultores enxerguem possibilidades de melhorar suas condições socioeconômicas no campo a partir das políticas agrícolas, questão que, mesmo com a política de fortalecimento da agricultura percebe-se ainda que os descendentes apresentam resistência em continuar o trabalho agrícola. A esse respeito o relato do técnico agrícola destaca que:

No início muitos filhos saíram, mas hoje alguns estão permanecendo, não estão tanto se especializando nas áreas dos pais, mais estão formando famílias aqui, e aproveitando o embalo do pai já tem aquela experiência com agricultura ajuda o pai, mas ainda são poucos ainda, dos agricultores que receberam financiamento e que sei que ficaram aqui, casou e formou família no Apiaú. (Entrevista realizada com o técnico agrícola da Casa de Agricultura do Apiaú Sr. Roberto em agosto de 2014)

Portanto, se a finalidade da política do PRONAF é apoiar o pequeno agricultor em suas dificuldades mais básicas – e que não são poucas – desde estrutura no campo com financiamento até a mobilidade socioeconômica, percebe-se que houve alguns avanços aos agricultores familiares, fato evidenciado pelo Ministério da Agricultura ao definir que a política do PRONAF tem conseguido promover “o desenvolvimento do segmento rural constituídos pelos agricultores familiares, de modo a propiciar o aumento da capacidade produtiva, a geração de emprego e a melhoria de renda” (MA/SDR/DATER, 1996, p. 24). Entretanto, apresentam-se algumas reflexões sobre o desenvolvimento do espaço rural promovido pelo programa.

Diante dos apontamentos, levantam-se alguns questionamos acerca dessa política: A política do PRONAF atingiu seu objetivo para categoria agricultura familiar no Apiaú? Quais os resultados dessa política desde sua implantação no Apiaú? O que os agricultores do Apiaú pensam sobre a política do PRONAF? Houve melhorias nas condições socioeconômicas dos agricultores contemplados com o PRONAF? Apontar respostas para esses questionamentos nos conduz a refletir sobre a situação dos agricultores familiares e suas necessidades fundamentais, por isso pretende-se analisar os avanços socioeconômicos provocados pela política agrícola do PRONAF.

Uma questão observada aos agricultores familiares que tiveram o acesso as linhas de créditos através da política do PRONAF foi a possibilidade de investirem os recursos na própria propriedade e a partir dela garantir o sustento da família. Os

profissionais da Casa da Agricultura são responsáveis pela elaboração dos projetos para liberação do Documento de Aptidão ao PRONAF – DAP – que regulariza os projetos a estarem aptos ao financiamento do governo junto aos bancos públicos – Branco do Brasil/BB e Banco da Amazônia Sociedade Anônima/BASA – através das políticas de créditos e financiamentos. Em toda a região do Apiaú constata-se que atualmente existem mais de 450 famílias beneficiadas com as diferentes categorias do PRONAF “A”, “B”, “C”, “D” e “E”, além de outros projetos agrícolas. Para ratificar os dados o Quadro 09 revela o total de agricultores familiares que acessaram o crédito do PRONAF nas diferentes categorias:

Quadro 09 - Agricultores familiares beneficiados com o PRONAF de 2005/2014

Agricultores Familiares beneficiados com o PRONAF na região do Apiaú ²⁸ período de 2005 a 2014	
Ano	Quantitativos
2005	64
2006	95
2007	35
2008	17
2009	28
2010	54
2011	33
2012	48
2013	40
2014	56
TOTAL	470

Fonte: Casa da Agricultura do Apiaú - 2015

Portanto, os dados revelam o quantitativo de agricultores familiares beneficiados com linhas de créditos, pois os técnicos agrícolas são responsáveis pela elaboração, orientação e acompanhamento junto a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA. Embora já justificado anteriormente, direciona-se o foco da investigação *in loco* aos agricultores familiares contemplados com o PRONAF “A” na tentativa de garantir maior objetividade ao objeto estudado, pois o número de beneficiados com projetos aprovados ainda representa baixo percentual. Constata-se que os beneficiados com o PRONAF “A” apresentam um número restrito conforme revela o Quadro 10:

²⁸ Dados coletados da Casa da Agricultura do Apiaú – SEAPA refere-se a toda a região do Apiaú, ou seja, inclui os projetos de Assentamentos Apiaú, Vila Nova e Sumaúma. Além disso, estão incluídas as diferentes categorias do PRONAF A, B, A/C, D, E, Projeto mais Alimentos. Outra observação a ser considerada é sobre os projetos elaborados por empresas privadas, pois o número pode ser ainda maior.

Quadro 10 - Agricultores familiares beneficiados com o PRONAF “A” de 2005/2014

Agricultores Familiares beneficiados com o PRONAF “A” na região do Apiaú ²⁹ período de 2005 a 2014	
Duênio	Quantitativos
2005/06	21
2007/08	28
2009/10	32
2011/12	28
2013/14	25
TOTAL	134

Fonte: Casa da Agricultura do Apiaú - 2015

Entretanto, pode-se averiguar o crescimento no acesso ao crédito rural através das diferentes linhas do PRONAF, enquanto no acesso a categoria “A” apresenta crescimento de forma inerte e tímida. Os fatores que dificultam a ampliação do acesso ao financiamento são: burocratização, regularização fundiária dos lotes, difícil liberação de créditos pelos bancos, elaboração de projetos agrícolas e acompanhamento do profissional da agricultura para orientar e encaminhar os agricultores para desenvolver a produção agrícola. Na realização das entrevistas verificou-se através do depoimento do técnico agrícola que o crescimento dos créditos aumentaram nos últimos anos apesar do percentual de agricultores contemplados encontrar-se ainda de forma tímida, fato que vem facilitando o acesso as linhas de créditos na região do Apiaú. A esse respeito o técnico agrícola que vive no Apiaú há 18 anos e trabalha diretamente com a política do PRONAF relata que:

A região do Apiaú possui em torno de 400 famílias beneficiadas pelas linhas de créditos, sendo que 200 tiveram acesso ao PRONAF A, sendo que é uma base, é um começo de tudo, como é uma linha de valor baixo, era no inicio 6000 em 1996, hoje é 25000, então ele é uma base, pois 25000 não dá para muita coisa só para o produtor pegar e estruturar a propriedade dele se ele tem potencial para plantio ele vai preparar a área, gradear, comprar um kit de irrigação, para pegar mais na frente um linha de crédito, ta fazendo uma base para mais na frente pegar uma linha de crédito maior. A carência varia conforme o que vai financiar, na pecuária no caso, gado ele tem três anos de carência, isso porque, porque ah, se tu compra uma rês, ela vai parir, um ano para ela parir, depois de um ano, de três anos pro bezerro se formar tem uma novilha ou garrote pra vender e começar a fazer um dinheiro, e começar a fazer leite, no caso se tiver leite. No plantio, dependendo da cultura ela chega

²⁹ Os dados da Casa da Agricultura – SEAPA refere-se aos agricultores familiares contemplados com o PRONAF “A” no projeto de Assentamento do Apiaú situados nas vicinais 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 14. Foi realizado a catalogação do total de agricultores familiares beneficiados com as diferentes linhas de créditos do PRONAF selecionando apenas os agricultores familiares contemplados com o PRONAF “A”.

até 4 anos de carência, o prazo que ele tem na linha do Pronaf “A” é 12 anos para pagar, então 12 anos ele tem 3 anos de carência e tem 9 anos pra pagar, então é uma linha de crédito com juros de 1% ano e um arrebate que a gente fala é um desconto de 45% em cima do capital, em cima de tudo, em cima de 25000, 15000 devolve pro banco os outros 10000 pro governo federal, então é como eu te falei, não tem juros, é um dinheiro que o governo federal pega e libera pra o agricultor familiar estruturar tua propriedade. (Entrevista realizada com técnico agrícola da Casa da Agricultura do Apiaú Sr. Roberto em agosto de 2014).

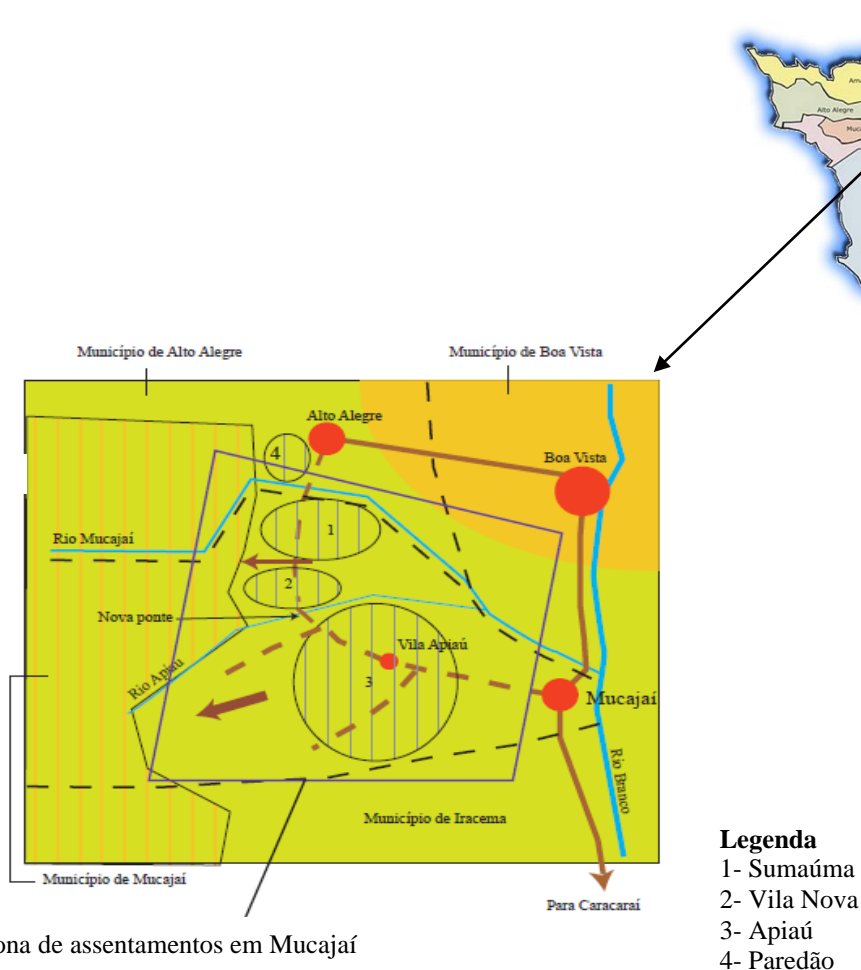
Portanto, verifica-se que houve um crescimento no acesso ao crédito, embora ainda não represente um quantitativo significativo, pois as dificuldades de aquisição de crédito exigem uma demorada burocratização, desde a construção do projeto, as condições para pagamento do crédito, o fiador de crédito e regularização do imóvel rural. A política do PRONAF necessita de um profissional para ajudar o agricultor a custear o financiamento junto aos bancos, pois embora o juro seja baixo é preciso planejamento, estrutura rural e organização para não gerar irregularidade e inadimplência no pagamento.

Neste sentido, busca-se tecer um panorama sobre a realidade dos agricultores na região do Apiaú no aspecto socioeconômico apontando questões básicas a partir dos questionários aplicados aos agricultores que vivem na região. Optou-se por apontar três pilares básicos para construir o perfil socioeconômico dos agricultores familiares entrevistados no Apiaú com o objetivo de analisar e perceber os avanços socioeconômicos provocados pela política pronafiana. Assim, destacam-se os pilares como análise socioeconômica dos agricultores familiares: a) a faixa etária e o tempo de permanência no Apiaú; b) a renda familiar; c) e o nível de escolaridade, o acesso a escola pública e posto de saúde. Busca-se definir os resultados na tríade permanência – renda – escolaridade por considerar que tais questões contemplam entender os avanços provocados pelo PRONAF relacionados a experiência rural, ao acesso a educação e saúde, ao nível de escolarização e a renda dos agricultores.

Inicia-se com a apresentação da extensão territorial da região do Apiaú tendo como parâmetro a RR-325 que, como já afirmou-se anteriormente, é a principal via de acesso a cidade de Mucajai. O mapa revela a geografia territorial do Apiaú com vicinais, sendo que a concentração da investigação ocorreu nas vicinais 06, 07, 08, 09, 11 e 14 por considerar o polígono da região próxima as vilas. A cartografia da região do Apiaú se destaca no eixo da rodovia limitando-se com o município de Iracema e Alto

Alegre revelando o espaço geográfico do projeto de assentamento em sua dimensão territorial, conforme se observa no mapa, com base em Tourneau (2001).

Figura 06 - Polígono dos assentamentos rurais da região do município de Mucajai-RR expondo os projetos: Apiaú, Sumaúma, Vila Nova e Paredão.



Polígono da zona de assentamentos em Mucajá

Fonte: Tourneau (2001), IBGE (2010), INCRA (2010)

Assim, diante da exposição do mapeamento dos assentamentos e da região do município de Mucajai percebe-se que a ocupação se deu em diferentes momentos que o projeto de assentamento do Apiaú abrange uma área maior com várias vicinais e distribuição de lotes. Com base nas informações coletadas pelos agricultores familiares entrevistados elaborou-se o perfil desses sujeitos sociais apresentando fatores referente a situação socioeconômica. A primeira constatação verificou-se que entre os entrevistados o nível de escolaridade apresenta-se muito baixo, ou seja, a maioria dos que se fixaram nos lotes para trabalhar não teve acesso ou apenas frequentaram à escola por poucos anos, sendo que 90% dos entrevistados não concluíram o Ensino Fundamental das séries

iniciais³⁰. Isso fica evidenciado nas entrevistas realizadas com os agricultores familiares nas vicinais 06, 07, 08, 09, 11 e 14, ao descrever o relato das dificuldades de acesso a escola pública:

Olha meu filho, eu mal sei ler, na minha época era difícil estudar, meu pai disse que filho dele tinha que ajudar na roça, não sei o que é escola, mas eu sou esperto, consigo fazer meus negócios, já fiz o Pronaf duas vezes e to pagando, já me disseram que sou esperto. Fiz o financiamento e consegui comprar meu gado e daí tira meu sustento, produzo meu leite e vendo pra cidade, ele (Pronaf) me ajudou muito. (Entrevista com o agricultor familiar Sr. Francisco Chaves na vicinal 08 Apiaú, em agosto de 2014).

Os resultados da pesquisa constataam a baixa escolaridade das populações rurais e, neste caso os agricultores familiares apresentam baixo nível de escolaridade, fatores que revelam reflexões sobre o processo histórico de exclusão desses trabalhadores ao acesso a educação. Para aprofundar as discussões destaca-se o trabalho de Vilhena Júnior (2013) que fez uma investigação sobre a política da educação do campo na Amazônia avaliando as ações políticas implantadas e seus resultados, sendo que nesse contexto, analisa as ações do PRONERA³¹ que está relacionado à educação do campo. Portanto, ao analisar essa política pública, nos conduz a pensar que representam ações assistencialistas e anódinas contribuindo para consolidação do capitalismo do campo através da mão de obra barata pouca escolarizada, questões que fortalece o modelo já existente. A esse respeito destaca que “o rural representava e ainda representa o espaço das políticas compensatórias e paliativas de projetos econômicos e políticas desenvolvimentistas de orientação capitalista que se apropriam de territórios tradicionais nas formas mais vis do capitalismo agrário” (VILHENA JUNIOR, 2013, p. 47). Outro autor ratifica também essa concepção ao afirmar que:

A educação rural é também associada a precariedade, ao atraso, com pouca qualidade e recursos pedagógicos escassos, estrutura física inadequada onde sala de aula funciona na casa da professora. E tem com pano de fundo um interior arcaico com programas sociais precários, pensados e elaborados para o povo do campo sem sua participação (MOLINA; JESUS, 2004, p. 58)

³⁰ De acordo com a Lei 9394/96 a Educação Básica é constituída por três níveis de ensino: Infantil, Fundamental e Médio. O Ensino Fundamental é obrigatório para todas as crianças, tem duração de oito anos, sendo dividido em Ensino Fundamental das séries iniciais que vai do 1º ao 5º ano e das séries finais que corresponde do 6º ao 9º ano.

³¹ O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA é uma política pública de Educação do Campo desenvolvida em áreas de Reforma Agrária executada pelo governo brasileiro. Seu objetivo é fortalecer o mundo rural com território de vida em todas as suas dimensões: econômicas, sociais, ambientais, políticas, culturais e éticas. Nasceu em 1998 através da luta dos movimentos sociais e sindicais dos trabalhadores rurais pelo direito a educação e equidade social. MDA/INCRA. Manual do PRONERA, edição atualizada, Brasília/DF, 2004.

Portanto, essas reflexões postas sobre a educação do campo corroboram com os resultados constatados por meio das entrevistas verificando que os trabalhadores do meio rural buscam sustentar suas famílias e garantir, com a força de trabalho, melhores condições socioeconômicas na relação com a terra.

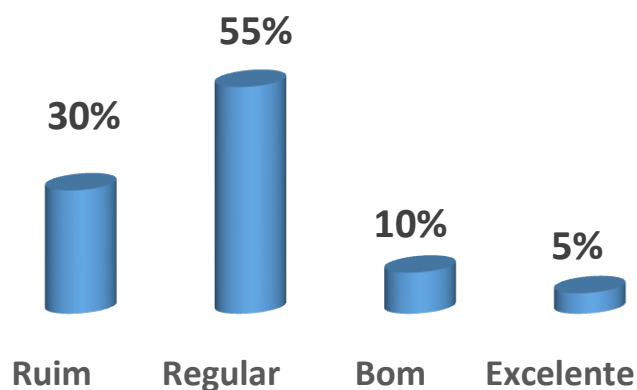
2.5 ANÁLISE DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO APIAÚ

Diante da literatura exposta e das reflexões apresentadas até o momento, este tópico pretende tecer algumas análises sobre a vivência dos agricultores familiares no Apiaú a partir do acesso as linhas de crédito do PRONAF na tentativa de averiguar as mudanças provocadas no bojo dessa categoria social, no que se refere aos aspectos: escolaridade, faixa etária, residência, experiência no campo e renda familiar.

Quando se refere ao processo de escolarização a realidade observada não se diferencia da situação nacional, pois nos depoimentos dos agricultores o acesso a educação não é promissor. É importante salientar que não se pretende construir uma análise criteriosa sobre a educação no Apiaú, isso porque exigiria elementos teóricos mais sólidos e um debate amplo sobre essa temática; aqui busca-se direcionar as reflexões apenas às condições de acesso a educação básica. No caso do acesso a escola pública, a maioria dos agricultores revela-se desanimado, uma vez que a vila possui apenas duas escolas de ensino fundamental e médio e o acesso torna-se difícil em virtude das dificuldades, como afirmou a maioria dos entrevistados. Quando questionados sobre as principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores com relação a educação dos filhos os resultados apontam para o descaso no cenário educacional, pois a maioria dos entrevistados reconhece que existem dificuldades e problemas, tais como: demora e ineficiência do transporte escolar, falta de professores, atraso no início das aulas, distância entre as vicinais e a escolas, merenda de baixa qualidade e a falta de continuidade dos estudos no Apiaú, principalmente quanto ao ensino superior.

Portanto, ao fazer análise sobre a situação do acesso a educação 30% avaliaram como ruim e 55% avaliaram como regular. Assim, pode-se afirmar que 85% dos entrevistados não estão satisfeitos com acesso a educação no Apiaú. Nesse sentido, o gráfico revela os resultados que os agricultores familiares pensam sobre o acesso da escola pública no Apiaú:

Gráfico 02 - Avaliação do acesso a escola pública no Apiaú.



Fonte: agricultores familiares entrevistados (2014)

Pode-se afirmar que essas dificuldades existem porque muitas escolas no interior das vicinais encontram deterioradas e foram desativadas sobrecarregando as escolas da vila do Apiaú. Isso explica os resultados do gráfico sobre o acesso a escola, pois nas vicinais várias delas que existiam e funcionavam, agora são reflexos do abandono e descaso. A imagem abaixo mostra a situação das escolas no interior das vicinais que encontram-se completamente abandonadas e fechadas concentrando o atendimento escolar nas vilas:

Imagem 04 - Escola pública abandonada e desativada na RR-325 no Apiaú

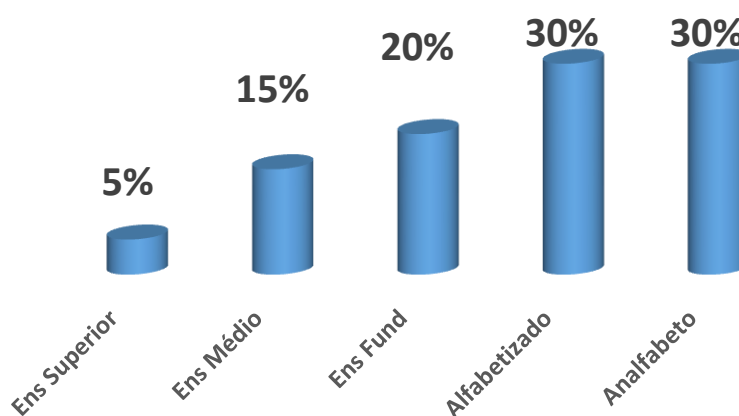


Foto: Lindivalda Sales (2014)

A imagem revela a situação com a educação pública no Apiaú, fatores que caminham ao encontro dos depoimentos dos agricultores sobre a educação ao afirmarem

às dificuldades de acesso a escola do campo. A esse respeito destaca-se o relatório da Pesquisa Nacional por Amostra à Domicílios - PNAD, (2004) ao mostrar que a escolaridade média da população de 15 anos ou mais que vive no campo é de 04 (quatro) anos, o que corresponde a quase metade da estimativa para a população urbana, que é de 07 (sete) anos, ficando evidente a necessidade de ações efetivas para a diminuição dessa discrepância. O problema do analfabetismo é outro aspecto presente junto às populações do campo. Segundo o PNAD “29,80% da população adulta do meio rural é analfabeta”. Mediante o relatório do PNAD constata-se que a situação do Apiaú é semelhante conforme revela o gráfico 03:

Gráfico 03 - Nível de escolarização dos agricultores familiares do Apiaú.



Fonte: Agricultores familiares entrevistados (2014)

Diante dos dados constata-se que 80% dos agricultores não chegam ao Ensino Médio e o índice de analfabetismo atinge cerca de 30% dos entrevistados. Entretanto, isso não representa uma barreira para desenvolverem seu trabalho no campo, pois os agricultores, mesmo sem escolarização, possuem experiência em trabalhar com a terra revelando conhecimentos empíricos nas atividades de lavoura, plantio e roça, pois a maioria adquiriu experiência com os pais, sendo fato que, todos os entrevistados conhecem o processo de plantio, arado, cultivo, colheita, ferramentas utilizadas, dificuldades de produção e a qualidade da terra para plantação. Logo, esses fatores revelam o tempo de experiência no trabalho do campo, isto é, constata-se que os agricultores familiares, embora com baixa escolaridade, possuem conhecimentos sobre atividades agrícolas que nos conduz a perceber o período de experiência em trabalho agrícola. O gráfico 04 revela o tempo de experiência no campo:

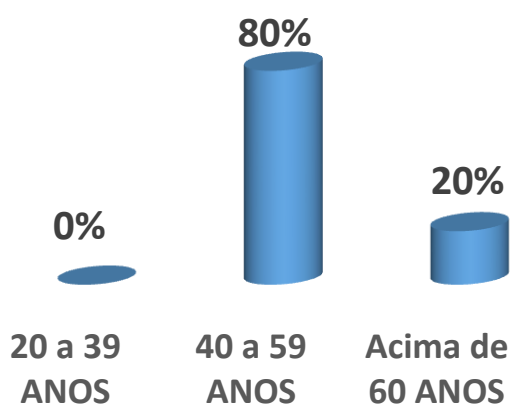
Gráfico 04 - Tempo de permanência e experiência de trabalho do campo no Apiaú



Fonte: Agricultores familiares entrevistados (2014)

Diante do gráfico observa-se que todos os agricultores familiares entrevistados já têm muito tempo trabalhando com atividades agrícolas no Apiaú, seja com a produção de alimentos ou com criação de animais. O que é mais interessante destacar é que a idade apresenta-se na faixa etária entre 40 e 60 anos, cerca de 80% encontra-se nesse patamar, isso explica o percentual de 50% dos entrevistados apresentam-se com 20 anos de trabalho na agricultura familiar. Considerando o tempo de experiência e a faixa etária, é importante ressaltar que esses agricultores conhecem a realidade do assentamento Apiaú, desde sua criação até os dias atuais, onde apontaram os dilemas e as dificuldades de viver no campo. O gráfico 05 revela a faixa etária dos agricultores familiares:

Gráfico 05 - Faixa etária dos agricultores familiares no Apiaú

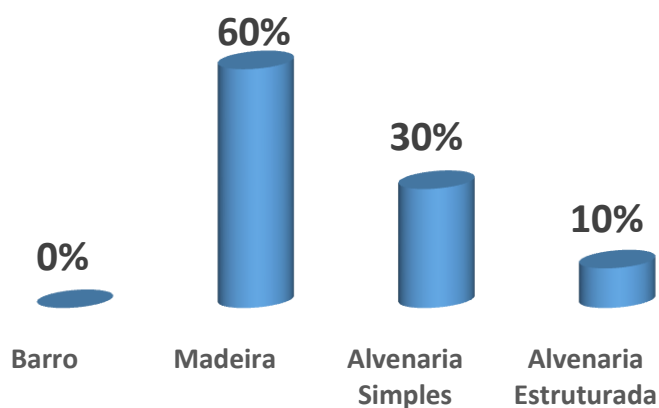


Fonte: Agricultores familiares entrevistados (2014)

Portanto, percebe-se que a experiência agrícola e o sentimento que se constituiu ao longo dos anos através das vivências, experiências e do trabalho construindo relações sociais consolidadas foram determinantes para conhecer o Apiaú e permanecer na sua propriedade, sem desfazê-la.

Quando se trata da realidade social dos agricultores familiares é importante destacar as residências, tendo em vista que a maioria dos agricultores vive em casas de madeira, entretanto, alguns entrevistados informaram que possuem casa de alvenaria e que o trabalho agrícola contribuiu para melhorar a situação socioeconômica. O gráfico 06 revela o percentual do tipo de casa em que residem os agricultores familiares:

Gráfico 06 - Tipo de residência dos agricultores familiares no Apiaú

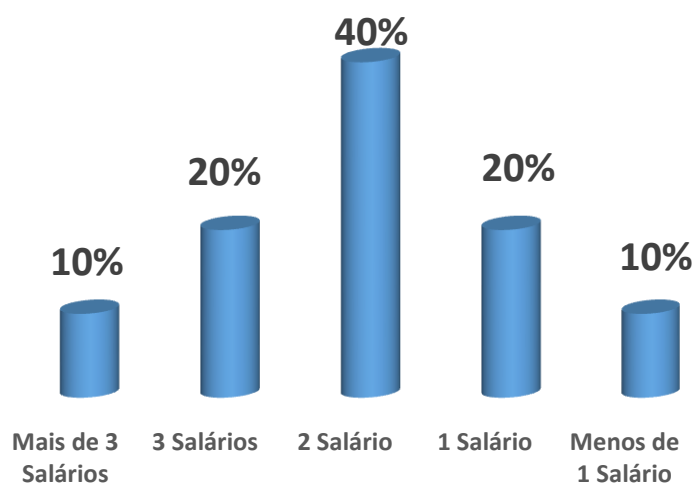


Fonte: Agricultores familiares entrevistados (2014)

Portanto, verifica-se que a maioria das casas são feitas de madeira, porém apresenta um número significativo de casas de alvenaria. Entretanto, aponta-se como maior dificuldade na construção das casas de alvenaria o acesso ao material de construção, pois as condições financeiras para levar materiais como tijolo, areia, seixo, cimento, pedra, ferro e outros produtos ao interior tornam-se um custo muito elevado, isso ocorre em virtude dos valores dos produtos que aumentam significativamente e do frete que custa quase o valor do produto. Todavia, os agricultores revelaram que estão satisfeitos com os avanços, pois suas casas eram de pau-a-pique e de palha quando começaram o trabalho de roça no Apiaú.

O outro ponto que apresento é sobre a renda mensal dos agricultores entrevistados: cerca de 30% apresenta renda inferior a 01 (um) salário mínimo, enquanto 40% afirmou possuir renda mensal de 02 (dois) salários mínimos e 30% declararam possuir renda mensal de 03 (três) ou mais salários mínimos, ficando acima da media nacional. Isso revela que, embora esses agricultores foram beneficiados com o programa PRONAF a renda mensal ainda encontra-se limitada diante da finalidade das políticas agrárias.

Gráfico 07- Renda mensal dos agricultores familiares no Apiaú



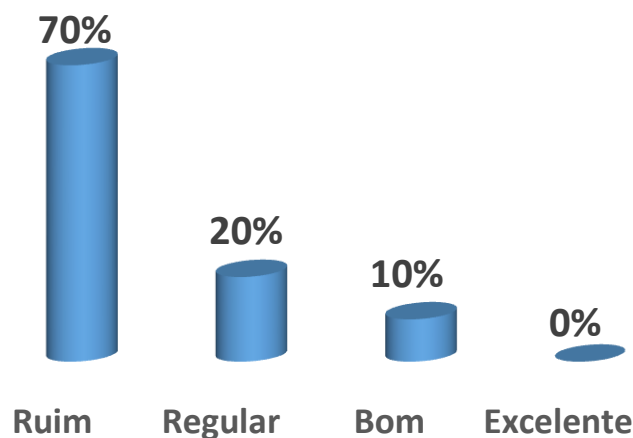
Fonte: Agricultores familiares entrevistados (2014)

Portanto, de acordo com os depoimentos, a fonte de renda foi gerada com o acesso aos recursos do PRONAF no lote que vêm através dos benefícios de créditos do programa permitindo fazer investimentos e promover geração de renda no campo. Outro fator que contribui para complementar a renda familiar é criação de diferentes animais, pois evidenciou que a maioria dos entrevistados possui criação de galinhas, patos e gado para garantir o sustento da família.

Outro ponto que apresenta-se é o acesso a saúde pelos agricultores familiares entrevistados, que a consideraram preocupante, tendo em vista que a situação vivenciada pelos colonos na região do Apiaú não tem revelado acesso a saúde pública com atendimento básico que a legislação permite. Compreende-se que a realidade da saúde pública no país é crítica e preocupante, logo quando refere-se ao espaço rural a situação torna-se mais evidente. Essa é uma questão fundamental para promover uma discussão e análise mais densa, porém, a intenção aqui é perceber como os agricultores

analisam o acesso a saúde na região do Apiaú e, os resultados revelam-se de forma desastrosa. O gráfico 08 destaca um resultado preocupante sobre o acesso a saúde pública no Apiaú:

Gráfico 08 - Avaliação do acesso a saúde no Apiaú.



Fonte: agricultores familiares entrevistados (2014)

Os dados revelam que 90% dos agricultores familiares entrevistados consideraram o acesso a saúde ruim e regular, pois o atendimento aos serviços básicos quase não existem, tendo que se deslocarem até o município mais próximo. Quando apresenta a questão da saúde no campo o acesso ainda é mais difícil diante das dificuldades encontradas no espaço rural, como: falta de transportes, profissionais para atendimento, materiais para realizarem atendimentos e remédios.

Assim, as exposições sobre a situação socioeconômica apresentou discussões sobre as questões: acesso a educação e saúde pública, a renda mensal dos agricultores, o tempo de vivência na região do Apiaú e as condições sociais. Os resultados convergem para perceber que houve melhoria nas condições sociais entre os agricultores entrevistados, tais como: acesso a televisão, geladeira, parabólica, roupas, calçados e transporte para se locomover no Apiaú questões que alicerçam a permanência no campo, porém ainda existem dificuldades nos serviços mais essenciais, no caso da educação e saúde,

Para compreender a realidade socioeconômica dos agricultores é preciso estabelecer critérios que permitam mensurar a lógica e a situação familiar da produção agrícola e das relações sociais no espaço rural, pois para Lamarche (1993):

A exploração familiar, tal como a concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração. (1993, p. 15).

A partir das discussões com os autores e a partir dos dados coletados através das entrevistas com agricultores familiares do Apiaú beneficiados com o PRONAF, apontam-se algumas reflexões e análises para evidenciar a situação socioeconômica dos sujeitos do campo, ou seja, caminhos para compreender avanços, impasses e dificuldades aos contemplados, considerando as mudanças existentes e a mobilidade social através do programa. As dificuldades no campo são muitas, porém as políticas públicas de valorização precisam ser ressignificadas e planejadas ao agricultor familiar, com sua participação, de forma a contribuir para desenvolvimento da agricultura familiar.

Diante da investigação e das observações feitas no Apiaú e das entrevistas realizadas com os agricultores familiares apresentou fatores básicos da situação socioeconômica nos aspectos das condições sociais, acesso a saúde e educação, renda familiar e acesso a financiamento. Assim, diante dos dados apresentados foi possível averiguar que os agricultores familiares beneficiados apresentaram melhorias nas condições sociais e econômicas utilizando os recursos do PRONAF como mola propulsora da economia local potencializando o desenvolvimento das atividades agrícolas, sendo que “os resultados produtivos e econômicos do PRONAF não se resumem apenas ao interior das unidades produtivas, já que os recursos do programa também exercem forte influência no crescimento das economias locais” (AQUINO; SCHNEIDER, 2010, p. 12)

Desse modo, os aspectos de mudanças constatadas sobre os fatores socioeconômicos revelaram, não somente nos próprios depoimentos dos entrevistados, sejam gestores, técnicos ou agricultores os avanços nos aspectos sociais e econômicos, mas também pode ser averiguado no cotidiano e nas relações sociais dos agricultores familiares, tendo em vista que obtiveram acesso a diferentes bens de consumo como televisão, geladeira, transporte e até renda mensal permanente. Ou seja, para os trabalhadores do campo a aquisição da renda familiar através dos recursos do PRONAF vem revelar que é possível promover melhorias no espaço rural contribuindo tanto para

permanência dos agricultores que ainda vivem do trabalho rural como abre novos horizontes para o campo.

Compreende-se que as políticas agrárias e, neste caso o PRONAF, apresentam várias limitações e um viés concentrador, onde o maior percentual dos recursos acaba destinado para agricultores familiares mais capitalizados como se pode observar na afirmação a seguir: “os recursos do programa estão sendo aplicados com maior intensidade aos agricultores mais capitalizados” (AQUINO; SCHNEIDER, 2010, p. 11). Entretanto, o embrião do processo de mudanças no campo está lançado, cabe ao processo de organização e luta políticas dos diferentes sujeitos que constituem o espaço rural emanarem novas possibilidades à trilharem caminhos que venham promover ruptura nas políticas agrárias e direcioná-la a um número cada vez mais significativos de agricultores familiares com poucos ou sem recursos financeiros no campo.

Não obstante, as discussões da política do PRONAF não se esgotam na sua totalidade, pois ainda se tem muito a investigar sobre a dimensão desse programa. Portanto, pretende-se no próximo capítulo tecer algumas considerações a luz de autores que discorrem análises críticas sobre o programa e através dos dados coletados com os agricultores familiares, na tentativa de revelar os impactos da política do PRONAF na colônia do Apiaú compreendendo seus reflexos no meio rural e as transformações provocadas a essa categoria social do campo.

3. OS IMPACTOS DA POLÍTICA DO PRONAF AOS AGRICULTORES FAMILIARES NA COLÔNIA DO APIAÚ EM MUCAJAI-RR: CONQUISTAS E DESAFIOS

Diante dos aspectos até aqui apresentados compreende-se que a situação dos agricultores na região do Apiaú revela muitas inquietudes e questionamentos diante da política do PRONAF. Deste modo, propõe-se investigar e analisar os impactos dessa política agrária específica na agricultura familiar perante as diversidades existentes nesta categoria social do campo.

Analisa-se que o mundo rural é um espaço heterogêneo e de produções culturais, e é também um local produtivo em que os agricultores de baixa renda utilizam-se para garantir o sustento de suas famílias, sendo que a maioria dos sujeitos encontram-se excluídos do acesso a terra. Portanto, a realidade brasileira revela um cenário desolador sobre o trabalhador do campo, pois segundo Wanderley (2009, p. 58) “a estrutura fundiária inibe o acesso a terra a uma grande maioria dos que trabalham na agricultura, também explica o fato de que o Brasil esteja longe de ter atingindo qualquer meta aproximativa de paridade social”. Na afirmação, fica clara a existência da concentração fundiária, da exclusão social, da pobreza, da exploração do agricultor e da insuficiência na superação da desigualdade no campo.

Nesse sentido, as políticas públicas agrárias caminham no viés de oferecer melhores condições sociais aos trabalhadores que vivem no campo, ou seja, da superação da problemática exposta, isso porque, o PRONAF é uma política pública agrária que marcha no sentido de amenizar os problemas do campo, pelos menos, é esse seu real objetivo. Não obstante, ao fazer reflexão sobre a política “pronafiana” em Roraima, na tentativa de compreender os reflexos e resultados no interior do Estado, percebe-se os benefícios proporcionados aos agricultores familiares no Apiaú. Com base na entrevista realizada em agosto de 2014 com o engenheiro agrônomo Erwim Moraes, diretor responsável pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural de Roraima – DATER-RR, o mesmo considerou que houve melhorias nas condições sociais e econômicas dos agricultores familiares no que se refere ao acesso aos créditos e promoção de renda do campo, embora o programa atenda todos os municípios, ele aponta que ainda existem muitos agricultores familiares que não foram contemplados com o programa em detrimento da burocratização. Para o gestor, a

limitação do programa não compromete seu êxito, pois se verifica na prática seus benéficos.

Nas considerações expostas, foi possível analisar as dimensões da política do PRONAF em Roraima com a abrangência em todos os municípios, sendo que a esse respeito o diretor do DATER destacou que:

hoje o PRONAF atende todos os municípios oferecendo apoio ao pequeno produtor com linha de créditos e apoio a formação do agricultor familiar, pois podemos perceber que houve melhora nas condições sociais e no apoio ao pequeno produtor no sentido do Estado oferecer a formação do agricultor e ajuda no processo produtivo através de financiamentos (Entrevista realizada com o diretor da DATER Sr. Erwin Moraes, em julho de 2014)

Portanto, com base nas argumentações e em autores da literatura agrária, percebe-se que o programa atingiu alguns avanços aos agricultores familiares, sendo possível averiguar a dimensão do PRONAF no Apiaú. A essa questão Mattei (2005) também afirma sobre os avanços do programa:

O sistema de financiamento do Pronaf e as condições atuais de oferta de recursos, é possível afirmar que as mesmas vêm cumprindo um papel importante junto aos agricultores familiares, inclusive estimulando-os a expandir a área de produção (...) O novo cenário mostrou uma agricultura fortemente mecanizada, o que elevou brutalmente a produtividade do trabalho (2005, p. 53-54)

Na visão do autor os resultados são evidentes e visíveis, entretanto, os questionamentos que se propõe a partir das informações obtidas são: O PRONAF tem proporcionado mobilidade social e melhores condições de vida aos agricultores familiares e que mudanças atingiu o programa no Apiaú? Que impactos o PRONAF provocou aos agricultores familiares beneficiados com linhas de créditos no Apiaú?

É exatamente nesta obliquidade que o presente capítulo busca demonstrar os resultados da política “pronafiana” aos agricultores familiares no Apiaú, ou seja, o objetivo proposto é compreender os efeitos dessa política agrária aos beneficiados direcionando as análises para dois aspectos centrais: os impactos provocados pela política do PRONAF e se as linhas de créditos oportunizaram aos agricultores familiares melhores condições sociais e econômicas garantindo a permanência no campo.

Portanto, é nesse cenário que baliza o perfil dos agricultores familiares na região do Apiaú na ótica dos sujeitos entrevistados, no que se refere as vivências e

experiências na relação de produção e trabalho com a terra³². Assim, a vida cotidiana dos sujeitos nas relações sociais com a terra, família, sindicato, técnicos agrícolas ou outros trabalhadores do campo representam a singularidade e produção cultural do espaço rural, definindo não somente as relações sociais, mas o modo de vida particular das diferentes categorias de trabalhadores com a terra. A essa questão apresento as definições de Thompson (1998) sobre costumes ao afirmar que:

a teia dos costumes no contexto social percebe-se a intrínseca relação do cotidiano e das tradições existentes nos grupos de indivíduos que interferem nas relações sociais e políticas e contribuem para organização política e resistência contra o Estado, pois o processo de luta e resistência inicia-se nas relações sociais cotidianas provocadas pela insatisfação e opressão das classes dominantes. Os costumes estão claramente associados e arraigados às realidades materiais e sociais da vida e do trabalho. Os costumes podem fornecer o contexto em que as pessoas talvez façam o mais difícil de modo direto (...) podem preservar a necessidade da ação coletiva, do coletivo de interesses, da expressão coletiva de sentimentos e emoções dentro do terreno e domínio dos que dele co-participam (1998, p. 22)

A afirmação de Thompson (1998) chama atenção pela visão crítica de valorização dos costumes e das relações sociais como processo de luta política ao modelo econômico que chega ao campo impondo regras e normas. Ainda nessa perspectiva Sauer (2006) em seu livro, “Capturando a Terra”, aprofunda mais as discussões ao afirmar que os organismos internacionais impõem o modelo econômico de mercado definindo suas regras e normas para atender o capital, pois “o modelo de reforma agrária de mercado atuaria na administração da crise de um segmento do setor agropecuário capitalista e, ao mesmo tempo, responder à pressão social” (2006, p.26). Assim, é notável a presença do capital no campo com diferentes frentes de atuação, logo a política do PRONAF também se revelaria como uma ação composta nesse modelo, pois sua ação é oferecer capital de giro para os agricultores rurais tornando-se pequenos capitalistas aptos a fazerem investimentos para acumulação de capital, Marx (1999) destaca que:

Do capital, na medida em que é considerado no processo de produção, sempre fica, em menor ou maior grau, a representação de que é um instrumento de pescar trabalho alheio. Seja isso tratado como “justiça” ou “injustiça”, fundado ou infundado, fica sempre subjacente e subentendida a relação do capitalista com o trabalhador. Na medida em que o capital apareça no processo de circulação, o que de modo particular contraria a concepção corrente; desde que apareça, no capital comercial, como uma espécie de

³²Martins (2009) aponta que a história agrária brasileira foi marcada pela relação de trabalho de forma exploratória e excludente, primeiro no trabalho escravagista e depois no trabalho assalariado e as condições desumanas permaneceram na relação do trabalho no campo, nos dois modelos.

capital que exclusivamente se encarrega dessa operação, o lucro se torna associado a uma surda representação de logro generalizado, de modo mais específico, o comerciante logrando o capitalista industrial, como este logrando o operário. Ou ainda, o comerciante logrando o consumidor, como os produtores se logram mutuamente. Seja como for o lucro é assim explicado a partir da troca (*exchange*), a partir de uma relação social e não a partir de uma coisa (1999, p. 190)

Logo, é indissociável o acúmulo de capital sem o lucro e, portanto na afirmação de Marx (1999), ele se revela nas relações sociais e nas relações de troca. Ainda nessa perspectiva, Wanderley (2009, p.98) também corrobora com a afirmação acima expondo que “a dinâmica do capital é que direciona as transformações e não a dinâmica de transição de um modo de produção para outro”. Neste caso, se a política agrária do PRONAF apresenta-se dentro de um contexto macroeconômico que atende a demanda de mercado e ao capital essa concepção diante da política agrária torna-se evidente, como afirma Lustosa (2012):

O PRONAF volta-se a compor e recompor estratégias de integração e de diversificação entre setores produtivos das regiões, reafirmando, ainda que contraditoriamente, a eminência da reprodução financeira de certas camadas, mas, também, uma estratégia de extração de mais trabalho, daí, a perspectiva de que essas camadas se mantenham produtivas e dinâmicas. Soma-se aos incentivos obtidos pelos avanços tecnológicos o uso de meios modernos de produção, pelo que não só transferem, como visam “à agregação de valor aos produtos pela via agroindústria”, e à obtenção de “mais-valia”. (2012, p.77).

Não se pretende travar um embate sobre a expansão do capitalismo no campo dilatado pelo PRONAF, mas canalizar as reflexões para analisar seus impactos no contexto local, no projeto de assentamento do Apiaú direcionado aos agricultores familiares contemplados com linhas de créditos. Ou seja, investigar mudanças ou impactos que ocorreram a partir do acesso ao financiamento, ou melhor, do acesso ao capital. É nessa filosofia investigativa que pretende tecer reflexões sobre a política do PRONAF no Apiaú.

3.1 “DO SONHO A REALIDADE”: OS AGRICULTORES FAMILIARES CONTEMPLADOS COM O PRONAF NO APIAÚ

A situação dos agricultores familiares se destaca em virtude das mudanças no processo de infraestrutura da região do Apiaú, ou seja, pode-se constatar na realização das entrevistas e na investigação *in loco* que as transformações consideradas

fundamentais para o Apiaú ocorreram em diferentes aspectos, tais como: aberturas de estradas, implantação de energia elétrica³³ e pavimentação de rodovias/vicinas.

Esses fatores não correspondem ao desenvolvimento³⁴ da região e tampouco pode considerar como impactos que promoveram avanços na produção agrícola aos sujeitos que vivem há anos no projeto de assentamento Apiaú. No diálogo com os agricultores familiares e através das observações constata-se que, embora reconheçam que houve mudanças na região, os resultados voltados ao pequeno produtor ainda estão restritos e limitados. Quando perguntados como essas transformações impactaram na melhoria de vida, estes sentem-se reservados a responder sobre os benefícios das políticas públicas de governo, seja estadual ou federal, porém quando avaliam a política do PRONAF, majoritariamente revelam que essa política agrícola contribuiu significativamente para ampliar suas condições sociais. O Quadro 11 expõe os principais investimentos adquiridos com o PRONAF e a necessidade para desenvolvimento da unidade produtiva:

Quadro 11 - Investimentos dos recursos do PRONAF no Apiaú

Investimentos dos Recursos				
%	Unidade Produtiva	Investimentos	Insumos	Mão de obra
65%	Pecuária	Compra de animais (novilha ou bezerra) e construção de curral	Alimentos para gado (sal e ração) Remédios veterinários	Contratação de trabalhadores para controle e assistência aos animais
15%	Banana	Preparação do solo, espaçamento das mudas, calagem e manejo.	Equipamento para irrigação; adubos e calagem	Contração de trabalhadores para poda e carregamento
15%	Piscicultura	Construção de tanques e preparação do solo	Alimentos para os peixes (ração)	Contratação de trabalhadores para construção de tanques e topografia do terreno, verificar o sistema de abastecimento e tipo de solo
5%	Mandioca	Preparação do solo e aração	Aquisição de adubos	Contratação de trabalhadores para colheita

Fonte: Casa da Agricultura do Apiaú/Agricultores entrevistados (2014)

³³O Programa Luz para Todos é um programa do Governo Federal do Brasil que visa levar energia elétrica para a população do meio rural, seja ela com ou sem recursos financeiros, de forma gratuita. O programa foi criado pela ex-ministra de Minas e Energia Dilma Rousseff e coordenado nacionalmente por Aurélio Pavão de Farias. A esse respeito Oliveira (2013) faz uma análise sobre o processo de implantação do Programa Luz para todos e os resultados dessa política pública no Brasil.

³⁴Cf. Matos; Rovella (2010) O artigo apresenta algumas reflexões sobre o conceito de desenvolvimento e aborda uma análise crítica de desenvolvimento a partir de diferentes autores.

Verifica-se no Quadro acima que as diferentes unidades produtivas exigem novas demandas para desenvolvimento de tais investimentos, ou seja, percebe-se a necessidade de uma logística ampla desde os investimentos nas unidades produtivas até a contratação de mão de obra para operacionalização da atividade produtiva. Outra questão constatada foi a limitação na variedade agrícola, pois ao fazer um comparativo com o sul do país a discrepância torna-se alarmante, conforme aponta Mattei (2005) sobre os investimentos dessa política agrícola destacando que “nos mais diversos municípios do sul verificou uma variedade na produção agrícola através dos recursos do PRONAF, entre os quais se destacam: feijão, batata, arroz, mandioca, milho, fumo, soja e trigo” (MATTEI, 2005, p. 66). Pretende-se frisar que não se trata de uma análise comparativa, mas evidenciar que não houve diversificação dos investimentos da produtividade agrícola, sendo que no Apiaú percebe-se uma concentração dos recursos para pecuária. Ou seja, não se averiguou nos recursos do PRONAF investimentos em produtos agrícolas como: grãos, frutas, tubérculos, hortaliças e verduras.

Constata-se que não houve variedade na produção agrícola partindo dos recursos do PRONAF, pois verifica-se que 65% dos entrevistados resolveram fazer investimentos na pecuária, ou seja, na criação de gado, uma característica da região. Logo, ao fazer observação ao longo da rodovia RR-325 e nas diversas viciniais é notável a presença da pecuária e da extensão de pastos para manutenção e criação de gado, conforme pode verificar na imagem abaixo:

Imagem 05 - Extensão do lote para criação de gado no Apiaú na vicinal 11



Foto: O autor (2014)

Portanto, essa prática é verificada no Apiaú, também presenciado nos depoimentos de agricultores, gestores dos órgãos públicos e constatados nos resultados dos questionários, uma vez que verifica-se que 95% dos agricultores familiares entrevistados responderam que desenvolvem a criação de gado e possuem experiência nessa atividade.

Outra questão importante a ser destacada é a escolha destes investimentos feitos pelos agricultores familiares contemplados com as linhas de créditos do PRONAF, pois embora tenha influência de técnicos e profissionais da área rural no direcionamento dos investimentos para orientar o potencial de produção na terra, são os agricultores familiares que tomam iniciativa em que irão investir os recursos adquiridos, isto é, de acordo com o que possui afinidade e conhecimento para trabalhar conforme as condições da propriedade rural e experiências dos agricultores com a pecuária. O próprio técnico agrícola revela que:

(...) Existem muitas empresas que elaboram projetos de financiamento e orientam os agricultores familiares no potencial de investimentos da propriedade oferecendo assistência técnica e orientação, são muitas que fazem isso, não sei dizer quantos projetos foram feitos até agora, aqui nós fazemos pela Casa da Agricultura e orientamos bem o agricultor no que precisar, damos apoio no seu investimento (...) (Entrevista realizada com o técnico agrícola da Casa da Agricultura Sr. Roberto, agosto de 2014)

Averiguou-se que, mesmo com a iniciativa dos agricultores familiares em decidirem sobre os investimentos, evidencia no depoimento do profissional agrícola a influência dos órgãos públicos e até de empresas privadas³⁵ em direcionar os investimentos dos recursos e, grosso modo, desempenhando o papel de oferecer qualidade na construção de projetos agrícolas para liberação e operacionalização destes investimentos, sendo necessários vários requisitos para liberação do crédito rural. A esse respeito o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (2012) apresenta alguns requisitos para aquisição de créditos do PRONAF, tais como:

³⁵ Constatou-se na investigação e nos depoimentos de agricultores familiares e técnicos agrícolas o número de empresas privadas na elaboração dos projetos de financiamentos pela linha de créditos do PRONAF, porém optou-se pela análise dos agricultores familiares contemplados pela Casa da Agricultura, no Apiaú.

DAP³⁶ - Declaração de Aptidão ao PRONAF, emitida pelos órgãos credenciados pelo Governo, os documentos abaixo relacionados devem ser apresentados obrigatoriamente pelo(a) produtor(a). Porém o banco pode julgar necessária a apresentação de outros documentos para contratação da operação, principalmente em função do valor do crédito.

DOCUMENTOS PESSOAIS: Carteira de Identidade (RG); Cadastro de pessoa Física (CPF); Certidão de Casamento, se for o caso;

DOCUMENTOS DO IMÓVEL: Se proprietário, na DAP deve constar a informação de propriedade do imóvel; Se arrendatário, comodatário, parceiro, meeiro ou similar, deve apresentar o Contrato de arrendamento, comodato, meação ou parceria e/ carta de anuência; Se posseiro, na DAP deve constar a informação de que o(a) produtor(a) tem posse da propriedade. (MDA, 2012, p. 6-7)

Diante desse prisma apontado pelo MDA considera-se que os resultados sobre os investimentos revelam os caminhos de orientação da cartilha do PRONAF³⁷ destacando as atividades agrícolas, sujeitos que podem participar grupos e condições de enquadramentos, passo a passo para acesso ao programa e orientação para elaboração de projetos para diferentes unidades produtivas. Assim, busca-se tecer críticas não ao acesso ao crédito ou aquisição de valor agregado para investimento na propriedade, mas sim, a proporção que estas linhas de créditos direcionam no Apiaú, ou seja, a política “pronaiana” apresenta-se como mola propulsora do modelo capitalista no campo, tornando os agricultores familiares vinculados a esse sistema.

Tal questão remete a Lustosa (2012, p. 91) ao afirmar que “a Reforma Agrária brasileira sofre a metamorfose da acumulação capitalista”. Portanto, na afirmação da autora, fica evidente que essa política proporciona ao trabalhador do campo um atrelamento ao sistema capitalista através de incentivos fiscais e liberação de créditos

³⁶ De acordo do MDA e a Secretaria de Agricultura Familiar os órgãos competentes que podem emitir a DAP são: Institutos Oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural, por meio de seus escritórios regionais e locais, por exemplo: Emater; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e Unidades Técnicas Estaduais do Crédito Fundiário - (UTE), no caso de beneficiários dos grupos “A” e “A/C” do Pronaf; Fundação Instituto Estadual de Terras do Estado de São Paulo (Itesp); Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, por meio de seus escritórios regionais e locais; Institutos estaduais de pesca ou similares; Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), por meio de seus escritórios regionais e locais; Fundação Cultural Palmares, por meio das entidades por ela reconhecidas (Somente para o público Quilombola); Fundação Nacional do Índio (Funai), por meio de suas representações regionais e locais (Somente para o público indígena); Confederação Nacional da Agricultura (CNA), por meio de seus sindicatos filiados. (Somente para os grupos “C”, “D”, “E” e pessoas jurídicas); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), por meio de seus sindicatos filiados; Federação de Pescadores, por meio de suas colônias filiadas. (Somente para pescadores e extrativistas); Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), por meio de seus sindicatos e associações filiadas; Associação Nacional de Pequenos Agricultores (ANPA), por meio de suas associações. (MDA/SAF, 2012).

³⁷ MDA/Secretaria de Agricultura Familiar. Cartilha de acesso ao Pronaf: saiba como obter crédito para agricultura familiar (2012).

com juros baixos³⁸ incentivando mais investimentos no campo. Nessa perspectiva, isso vem fortalecer o espaço rural para o agronegócio e agroindústria que se apropria da pequena produção do campo. Além disso, o PRONAF tem ampliado a mão de obra para atender os investimentos expandindo o trabalho assalariado no meio rural, ou seja, aqueles que não possuem terras são obrigados a utilizar sua força de trabalho para garantir o sustento da família, ao ficar dependentes dos serviços de empresas, de indústrias, do agronegócio e de pequenos agricultores familiares capitalizados, que na maioria das vezes, torna-se um proletário rural. Logo, o programa ao invés de atendê-lo com terras para cultivar conduz à exploração. Para corroborar, Ianni (2004) destaca:

O surgimento do proletário rural, como categoria política fundamental da sociedade agrária brasileira, ocorreu na época em que se efetivou o predomínio da cidade sobre o campo, quando o setor industrial suplantou o setor agrícola (economicamente e politicamente) no controle das estruturas de poder do país. Se quisermos compreender como aparece o proletário rural brasileiro, como categoria política, podemos concentrar a nossa atenção principalmente nas décadas posteriores à Revolução de 1930 (2004, p. 117)

Ainda na concepção de Ianni (2004) sobre o proletário rural expõe que:

A gênese do proletário rural não se dá apenas em decorrência das transformações das condições econômicas. É verdade que o desenvolvimento das forças produtivas (capital, tecnologia, força de trabalho, divisão social do trabalho) e das relações sociais de produção (de colono, ou agregado, a assalariado) fundamentam a metamorfose do lavrador em proletário. Mas esse processo ocorre em combinação com modificações dos valores culturais e padrões de comportamento. Em síntese o processo de conversão do lavrador em proletário, enquanto categorias políticas, envolve as seguintes condições: 1) o desenvolvimento das forças produtivas, tais como capital, tecnologia, força de trabalho e divisão social do trabalho. Esse desenvolvimento está diretamente relacionado aos movimentos do mercado nacional e internacional de produtos tropicais, gêneros alimentícios e matérias-primas para fins industriais; 2) a transformação das relações de produção, conforme essas relações se exprimam na expropriação de trabalhadores como colono, morador, agregado, seringueiro, meeiro, parceiro, empreiteiro, rendeiro, assalariado, volante, peão e outros. (2004, p. 122 – 130)

Nas afirmações de Ianni (2004) é possível analisar a categoria proletário rural, embora gestada em meados de 1930 com a expansão industrial e urbana, logo se fortalece e se consolida como modelo econômico vigente que apropria-se do espaço rural transformando-o em organizações políticas de resistência provocando tensões,

³⁸ MDA/Secretaria de Agricultura Familiar. Cartilha de acesso ao PRONAF (2012) revela que uma das principais vantagens do programa é oferecer as mais baixas taxas de juros de financiamentos rurais do país junto aos bancos credenciados, variando de 0,5% a 4,5% ao ano.

movimentos sociais e conflitos de classes (CPT, 2010)³⁹, ora silenciosa, ora notável. O que se evidencia nesse contexto é que os conflitos são gestados a partir da negação do acesso a terra em um país que apresenta historicamente concentração fundiária, sendo que os dados do IBGE (2006) revelam que “as propriedades com mais de 1.000 ha representam menos de 1% no país e chegam a ocupar 44,5% das áreas rurais”. Diante dessa realidade a explosão de conflitos agrários tornam-se evidentes e latentes. Não pretende-se abordar discussão sobre essa temática, mas perceber a contradição eminente entre proprietários capitalistas e os agricultores para atender o mercado econômico gerando renda e emprego. Ao constatar essa situação, Ivo Cotrim na sua tese de doutorado aborda uma análise crítica sobre o capital a partir de Marx expõe a contração entre o trabalho assalariado e o capital. Para Cotrim (2011):

Marx apresenta, antes de mais nada, a noção clara de que o trabalho é atividade vital do trabalhador, sua exteriorização de vida; mas posta sob o domínio do capital, essa atividade comporta-se tal qual qualquer mercadoria, afirmando que “esta atividade vital ele a vende a um terceiro, para assegurar-se os necessários meios de vida. Sua atividade vital é, pois, para ele somente um meio para poder existir. Ele trabalha para viver. Ele não inclui o próprio trabalho em sua vida, ele é muito mais um sacrifício de sua vida. É uma mercadoria que adjudicou a um terceiro” (...) Marx expõe a compreensão restrita dos economistas sobre o significado do capital, afirmando então que: “o capital consiste em matérias-primas, instrumento de trabalho e meios de vida de todo tipo, que serão usados para fabricar novas matérias primas, novos instrumentos de trabalho e novos meios de vida. Todas estas suas partes construtivas são criação do trabalho, produtos do trabalho, trabalho acumulado. Trabalho acumulado serve como meio para nova produção, é capital”. (2011, p. 311-317).

³⁹ A Comissão Pastoral da Terra lançou um relatório sobre conflitos no campo a partir de dados coletados em 2010. Dos 638 conflitos neste último ano, mais da metade refere-se a posseiros (antigos donos de pequenas áreas sem títulos da propriedade) e a povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, extrativistas, camponeses, etc.) - totalizando 57% das violências ligadas à terra, no ano. A maioria tem sua causa ligada a grandes projetos, como barragens, ferrovias, rodovias, parques eólicos, e mineração. Mas o que mais marca o ano de 2010 nesse quesito é o crescimento do número de assassinatos em conflitos no campo: 34 assassinatos, um número 30% maior que em 2009, quando foram registrados 26. O estado do Pará mantém a liderança quanto ao número dos assassinatos, 18, número 100% maior que em 2009, quando foram registrados 9 mortes. Além dos assassinatos, em 2010 foram registradas 55 tentativas de assassinato, 125 pessoas receberam ameaças de morte, 4 foram torturadas, 88 presas e 90 agredidas. Com relação aos conflitos de terra propriamente ditos, o total permaneceu muito próximo ao de 2009, passando de 854 para 853, em 2010. Os embates protagonizados pelos movimentos sociais do campo caíram 38%; por outro lado, os conflitos gerados por expulsões, pistolagem, despejos e ameaças cresceram 21% - passando de 528, em 2009, para 638, em 2010. A região Nordeste teve o maior número de conflitos, com 43,7% (279), seguido da região Norte com 36,7% (234). As demais regiões concentraram 9,6% (61) no Sudeste, 5,8% (37) no Centro-Oeste e 4,2% (27) no Sul.

O que se verifica no campo é exatamente essa expansão, ou seja, existem todos os elementos que propiciam a consolidação do capitalismo no espaço rural e, portanto, a exploração e acúmulo de riquezas. Logo, Wanderley (2009) constata-se que:

A terra terá, agora, um preço, correspondente em princípio, a renda fundiária. Se ele consegue se apropriar desta renda, parcela da mais valia, transforma-se em um proprietário capitalista, isto é, proprietário de um capital. (2009, p. 101).

Se o trabalho realizado na terra é para garantir a sobrevivência dependendo unicamente da própria força de trabalho, agora com a expansão do capital no campo expõe a utilização da força de trabalho dessa categoria social transformando-se em mais valia⁴⁰, isto é, sendo convertidos em sujeitos a serviço do capital através da expansão do agronegócio no campo. Na verdade, não pretendo fazer emergir discussão teórica sobre a categoria proletário rural, mas compreender nas afirmações de Ianni (2004), Lustosa (2012), Sauer (2006), Wanderley (2009), Cotrim (2011) e Marx (1998) o avanço do capital no campo. Nesse sentido, o PRONAF nos conduz a compreender seus impactos no campo à luz de autores que discutem sobre a temática, em que os resultados não revelam superação e erradicação da pobreza, mas o fortalecimento ao setor produtivo. Aquino e Schneider (2010) expõem:

a questão principal e talvez mais essencial é que o programa continua a estimular a prática de atividades agropecuárias vulneráveis às secas que assolam periodicamente a região, sem nenhum esforço paralelo no sentido de disseminar novas tecnologias de convivência com as condições do semiárido. Esta situação eleva o risco das atividades financiadas fracassarem e diminui o efeito gerador de renda dos recursos outorgados, levando bom número de produtores a se defrontar com dívidas crescentes e até impagáveis. Portanto, pelo que se discutiu até o momento, não há como ignorar o fato de que o crédito do PRONAF está contribuindo muito pouco para introduzir modificações na fisionomia econômica da região Nordeste e reduzir as vulnerabilidades dos agricultores familiares mais pobres (2010, p. 13).

Na concepção de Aquino e Schneider (2010) o programa não tem oferecido contribuições consideráveis aos agricultores menos descapitalizados, ao contrário nas afirmações postas - embora a análise remeta a Região Nordeste- há o fortalecimento do setor produtivo com expansão do agronegócio. Assim, será que a política do PRONAF não tem ampliado a expansão do capital no campo tornando os sujeitos refém do modelo econômico, de tal modo, a atender ao setor agropecuário e do agronegócio? Ou será que ela não apresenta uma via de mão dupla, por um lado atende os agricultores

⁴⁰Cf. SANDRONI, Paulo. O que é mais-valia? Coleção Primeiros Passos. Brasiliense, São Paulo, 2012.

familiares de forma superficial e paliativa não atingindo mudanças estruturais e, por outro, atende ao modelo econômico fortalecendo o setor produtivo e a agroindústria? Para Lustosa (2012) compreender o crescimento do capital no campo é perceber a dinâmica de adaptação a novos padrões de produção e trabalho, pois:

Essas tendências são consolidadas hoje mediante os efetivos avanços das pesquisas nos campos da biotecnologia, da produção de alimentos e de grãos, na produção e cultivo dos transgênicos e no setor de reprodução animal e vegetal. Fenômenos esses que, por si, reafirmam a lógica histórica desse sistema de valorização, qual seja, a busca incessante do capital não só na necessidade de exploração de novos recursos naturais como sua base primária, essencial, mas também, a extração de sobretrabalho, isto é, o aumento da produtividade do trabalho (2012, p. 87)

Diante do posicionamento da autora sobre o dinamismo do capital no campo, das observações/depoimentos de agricultores familiares e na entrevista com técnicos agrícolas pode-se afirmar que existe presença do capital no campo, pois verifica-se que empresas e frigoríficos estão se destinando ao Apiaú para compra de leite que é produzido pelos agricultores familiares e, principalmente a compra de gado de corte para atender as empresas em Boa Vista. Nesse viés, a imagem abaixo revela um caminhão transportando gado na rodovia RR-325, uma prática comum no Apiaú:

Imagem 06 - Caminhão transportando gado na RR-325



Foto: O autor (2014)

Assim, constata-se que a expansão da pecuária é evidenciada na região. Logo, é possível associar que as transformações ocorridas nos últimos anos favoreceram exatamente a consolidação do capital no Apiaú. Afirma-se que os próprios agricultores nos depoimentos reconhecem as mudanças, mas não aceitam que tais mudanças provocaram melhorias estruturais nas condições sociais e econômicas. Fatores como

eletrificação rural e pavimentação de estradas, que são políticas públicas desenvolvidas no campo segundo os agricultores não proporcionaram as melhorias necessárias no que se refere a geração de renda e emprego, pois não representaram modificações diretamente nas condições sociais e econômicas ou na produção agrícola na propriedade que vivem. Diante disso, expõem-se as imagens sobre políticas públicas agrárias que ocorreram no Apiaú: eletrificação rural, pavimentação da vicinal 07, construção da ponte de concreto sobre o rio Apiaú e a pavimentação da RR-325, conforme constata-se nas imagens a seguir:

Imagem 07: Eletrificação rural no Apiaú, cruzamento da vicinal 06 e 07.



Foto: O autor (2014)

Imagem 08 - Pavimentação da vicinal 07 no Apiaú que liga a RR-325 a vila Campos Novos



Foto: O autor (2014)

Imagem 09 - Ponte de concreto sobre o rio Apiaú, inaugurada em maio de 2002



Foto: O autor (2014)

Imagem 10: Pavimentação da RR-325, km 73 no Apiaú



Foto: O autor (2014)

Portanto, as políticas públicas implantadas promoveram transformações substanciais para região do Apiaú. Para legitimar as afirmações acima, o resultado das entrevistas apontou que 90% dos agricultores familiares entrevistados consideraram positivas as melhorias no Apiaú, entretanto, existem muitas dificuldades para se manter na região, tendo em vista que o pequeno agricultor precisa sustentar sua família através do trabalho do campo, e que somente os fazendeiros conseguiram se consolidar e mudar sua condição social, principalmente através da criação de gado, que apresenta larga expansão, questão que se pretende discutir de forma mais reflexiva no próximo tópico.

Outra questão também averiguada a partir das entrevistas é sobre o acesso e como tomaram conhecimento da política do PRONAF. Os resultados apontam que 85% afirmaram que tiveram conhecimento sobre o PRONAF pela Casa da Agricultura na vila do Apiaú, onde há técnicos que oferecem suporte na construção e elaboração de projetos para liberação de linhas de créditos aos agricultores familiares, enquanto 15% tiveram conhecimento através dos sindicatos dos trabalhadores rurais. Quando direciona a pergunta: o PRONAF foi uma política que contribuiu para sua permanência no Apiaú? Os resultados postos pelos agricultores familiares destacam um percentual de apenas 10% de insatisfação sobre o acesso ao crédito e, na própria fala fica evidente a satisfação e o interesse em adquirir o crédito. Então, questiona-se porque os dados revelam exatamente um declínio de famílias no Apiaú? Não deveria ocorrer o contrário? O Quadro 12 revela a diminuição de famílias na região:

Quadro 12 – Número de famílias vivendo no Apiaú

Números de Famílias Assentadas no Apiaú	
Decênio 1980-1989	Cerca de 2000
Decênio 1990-1999	Cerca de 3000
Decênio 2000-2009	Cerca de 1800
Decênio 2010- 2014	Cerca de 1200

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do INCRA (2014)

Nessa perspectiva, há um contraponto entre a fala dos agricultores e os dados do INCRA. Entretanto, justifica-se a questão ao analisar que o PRONAF contribuiu para a permanência dos agricultores que tiveram acesso ao programa e que já viviam lá e não ao quantitativo de famílias do Apiaú, ou seja, existem famílias que ainda não tiveram acesso ao programa e, estas estão suscetíveis ao abandono do lote. Para corroborar com as afirmações o depoimento do técnico agrícola revela que:

Olha posso afirmar que desde 2006 que trabalho com o PRONAF, já tenho uma experiência e venho fazendo e elaborando vários projetos nas diferentes linhas de créditos, seja A, B, A/C, C, D e E, tem avançado muito, mas ainda é insuficiente, acredito que atingimos em torno de 25% das famílias que ainda moram na região do Apiaú. (Entrevista com o técnico agrícola da Casa da Agricultura do Apiaú Sr. Roberto, em agosto de 2014)

Embora houve redução no quantitativo de famílias no Apiaú, o que é bem evidente quando se observa as vicinais, a maioria dos agricultores afirmou que sem as linhas de créditos ficaria difícil sobreviver no campo, ou seja, as condições impedem a

permanência, entre elas são: a saúde e idade para trabalhar na roça, a maioria dos filhos migra para a cidade em busca de melhores condições sociais, as dificuldades para derrubar a floresta e fazer as queimadas para o plantio e a não reutilização do solo para produção agrícola. Esses fatores empurram os agricultores para se desfazerem dos lotes e buscarem novas alternativas de sobrevivência na cidade. O depoimento a seguir revela essa questão:

Na realidade melhorou algumas coisas e piorou outras, naquela época quando nós chegamos aqui tinha bastante morador, nos fazíamos farinha, produzíamos milho verde, levávamos muito para vender na cidade. Quer dizer, hoje melhorou com energia elétrica e com asfalto, mas em compensação hoje nos não temos mais caminhão da feira para vender nossa produção, muitos agricultores foram embora por falta de apoio, tudo tem que sair do nosso bolso, o frete, o combustível, a passagem e outras coisas. Então está difícil produzir no campo, pois temos muitas dificuldades. Outra coisa, muita gente se empolgou em vê o dinheiro dos fazendeiros em botar proposta boa na terra deles, achavam que vendendo a terra era melhor, aqui é um sofrimento em trabalhar de roça, achavam que pegando aquele dinheiro e ir para a cidade dava para viver melhor e na realidade foi o contrário, muito estão arrependidos e morando até de aluguel e passando dificuldades. (Entrevista realizada com o agricultor familiar Sr. Charles Ferreira da vicinal 11 no Apiaú, em setembro de 2014)

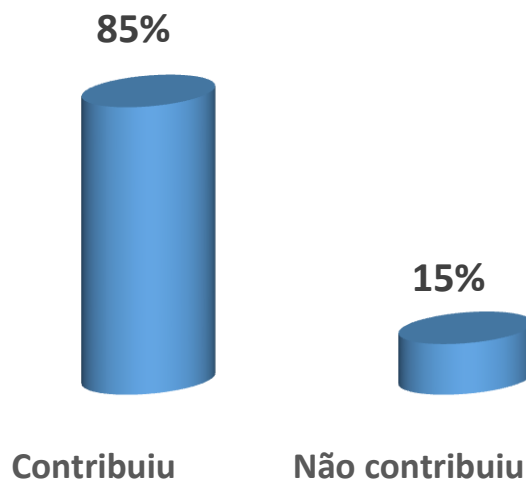
A entrevista feita com o agricultor familiar descreve a insatisfação na região do Apiaú, ela existe não somente nos depoimentos e nos questionários, mas no cotidiano dos agricultores familiares ao expor os problemas afirmando que, apesar das mudanças, a vida do pequeno produtor no campo é muito difícil. Fica evidenciado que as ações do Estado promovendo pavimentação de rodovias e eletrificação rural tornarem insatisfatórias, no que tange garantir melhorias na vida social dos agricultores familiares, pois é o PRONAF que tem se destacado como ação política ao oferecer oportunidades para geração de renda, emprego ao pequeno agricultor e permanência no campo.

Entretanto, se as políticas agrárias ampliaram os horizontes dos agricultores familiares, porque ainda permaneceu uma queda no número de famílias no Apiaú, mesmo com os benefícios apontados? Quais os empecilhos existem a essa categoria para ter acesso aos financiamentos do PRONAF?

Quando direciona-se a política do PRONAF no Apiaú constata-se com base nos dados coletados a partir dos sujeitos investigados que os resultados são considerados positivos, pois a maioria dos entrevistados consideram a política agrária uma contribuição para o trabalho de produção agrícola no lote e uma ajuda social do

governo para melhorar a vida social do campo. Assim, apresenta-se o gráfico 09 que revela as contribuições do PRONAF para permanecer no Apiaú:

Gráfico 09 - Contribuição do PRONAF para permanência dos agricultores familiares no Apiaú



Fonte: Agricultores familiares entrevistados (2014)

Demonstra-se que a maioria considera a política “pronafiana” como ação social que apoia o agricultor familiar no campo, pois apesar das dificuldades no Apiaú, ela apresenta-se como uma das alternativas – via de regra a única alternativa – para geração de emprego, renda e possibilidades de superação das condições sociais. Então, a maioria afirmou nos depoimentos que o PRONAF contribuiu para permanência no Apiaú. Diante disso, apresentam-se alguns depoimentos de agricultores familiares, nas diferentes viciniais sobre as contribuições e o apoio no campo:

O PRONAF me ajudou no Apiaú, se não tivesse esse apoio para o produtor já teria indo embora pra cidade, tive oportunidade de crédito e levantar dinheiro para investimento no lote. (Entrevista com o agricultor familiar Sr. Antonio Josemar na vicinal 08, em agosto de 2014)

Apesar das dificuldades de financiar e de pagar o empréstimo os agricultores familiares do Apiaú hoje tem o gado graças aos recursos do PRONAF (Entrevista realizada com o técnico agrícola da Casa da Agricultura no Apiaú, em agosto de 2014)

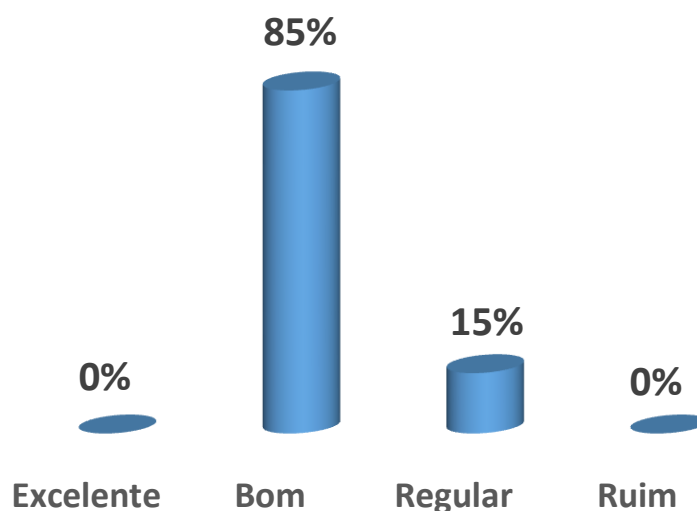
Tenho minha produção de leite com ajuda do financiamento, hoje tenho minha casa boa, meu gado e ate transporte. (Entrevista realizada com o agricultor familiar Sr. Charles Ferreira na vicinal 08, em setembro de 2014)

Consegui produzir com a ajuda do PRONAF, tive apoio para fazer irrigação da minha plantação de banana (Entrevista realizada com o agricultor familiar Sr Francisco Serrador, vicinal 11, em novembro de 2014)

Outro fator importante também considerado fundamental para analisar os impactos provocados pelo programa é perceber o que melhorou depois do acesso ao financiamento, ou seja, quais as mudanças sociais evidenciadas a partir do acesso as

linhas de créditos. Assim, quando foi perguntado como avaliam o PRONAF e se os resultados adquiridos com essa política contribuíram para crescimento social, grande parte dos agricultores entrevistados respondeu que mudou a vida no campo. O gráfico revela que a maioria dos agricultores familiares avaliou a política agrária pronafiana como “boa”, pois acreditam ser um apoio do governo para o pequeno produtor do campo.

Gráfico 10 - Contribuição do PRONAF para melhoria de vida do campo no Apiaú



Fonte: Agricultores familiares entrevistados (2014)

Os agricultores familiares contemplados com o PRONAF avaliam a política de crédito do PRONAF de forma positiva, isto é, significa que realmente constatou-se melhoria de vida dos agricultores na região do Apiaú, embora ainda existam restrições e limitações ao crédito, pois a pesquisa toma com ponto de partida apenas aqueles que tiveram acesso ao financiamento. Para ratificar esse resultado Abramovay (2005) destaca que:

Não há dúvida de que os subsídios do Pronaf permitiram ampliar as capacidades de geração de renda das populações pobres do Brasil. Pesquisa realizada em 1999 mostra que, até aquele ano, 56% dos tomadores de recursos do Pronaf nunca tinham recebido financiamento bancário. Apesar disso, a atual forma de apoio à agricultura familiar por meio do crédito sofre restrições. (2005, p. 61)

Na visão de Abramovay (2005) houve sim melhora no acesso ao crédito e ampliação na renda das populações menos favorecidas, isso significa em tese que,

apesar das limitações do programa, parte dos recursos tem proporcionados melhores condições de vida no campo. Sobre isso Mattei (2005) aponta que:

O comportamento do conjunto de indicadores produtivos sugere a existência de uma relação entre o sistema de financiamento e a evolução das quantidades produzidas, demonstrando que o Pronaf é uma importante política de estímulo à produção agrícola nos cem maiores municípios e que seus efeitos são visíveis e mensuráveis na dinâmica da agricultura brasileira (2005, p. 67)

Portanto, é notável a posição dos autores sobre a abrangência do PRONAF no país com reflexos na produção agrícola principalmente na região Sul, pois com base nos dados obteve maior percentual de investimentos do programa, onde o crescimento foi considerável na agricultura familiar e na variedade da produção dos diferentes alimentos agrícolas:

Do ponto de vista da área colhida, nota-se que 72 municípios da lista tiveram aumento da área colhida com lavouras temporárias, fato que está associado ao apoio dado pelo programa, especialmente pela disponibilidade de crédito aos diferentes segmentos de agricultores familiares. Especialmente em relação aos municípios da região Sul presentes no *ranking*, verifica-se que 74% deles expandiram a área colhida. Ainda, 95% dos municípios paranaenses presentes entre os cem maiores tomadores de crédito tiveram aumento da área colhida, o que pode estar associado aos mecanismos de financiamento da produção disponibilizados pelo programa. (MATTEI, 2005, p 66)

Não obstante, os resultados são perceptíveis a partir da lógica do autor, em que expõe de forma quantitativa os impactos do PRONAF no Sul do país. Sabe-se que na Amazônia a realidade é diferente em vários aspectos, até porque o processo de ocupação no espaço amazônico se deu em momentos distintos, com categorias sociais heterogêneas, com políticas agrárias de caráter ideológico e principalmente com a pluralidade de sujeitos que ocuparam a Amazônia, fatores que desencadearam conflitos e manifestações na disputa e luta pela terra (BECKER, 2006; TOURNEAU, 2001; OLIVEIRA, 1993). Portanto, não se trata de fazer uma análise comparativa entre Norte e Sul, mas de construir reflexões críticas e analíticas a partir da política do PRONAF no Apiaú considerando seus impactos locais. Para Abramovay (2005), Mattei (2005), Aquino e Schneider (2010), o programa PRONAF desde sua implantação tem apresentado benefícios significativos aos agricultores familiares no que se refere às condições sociais, embora evidencie-se limitações nas ações dessa política agrária.

Nesse sentido, se os resultados constatados através dos dados coletados com entrevistas e questionários sobre os agricultores familiares contemplados com as linhas de créditos do PRONAF no Apiaú proporcionaram melhorias nas condições sociais e econômicas do campo, isso significa que essa política tem alcançado os objetivos mesmo com suas limitações. Evidencia-se que apenas 25% dos agricultores familiares de toda a região foram contemplados com as diferentes categorias do programa, ou seja, representa um quantitativo baixo se levar em consideração a totalidade de famílias que vivem no Apiaú. Neste sentido, não pretende-se analisar os agricultores familiares não contemplados, mas compreender que apesar de garantir melhorias no meio rural existem muitos que continuam excluídos do acesso ao crédito.

As observações realizadas demonstram que a situação socioeconômica sofreu mudanças, principalmente na aquisição de transportes, móveis e eletrodomésticos e renda para comprar os alimentos básicos. Dos agricultores entrevistados, 100% dos domicílios possuem energia elétrica permitindo a aquisição de diferentes bens de consumo duráveis, que estão presentes na vida dos agricultores.

Constatou-se que 100% dos agricultores familiares entrevistados possuem variedade no acesso aos bens de consumo duráveis, tais como: televisão, antena parabólica, fogão, geladeira, máquina de lavar e transporte – neste caso 100% dos agricultores possuem algum tipo de transporte, em sua maioria motocicleta - questões que revelam substanciais mudanças nos padrões aquisitivos desses sujeitos no campo.

Outro ponto importante a ser destacado sobre os agricultores familiares foram as produções agrícolas no Apiaú – neste caso a maioria produz o leite, pois as empresas⁴¹ compram diretamente no próprio lote – que apresentaram-se pouco diversificadas no lotes, pois a maioria investiram na pecuária. Destaca-se que, apenas 05% dos entrevistados tinham variedades na produção agrícola, neste caso, os investimentos do PRONAF ocorreu na bananicultura, vicinal 11, onde havia estrutura de irrigação, adubagem e preparação do solo para produção de banana. O que chamou atenção foram às variedades produtivas, pois no lote apresenta-se também produção de:

⁴¹ Constatou-se que no período de observação *in loco* que todo o leite produzido pelos agricultores familiares através da pecuária a maior parte é destinado à venda para que possam comprar o alimento básico, sendo que as empresas de laticínios compram o produto diretamente no lote com os próprios agricultores familiares. O nosso objetivo aqui não é fazer análise da expansão das empresas privadas que atuam diretamente no campo, mas perceber que essa produção no lote são reflexos do PRONAF.

feijão, laranja, milho, cajá, cupuaçu e açai. Em contraponto ao exposto, constatou-se que 95% dos agricultores familiares entrevistados possuíam criação de gado e a produção de leite. Para Tourneau (2001) essa cultura já era evidente no final da década de 1990, pois:

Os colonos esforçam-se para diversificar sua produção, alguns voltando-se para a fruticultura e leguminosos, outros, em maior número, para a criação de gado bovino. Para aprimorar sua situação, eles tentam também se organizar através de uma associação, procurando evitar que ela se torne um instrumento nas mãos dos políticos locais. (2001, p. 15)

Portanto, a situação socioeconômica sofreu transformações levando possibilidades de geração de renda e emprego no campo, embora, as dificuldades para produção agrícola no Apiaú tem se revelado difícil em virtude da não derrubada das florestas para plantio, na proibição das queimadas, dos filhos desistirem de trabalhar na roça, da saúde do agricultor, da falta de apoio do governo e principalmente do acesso a medicamentos, da renda familiar e da educação no campo. Portanto, é com base nos autores Wanderley (2009), Abramovay (2005), Mattei (2005), Schneider (2010) e Ianni (2004) que se propõe construir a tessitura analítica/reflexiva nos próximos tópicos sobre a política “pronaiana” no Apiaú fazendo interpelações, questionamentos e análises diante dos dados também coletados nas entrevistas e questionários.

3.2 ANÁLISE DA POLÍTICA DO PRONAF NA COLÔNIA DO APIAÚ: REFLEXÃO CRÍTICA

Diante dos aspectos até aqui apresentados compreende-se que a situação dos agricultores familiares na região do Apiaú desvenda conquistas e muitos desafios com o trabalho na terra através da política do PRONAF, ou seja, foi possível perceber o sentimento dos entrevistados pelo Apiaú com resultados revelados pelos anos de trabalhos e de experiências construídas diariamente na região. Os agricultores familiares constituem no espaço rural o setor produtivo que garante o sustento de suas famílias, sendo que a agricultura camponesa⁴² representa maior produção de alimentos, maior ocupação de mão de obra e menos extensões de terras para degradação, enquanto o

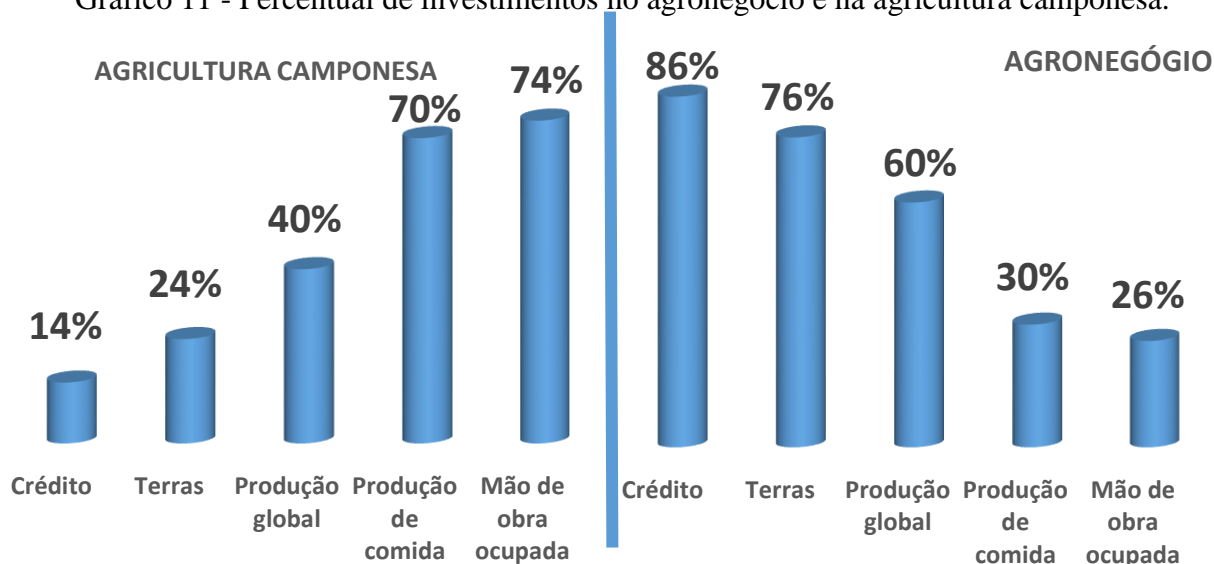
⁴² Utiliza-se o termo agricultura camponesa não no sentido de analisar criticamente o processo histórico-político dessa categoria social, mas na tentativa de expor que a agricultura do campo representa o maior percentual na produção de alimentos e maior força motriz na oferta de empregos. Para aprofundar esse tema ver Marques (2008), Schneider (2003), Wanderley (2009) e Zarth (2008). Esses autores abordam discussões sobre o conceito da agricultura camponesa numa perspectiva sociocrítica.

agronegócio ocupa grandes extensões de terras, menor número de trabalhadores e maior concentração de lucro, conforme afirma Tinoco (2006):

informam que nos sete censos agropecuários realizados no Brasil desde 1950, a participação dos agricultores que têm menos de 100 hectares nunca se distanciou de 90% do total de estabelecimentos, e sempre lhes coube 20% da área, o que indica uma permanência extremamente duradoura desses produtores de pequeno porte por toda a segunda metade do século. Essa permanência no cenário agrícola, apesar dos constantes desafios, mostra que esse segmento está em constante mudança, compondo estratégias de sobrevivência e reprodução, as quais dependem do meio no qual os agricultores familiares estão inseridos, pois estes são responsáveis pelo maior produção agrícola no país (2006, p 75)

A autora expõe na tese de doutorado a importância da agricultura familiar e a resistência que exerce no campo, apesar dos desafios, ou seja, é consenso entre os autores da literatura rural, Wanderley (2009), Schneider (2005), Tinoco (2006), Buainain (2009) e outros que abordam a discussão do espaço rural, a importância que a agricultura familiar tem para produção de alimentos do país. Na contra mão dessa constatação encontra-se as limitações do setor produtivo do agronegócio em situação paradoxal a abrangência da agricultura no campo, sendo que, os maiores investimentos estão no agronegócio, conforme revela o gráfico:

Gráfico 11 - Percentual de investimentos no agronegócio e na agricultura camponesa.



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da luta pela Terra/www.fct.unesp.br/nera (2010).

Não se trata de travar um embate entre agricultura familiar e o agronegócio, mas de fazer reflexões sobre o impacto do capital no campo. Nesse sentido, o PRONAF tem se apresentado como uma política agrária que atende ao agricultor familiar ou vem

de forma silenciosa fortalecendo o agronegócio? Alguns autores, entre eles, Aquino e Schneider (2010), Abramovay (2005), Mattei e Cazella (2004) conduzem as reflexões sobre a política do PRONAF para o fortalecimento do setor produtivo no campo, sem promover a superação das condições sociais e econômicas das populações mais pobres, ou seja, são exatamente os proprietários mais capitalizados que se beneficiam das linhas de créditos. A esse respeito Aquino e Schneider (2010) afirmam que:

Sem sombra de dúvidas, existem evidências de que a concentração das aplicações do crédito rural no Brasil se dá onde há agricultores familiares mais capitalizados, mais organizados e com maior apoio do Estado como, por exemplo, pela ação mais eficiente da assistência técnica e extensão rural pública na elaboração dos projetos e no acompanhamento dos beneficiários. No entanto, em que pese a importância destes fatores, é preciso esclarecer que eles são insuficientes para explicar o viés concentrador do PRONAF (...) deve-se ter em conta que a versão recente do PRONAF se apóia numa lógica evolucionista que elege os agricultores de maior renda como o seu público preferencial. Em função disso, como se discutiu na seção anterior, a estrutura normativa do programa passou por diversas reformulações legais que possibilitaram a inserção dos grupos de renda superiores no público-alvo da ação estatal (2010, p. 10 -11).

Responder a essa questão exige ainda muitas discussões e debates acerca da política do PRONAF embasados nos autores que fundamentam essa literatura, mas deixa um leque de possibilidades para aprofundamento dos impactos dessa política no campo. Assim, o que se evidencia com base nos autores e nos dados é que, por um lado o PRONAF tem proporcionado crescimento nas condições socioeconômicas dos agricultores familiares contemplados com as linhas de créditos juntos aos bancos credenciados, por outro, tem fortalecido o setor produtivo, onde os produtores capitalizados têm utilizados os recursos para pecuária extensiva e investimentos para produção em larga escala, transformando o espaço rural na expansão do capital. Uma das questões observadas no Apiaú é que antes existia variedade na produção agrícola, sendo que havia maior número de agricultores que produziam, o que se constata é redução na produção agrícola e os agricultores beneficiados com o PRONAF não diversificam a produção, pois a maioria tem a cultura de investir na pecuária.

Schneider (2005, p. 56) destaca que “o uso das diferentes linhas de créditos para os agricultores é preciso, sem que haja um acompanhamento no potencial produtivo e no manejo daquele tipo de cultura, não no que eles vêem como mais viável”, ou seja, é preciso que haja um acompanhamento dos profissionais agrícolas aos

agricultores familiares para desenvolver o potencial produtivo do lote e com isso, incentivar os agricultores a investirem em outras unidades produtivas. O que se comprova na política do PRONAF no Apiaú é exatamente investimentos maciço na pecuária, isso porque para os agricultores familiares o potencial na geração se dá pela criação da bovinocultura que gera lucro, alimentando a esperança para chegar a ser um fazendeiro e depois, um latifundiário pecuarista. Para corroborar com essa afirmação o técnico agrícola em sua entrevista revela que:

Quando se falava em PRONAF aqui no Apiaú, o agricultor não se pensava em agricultura, plantio, ele pensava em pecuária, quero o PRONAF para comprar gado, a ideologia deles era ser fazendeiro, hoje essa realidade está mudando, esta fazendo para plantio, para piscicultura que é uma área menos abrangente pra ele, não precisa causar um impacto ambiental muito grande para criação de gado, então não época quando se falava em PRONAF quero financiar gado e o banco financiava, tranqüilo, porém não poderia passar daquilo porque a área do terreno era pequena e foi o que aconteceu, quando chegou a certo limite, o agricultor chega 200 cabeças de gado, porque o terreno deles é de 60 hectares, e não dava para criar tudo isso, então venderam a propriedades e saíram, uns pagaram os empréstimos e outros não pagaram e foram embora, hoje o Apiaú é fazendeiros e alguns agricultores, os que ficaram vivem com plantio de banana e mandioca, antes era diversificado, hoje vende muito é farinha, na vicinal 14 é mandioca, na vicinal 11 é banana e nas outras tudo é pecuária. (Entrevista realizada com técnico agrícola da Casa da Agricultura do Apiaú Sr. Roberto, em agosto de 2014)

Nos apontamentos descritos na entrevista do técnico agrícola, que trabalha no Apiaú desde 1996 e conhece as transformações ocorridas até os dias atuais, verifica-se que parte dos agricultores que ficaram resistiram as adversidades e as dificuldades encontradas no campo, fatores que potencializou a expansão latifundiária na região. Ou seja, constata-se que os poucos que permaneceram não buscam diversificar a produção agrícola, pelo contrário, o PRONAF vem contribuir para fortalecer a pecuária e a produção de leite, queijo e carne. Neste sentido, se o PRONAF visa ampliar e diversificar a produção agrícola, o que se evidencia é o oposto a acentuação do setor produtivo e fortalecimento da agricultura patronal. Para Lustosa (2012) isso ocorre por que:

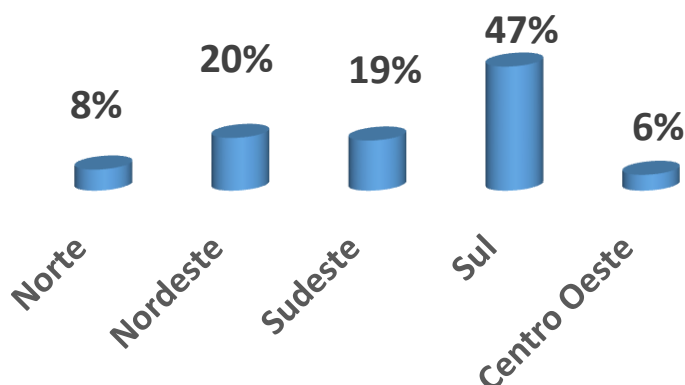
O modelo patronal corresponde ao segmento fundiário de grande porte em todas as suas dimensões, desde o tamanho da área que ocupa até as formas de gestão da propriedade, em especial, a predominância do trabalho assalariado, cuja base de reprodução e de valorização reside na exploração da força de trabalho. Incorpora o agronegócio, isto é, a agricultura patronal de base empresarial fundiária. (2012, p.49)

A autora define esse modelo de política agrária, neste caso o PRONAF, como uma agricultura familiar periférica: ela encontra-se para atender as exigências e demandas das forças produtivas e do capital (LUSTOSA, 2012). Quando trata-se de apontar o montante financiado há autores que criticam a distribuição dos recursos no país, pois afirmam que são díspares, isto é, nas regiões pobres são deslocado parcos recursos, enquanto em regiões ricas os montantes são maiores. Aquino e Schneider (2010) destacam que:

No que diz respeito às liberações anuais dos recursos do PRONAF, pode-se observar que o montante de crédito aplicado pelo programa apresentou um movimento ascendente principalmente entre 2002 e 2008. Passou-se de uma liberação de R\$ 2,4 bilhões, em 2002, para mais de R\$ 9,7 bilhões, em 2008, o que aponta para uma modificação da tendência verificada nos anos anteriores, visto que, a partir de 2000 até o final do governo FHC, o programa começou a apresentar certa estagnação na liberação de recursos. Então, analisando-se o desempenho da política de crédito do PRONAF apenas pelo ponto de vista da quantidade dos recursos liberados, chega-se a conclusão de que, especialmente de 2003 para 2008, vem-se apresentando uma incontestável mudança para melhor. Malgrado os expressivos resultados quantitativos registrados no parágrafo anterior, uma análise sobre a distribuição dos recursos do PRONAF mostra que eles não estão sendo repartidos de forma igual no território brasileiro. Um olhar panorâmico sobre os recursos indica que anualmente todas as regiões do Brasil estão recebendo mais crédito rural, visto que o programa como um todo apresentou forte expansão em termos do montante absoluto emprestado. Porém, ao se verificar a distribuição dos valores aplicados, percebe-se que a região Sul foi e continua sendo a maior beneficiária dessa modalidade de financiamento rural. Já a região Nordeste, segundo o Censo Agropecuário 2006 concentra metade dos 4,3 milhões dos estabelecimentos familiares do país, só consegue ganhar espaço na repartição do crédito subsidiado a partir de 2004 quando passa à frente da região Sudeste, mas, ainda em 2007, volta a perder novamente posição no ranking nacional (2010, p. 08).

Ao apresentar as reflexões acima, o gráfico 12 destaca a distribuição regional dos créditos do PRONAF de forma desigual e desproporcional nas macrorregiões do país.

Gráfico 12 - Distribuição regional dos recursos do PRONAF no Brasil



Fonte: <http://www.bcb.gov.br/creditorural/2010>

O gráfico acima revela a distribuição desigual dos recursos do PRONAF, uma constatação das limitações dessa política agrária desenvolvida no país, pois na região onde apresentam agricultores familiares mais capitalizados é exatamente onde foram destinados o maior percentual dos recursos do programa. De acordo com dados do (IPEA, 2007); (MDA/SAF/PRONAF, 2010) a região Sul chegou a receber o dobro dos recursos do programa em relação ao Nordeste, enquanto o Norte recebeu apenas 08%, em 2010. Ao direcionar para região do Apiaú sobre a distribuição dos recursos e o montante dos valores liberados representa um desafio, pois a maioria dos entrevistados recusou-se revelar de forma específica os valores exatos de financiamentos da linha de crédito do PRONAF. Partindo desse prisma, buscou-se uma aproximação a partir dos depoimentos dos agricultores familiares e do técnico agrícola da Casa da Agricultura do Apiaú na tentativa de fazer estimativas aproximadas dos valores compreendendo as mudanças provocadas pelos recursos. Entretanto, foi possível elaborar um panorama do valor estimado do financiamento, apesar da resistência dos agricultores em não confirmar o montante de recursos adquiridos com o crédito financiado. Considera-se que entre os agricultores familiares nas diferentes vicinias do Apiaú os valores chegam a oscilar entre 25 e 120 mil reais de financiamentos entre os que foram beneficiados pelo PRONAF. Entre os entrevistados foi possível verificar em aproximações os valores financiados, conforme revela a Tabela 04 abaixo:

Tabela 04 - Valores estimados de financiamento do PRONAF no Apiaú

Montante estimado de financiado	
60 %	25 a 70 mil reais
40%	80 a 120 mil reais

Fonte: Casa da Agricultura do Apiaú/Agricultores entrevistados (2014)

Analisar a política do PRONAF considerando os aspectos de investimentos e resultados é algo complexo em detrimento das áreas investidas e do período em que adquiriam os recursos, que variam entre 2006 a 2014, exigindo um tempo maior para mensurar os resultados das unidades produtivas. Porém, pretende-se fazer uma análise a partir da diversidade dos investimentos nas unidades produtivas constatadas na pesquisa já mencionadas anteriormente.

3.3 OS IMPACTOS DO PRONAF PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES NO APIAÚ

Os agricultores familiares que foram beneficiados com o PRONAF receberam recursos para investimentos na propriedade, hoje garantem seu sustento através dessa política agrária que, conforme dados do MDA (2014), nos últimos anos tem atingindo quase todos os municípios do país:

Nos últimos 15 anos, registramos um milhão de agricultores a mais no programa e tivemos um crescimento de recursos de R\$ 2,3 bilhões para R\$ 24,1 bilhões. Além de disponibilizar mais recursos para o meio rural, o Pronaf chega efetivamente a mais agricultores. Em muitos municípios, o recurso oferecido pelo programa é maior, inclusive, que o valor recebido pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Por isso, o Pronaf é um programa bom para a agricultura familiar e, também, bom para os municípios. Ele estimula e impulsiona a economia local, principalmente nas pequenas regiões, onde o meio rural é muito presente. O crédito de R\$ 24,1 bilhões foi anunciado pelo governo Dilma Rousseff, no fim de maio com acréscimo de 14,7% em relação à safra 2013/2014, o montante financiará ações de custeio e investimento do Pronaf, no âmbito do Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015. Esse é o maior volume de recursos, desde a implementação do programa. A alta adesão de agricultores familiares, oriundos de quase todos os municípios do País, não foi constatada somente no período 2013/2014. Os dados revelam, também, que nas últimas três safras (2011/2012, 2012/2013 e 2013/2014) o índice de acesso às linhas do Pronaf manteve a cobertura de 98% dos municípios brasileiros, atingindo mais de 99,5% no total dos últimos 15 anos. (MDA, 2014, p. 89).

Para o MDA (2014), os montantes apresentam significativa melhora para os agricultores familiares no país. Quando direciona aos agricultores do Apiaú, compreende-se que não é diferente ao referir na possibilidade de mobilidade social no campo, pois o que se verificou na pesquisa foi exatamente uma melhoria nas condições socioeconômicas, embora ligeiramente tímidas em alguns casos. É inegável o aumento dos recursos destinados aos agricultores familiares, principalmente com a ampliação do acesso as linhas de créditos junto aos bancos com subsídios do governo e com a rápida flexibilidade do capital em conquistar novas demandas para consolidação de novas unidades produtivas no campo:

Nas unidades produtivas mais sólidas, acionadas por montantes mais elevados de capital, há possibilidades de que todos os membros da família dos capitalistas se reproduzam enquanto tal. Nestas situações o trabalho de comando e mesmo o trabalho produtivo direto, potencializado por máquinas e equipamento modernos, que eles eventualmente possam executar, configura-se como meio de acumulação de capital e não apenas como meio de sobrevivência (LOUREIRO, 1987, p. 107)

Diante das afirmações, pretende-se analisar à luz de autores que o processo de acesso ao crédito tem provocado dependência do agricultor familiar ao mercado econômico e conseqüentemente, vem potencializar o capitalismo no campo, pois esse processo é notório e ratificado nas pesquisas realizadas sobre os impactos da política do PRONAF no país, questões que vem sendo corroborada por Lustosa (2012), Aquino e Schneider (2010) ao revelar que “o programa apresenta uma forte tendência concentradora de renda ao privilegiar as categorias de agricultores familiares mais capitalizados e as regiões mais ricas do país na aplicação do crédito rural” (AQUINO; SCHNEIDER, 2010, p. 17). Ainda nesta linha de reflexão aponta-se que “o PRONAF volta-se a compor e recompor estratégias de integração e de diversificação entre os setores produtivos das regiões, reafirmando a eminência da reprodução de certas camadas” (LUSTOSA, 2012, p. 77).

Ou seja, se por um lado tornam-se produtores com crescimento econômico, por outro, apresentam-se como pequenos capitalistas que fortalecem suas unidades produtivas com novos equipamentos, insumos, máquinas e contratação de funcionários. Afinal, a política do PRONAF é para fortalecer a agricultura ou fortalecer o capitalismo no campo através das unidades produtivas? E quem são esses trabalhadores assalariados do meio rural? São trabalhares rurais sem terra? Qual sua origem? Por que se submetem

ao trabalho do campo? Como vivem? Essas são indagações que exigem profunda discussão científica, acadêmica e outra investigação.

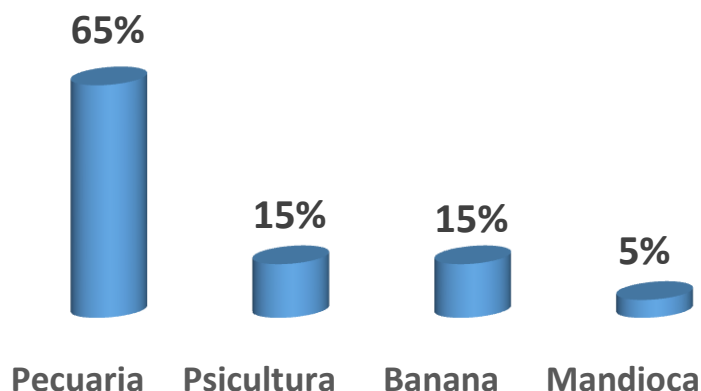
Talvez apresentar uma resposta pronta e definitiva é algo ainda desafiador diante da complexidade do tema proposto, mas o que se pretende é fazer emergir algumas reflexões, tendo como ponto de partida a política agrária do PRONAF com as linhas de créditos e a situação dos agricultores familiares do Apiaú que foram contemplados com o programa e perceber que impactos foi possível verificar. Nesse sentido, constatou-se no Apiaú, através de depoimentos, questionários e entrevistas um embrião germinando o processo de capitalização no campo através de financiamentos que, na maioria vem fortalecer o monopólio de empresas e indústrias na compra de produtos agrícola do campo e na venda de produtos industrializados para o campo. Essa reflexão foi construída à luz de diferentes autores que afirmam esse processo de expansão capitalista no campo, tais como: Schneider (2010), Sauer (2006), Ianni (2008) e Lustosa (2012). Apontam que a flexibilidade do mercado econômico fortalece o capital em todas suas dimensões: produção, trabalho assalariado, lucratividade, concentração de renda, venda de insumos, equipamentos, agrotóxicos, ferramentas, maquinários etc. A esse respeito expõe Lustosa (2012):

A consolidação dos complexos agroindustrial é um marco à compreensão dos avanços na relação campo-cidade, porque foi um período em que – além de promover a integração entre as diferentes categorias de capitais industriais, bancários e agrários – a estreita relação dessa dinâmica capitalista com os grandes projetos, mediada pelas políticas governamentais macro, consolidam os grandes projetos agroindústrias desde 1975, contribuindo para consolidação de um modelo de desenvolvimento concentrado de propriedade. (2012, p. 77)

Portanto, os posicionamentos dos autores caminham nessa vertente de consolidação do capital no campo, ou seja, o dinamismo do capitalista tem provocado o estreitamento urbano-rural através das políticas governamentais. Não obstante, a trajetória do projeto de assentamento do Apiaú caminha nessa perspectiva, embora o Estado não disponha de aglomerados e complexos agroindustriais, mas as análises revelam presença do capital no campo. A esse respeito apresentam-se os agricultores familiares que se beneficiaram dos recursos do PRONAF e realizaram seus investimentos, sendo que cerca de 80% deles adquiriram recursos com o apoio de técnicos agrícolas da Casa da Agricultura na vila do Apiaú, e outros com apoios de empresas particulares que auxiliam na elaboração de projetos para financiamento.

Assim, a partir das entrevistas e questionários elaborou-se um gráfico sobre os agricultores familiares beneficiados com o PRONAF destacando áreas de investimentos nas unidades produtivas:

Gráfico13: Diversidade dos investimentos dos recursos do PRONAF no Apiaú



Fonte: Casa da Agricultura do Apiaú/Agricultores Entrevistados (2014)

O que se verificou no gráfico foi a diferença vertiginosa nos investimentos das unidades produtivas, neste caso, a pecuária, pois dos agricultores familiares entrevistados cerca de 65% investiram seus recursos na pecuária, enquanto 15% investiram em piscicultura e banana e somente 5% investiu em plantio de mandioca. Ainda para corroborar com os resultados da pesquisa, apresenta-se a afirmação do técnico agrícola da vila do Apiaú: “hoje aqui no Apiaú todos querem investir em gado, temos incentivado aos colonos em mudar de ramo, mas o forte aqui é a pecuária”. Ainda nessa perspectiva o funcionário do INCRA também descreve a mesma vertente destacando que essa realidade ocorre na região por que:

esse setor da pecuária tem apresentado como mercado lucrativo para o estado e além disso, o status de “fazendeiro” na região, hoje o Apiaú é criação de gado, em qualquer lugar que você vai, tem colonos criando gado, é para produção de leite, queijo e carne. Porém, tem as dificuldades que muitos não conhecem, as despesas com pastagem, vacina, sal, área para criação, um lote de 60 ha se limita a criar cerca de 150 a 180 rês, as leis severas para desmatamento, o controle da febre aftosa e etc. Questões que muitos colonos não conhecem e mesmo assim, ainda querem investir na pecuária. Vê o Apiaú hoje, é diferente dos últimos anos, que havia variedade na produção agrícola, a rodovia 325 hoje é somente fazendas ao longo se sua extensão (Entrevista realizada com o funcionário do INCRA Sr. José Silva⁴³, em dezembro 2014)

⁴³ Optou-se pelo pseudônimo em virtude do próprio funcionário que solicitou sigilo ao revelar seu depoimento sobre a expansão latifundiária no Apiaú, onde grande parte dos latifúndios e pecuaristas são políticos locais e empresários.

No caso da pecuária, essa atividade representa uma cultura na região, principalmente por acreditarem que é bastante lucrativa, tendo em vista que gera a produção de leite, queijo e carne, tendo alto valor de mercado. Diante disso, observa-se que a maioria dos agricultores entrevistados investiu os recursos em criação de gado porque para eles representa um potencial de desenvolvimento econômico e renda ao oferecer venda de carne, leite e queijo, além dos derivados do couro, proporcionando lucro na produção de gado⁴⁴. É importante frisar, nesse aspecto, a forte cultura de ser fazendeiro que existe na região, aspecto que torna-se evidente em depoimentos já revelados anteriormente. Ao longo da rodovia e das vicinais é perceptível a existência de currais, de pastagens e de criação de gado em cada lote observado, fato apresentado nas imagens abaixo em que revela bem essa situação no Apiaú:

Imagem 11 - Curral para selecionar o gado e embarcar nos caminhões



Foto: O autor (2014)

⁴⁴www.abiec.com.br/3_pecuaria.asp. O Brasil hoje pode atender qualquer mercado no mundo com carnes mais nobres (carne gourmet ou culinária) até cortes de menor valor (carne ingrediente), sejam mais magras ou com maior teor de gordura, sob qualquer demanda de volume. A década de 2000 foi marcada pela consolidação do Brasil como potência na produção e exportação de carne bovina, sendo que o Brasil assumiu a primeira colocação dentre os exportadores em 2004. A pecuária exerce uma grande relevância nas exportações brasileiras, além de abastecer o mercado interno. É uma atividade econômica desenvolvida em áreas rurais que consiste na criação de animais (como o gado) com o objetivo de comercializá-los, suprimindo assim as necessidades da família do criador. No caso dos bovinos, além da carne, são extraídas outras matérias-primas, como o couro (produção de calçados), pele (vestuário), ossos (fabricar botões) e muitos outros. Fonte: ABIEC, 2012.

Imagem 12 - Criação de gado no Apiaú.



Foto: O autor (2014)

Imagem 13 - Ao fundo fazenda (lado direito) para pecuária ao longo da RR-325



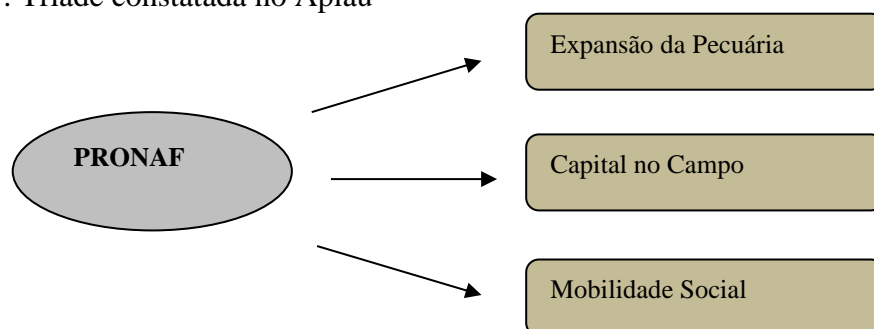
Fonte: O autor (2014)

Portanto, na variedade das unidades produtivas se destaca a pecuária, mas a pesquisa encontrou outras alternativas de investimentos, entre elas: a piscicultura, a

banana e a mandioca. Quando questionados sobre os motivos dos investimentos se destinarem ao setor produtivo da pecuária as respostas apontaram para algumas questões, como a opção pela criação de gado por ser mais lucrativa e mais fácil de trabalhar. Destacam como dificuldades nos investimentos em outras unidades produtivas: falta de conhecimento em investir em outras atividades que precisam de assistência e acompanhamento de profissionais da Secretaria de Agricultura para resultados mais eficientes, a fertilidade do solo, preparação e adequação do solo para outras atividades agrícolas e por fim, o risco do investimento.

A partir da investigação busca-se expor os fatores básicos como resultado da pesquisa no Apiaú: a expansão latifundiária em toda a região; o fortalecimento do capital no campo e a mobilidade social dos agricultores que foram beneficiados com o PRONAF. A figura 04 revela essa tríade:

Figura 07: Tríade constatada no Apiaú



Fonte: elaborada pelo autor a partir dos dados (2014)

Quando se parte para uma análise sobre o primeiro eixo, a expansão da pecuária no Apiaú, poucos agricultores querem falar sobre a situação e quem são fazendeiros na região, tendo em vista que, a maioria são políticos, empresários e servidores públicos de alto escalão. A pesquisa não pretende fazer uma investigação profunda sobre o processo de expansão latifundiária através da pecuária, mas afirmar que uma região que foi planejada e criada para se tornar um espaço para pequenos produtores, agricultores familiares e camponeses, na verdade, tornou-se lugar para proliferação do latifúndio, concentração de terras, proletariado rural e unidades produtivas para fortalecimento do capital. Observou-se ao longo das vicinias e da RR-325 um número excessivo de fazendas, pastagem para criação de gado e o poder dos latifúndios. Pode-se destacar que existe domínio latifundiário na extensão de rodovias e

vicinais, pois é presenciado nos depoimentos dos agricultores familiares ao falar das terras de fazendeiros “X” e “Y” que vivem no Apiaú com o desenvolvimento da pecuária extensiva. Além disso, em placas existentes as margens da RR-325 fica implícito o poder desses fazendeiros ao estabelecer limites de seu território para pecuária. A imagem da placa abaixo revela essa situação:

Imagem 14: Placa de advertência revelando o poder dos fazendeiros no Apiaú



Foto: O autor (2014)

Pretende-se chamar a atenção na placa acima sobre a delimitação da propriedade e o aviso da área particular simbolizando o domínio dos latifundiários. Portanto, o poder dos fazendeiros no Apiaú é uma realidade constatada, em que os agricultores familiares que permanecem na região disputam espaço com esses fazendeiros pecuaristas, pois é comum fazerem relatos do fazendeiro fulano de tal.

O segundo eixo refere-se a expansão do capital no campo, pois o acesso a financiamentos e créditos juntos aos bancos públicos estabelecem aos agricultores familiares um prazo para honrar seus compromissos financeiros frente as instituições bancárias⁴⁵. A esse respeito a Tabela 05 destaca essas instituições:

⁴⁵ A Cartilha de acesso ao PRONAF (2012) apresentam as instituições bancárias credenciadas para liberação dos financiamentos: Banco do Brasil, BASA, Banco do Nordeste, BNDS e Banrisul.

Tabela 05: Instituições de financiamento

Instituições de Financiamento	
BRASIL	60%
BASA	40%

Fonte: Casa da Agricultura/Agricultores familiares entrevistados (2014)

Os fatores como planejamento, execução, acompanhamento e contratação de trabalhadores são questões que se descreve na elaboração do projeto. Ou seja, foi possível constatar nas vicinais 07, 08, 09, 11 e 14 nos depoimentos dos entrevistados que revelaram a necessidade de mão de obra para eficácia da produção. No caso da plantação de banana e mandioca há necessidade de contratação de trabalhadores para execução da poda, do corte e do carregamento. Já no caso da pecuária e da piscicultura, não é diferente, a exigência de trabalhadores para assistência é grande, principalmente para vacinação, conduzir os animais ao curral, retirar os peixes dos tanques, fazer o carregamento etc.

Portanto, uma questão importante constatado é o fortalecimento do capital no campo através dos investimentos dos recursos do PRONAF no Apiaú destinados para fortalecer as unidades produtivas, e em larga escala a pecuária, que atende demandas do mercado à consolidação de lucro. A pecuária destina-se aos frigoríficos da capital e aos vários açougues de Mucajai, Iracema e Boa Vista. A banana é vendida ao comércio interno e para empresas fora do Estado, a mandioca é vendida para Boa Vista e a piscicultura atende as demandas das feiras locais e da capital. Fica evidente que o processo de expansão do capitalismo no campo é uma realidade e, a política agrícola vem corroborar para essa expansão, no sentido de provocar transformações sociais no campo favorecendo empresas e comércios.

Por fim, o último eixo apresenta-se como diferencial, pois, os agricultores familiares contemplados com a política agrícola conseguiram ampliar suas rendas e melhorar as condições sociais. Não pretende aqui afirmar que os recursos do PRONAF foram determinantes para tal mudança, até porque, atualmente as transformações no acesso aos bens de consumo e as políticas assistencialistas tem apresentado como fenômeno que contribuiu para retirar milhões de família da pobreza⁴⁶.

⁴⁶De acordo com dados do IPEA, o Brasil retirou aproximadamente 22 milhões de famílias da extrema pobreza com os programas de transferência de renda e de acesso ao crédito, fatores que reduziram a

Portanto, a tríade apresentada na pesquisa simboliza que a proliferação do capital no campo representa forte ameaça na superação da concentração fundiária do país, onde as políticas públicas assistencialistas e localizadas têm provocado o arrefecimento das tensões sociais abrindo caminho para o afrouxamento da política neoliberal, pois Lustosa (2012) descreve que:

O governo, ao mesmo tempo em que recomenda cautelas com a natureza de gastos nas áreas sociais, emite preocupações com a “redução da vulnerabilidade externa e recomposição das finanças públicas, princípios da política neoliberal de redução dos gastos sociais, e assegura a intervenção do Estado na oferta de políticas sociais assistencialistas, restritas, focalizadas, mas adverte que os recursos à disposição, particularmente no período inicial, imporão limites à abrangência do conjunto das políticas sociais (...) Curioso é que, transferir renda não significa a mesma coisa que redistribuir renda, ou seja, a contraface disso é que a reversão do quadro das desigualdades de renda e concentração de riquezas instalado historicamente no país dificilmente se efetiva, pois a eficácia desse programa passa necessariamente como, por exemplo, a reforma tributária e tributação sobre grandes riquezas (2012, p. 229-230)

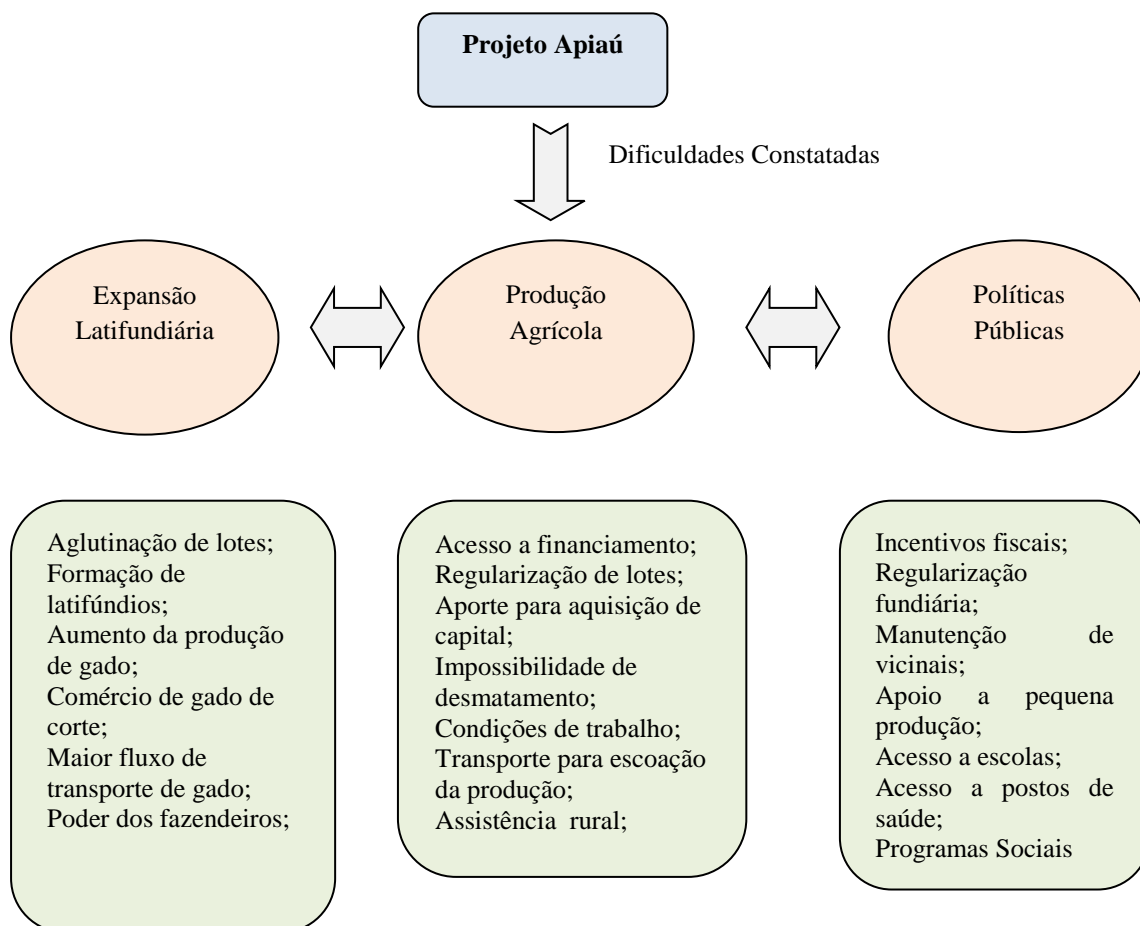
Para caminhar na contramão dessa vertente é preciso promover a luta política e a conscientização dos sujeitos através de sindicatos, associações e movimentos sociais aos que vivem no mundo rural juntamente com os sujeitos desprovidos de capital tornam-se reféns do modelo econômico em prol da expansão do capitalismo no campo. Promover a organização e mobilização social através da conscientização e da politização dos sujeitos ainda representa a germinação do caminho para resistência, embora árduo, mas com possibilidades de ruptura do domínio da classe burguesa no campo.

3.4 PERSPECTIVAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES FRENTE ÀS DIFICULDADES ENCONTRADAS NA REGIÃO DO APIAÚ

Não obstante, são fatos os avanços no Apiaú já expostos ao longo do trabalho, sendo evidente também as melhorias nas condições sociais potencializadas pelo PRONAF que, majoritariamente, contribuiu em diferentes aspectos aos agricultores familiares mais oportunidade no campo. Entretanto, verifica-se que o desejo, o sonho e a esperança de ampliar os horizontes não se desfazem mediante os problemas e dificuldades encontradas no espaço rural.

Diante das observações realizadas no Apiaú, embasadas nas entrevistas dos agricultores familiares, elaborou-se um organograma com a finalidade de expor os eixos centrais constados no cerne da pesquisa. Esses eixos vêm corroborar para compreensão da realidade da região através da coleta de dados, onde apontam-se os problemas principais, tais como: dificuldades para produção agrícola, falta de apoio do governo e o crescimento das fazendas para pecuária. Assim, a Figura 05 abaixo revela exatamente a estrutura dos problemas encontrados no projeto de assentamento do Apiaú organizado em grandes dimensões:

Figura 08: Organograma dos problemas encontrados no Apiaú



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados coletados (2014)

Portanto, o esquema acima apresenta um esboço direcionado a constatação das dificuldades constatadas na região do Apiaú e a situação dos agricultores familiares frente aos problemas a serem sanados. As dimensões revelam não somente os problemas existentes, mas apresenta uma radiografia para superação desses obstáculos que se efetivou no projeto de assentamento, principalmente no que se refere a políticas

agrárias direcionadas ao Apiaú com foco no desenvolvimento agrícola da região, tendo em vista que, os poucos agricultores que ainda permanecem nos lotes, resistem às imposições e a expansão do latifúndio.

Portanto, as dimensões expostas: expansão latifundiária, produção agrícola e políticas agrárias representam o eixo diferencial para promover e disseminar o modelo econômico vigente no espaço rural, ou seja, esses fatores são resultados da macroeconomia que encontrou terra fértil para fecundar a semente do capitalismo no campo. A Expansão latifundiária revela o crescimento de fazendas, contratação de peões, vaqueiros, roceiros e etc., produção de carne de corte, leite e derivados, aumento de frigoríficos e empresas de laticínios, ou seja, o engessamento da concentração fundiária. Com relação a produção agrícola, esta se revela tímida, pois dos entrevistados somente 10% diversificaram a produção, isto é, produtos como leguminosos, hortaliças, cereais, grãos e frutas não fazem parte do cotidiano dos agricultores familiares. Para ratificar tal fato, a imagem abaixo expõe essa situação, ou seja, em plena área de colonização, uma venda que oferece produtos agrícolas não produzidos no espaço rural, mas comprados em outras localidades e conduzidas à região do Apiaú:

Imagem 15 - Venda de produtos agrícolas no Apiaú.



Fonte: O autor (2014)

O que se evidencia a partir da imagem é o reflexo da pouca diversificação e falta de incentivos para potencializar a variedade da produção agrícola no Apiaú fortalecendo a agricultura familiar do campo, ou seja, evidencia-se que o PRONAF, mesmo com alguns avanços, não foi satisfatória para fomentar a produtividade agrícola no cenário

local. Então se questiona, como uma banca que vende mamão, melancia, abóbora, verduras, tomates etc. não são produzidas na própria área de colonização? Por que uma área criada para produção agrícola direcionou-se para pecuária? Estes são os reflexos da política pronafiana em revelar a concentração das unidades produtivas. No caso do Apiaú, a maioria esmagadora realizou os investimentos em atividades agropecuárias desenvolvendo e ampliando a criação de bovinos. Neste caso, as investigações revelam que o PRONAF conseguiu melhorar a vivência dos agricultores no Apiaú, mas não foi suficiente para ampliar a diversidade da produção agrícola na área de colonização.

Diante destas questões apontadas sobre a política do PRONAF é importante ressaltar que a questão desta política pública voltada para o setor agrário apresenta alguns percalços e obstáculos em detrimento da complexidade e dimensão que exige sua operacionalização no espaço rural, tais reflexos, são apenas políticas de exceção que não promovem mudanças substanciais, pois “essa nova Reforma Agrária não se configura como prioridade, mas sim incorporar segmentos produtivos nesse modelo de agricultura familiar capitalista” (LUSTOSA, 2012, p. 67).

Apointa-se para o PRONAF afirmando que se não houver uma política ampla que possa contemplar as questões analisadas nesta investigação, tais como: modelo de produção agrícola com a reutilização do solo, redução tributária aos pequenos agricultores, regularização fundiária, manutenção e pavimentação de rodovias e vicinais, mais facilidade no acesso a créditos junto as instituições financeiras, incentivos fiscais, taxas de juros mais baixas, incentivo a diversificação da produção agrícola, manutenção e estruturação de escolas de ensino fundamental e médio; acesso a universidades públicas, postos de saúde com atendimento dos profissionais da saúde, programas de distribuição de renda e políticas públicas agrárias, direcionadas de acordo o diagnóstico e necessidades regionais e locais, os resultados serão pífios. Neste caso, as políticas agrárias setoriais implantadas pelo Estado tornam-se obtusas e circunstanciais funcionando sempre como remediadora, se não, detentora de um modelo econômico pautado no lucro e no acúmulo de riquezas.

De forma geral, a política pública PRONAF apresenta-se como política agrária de desenvolvimento rural e de valorização da produção da agricultura familiar proporcionando acesso ao crédito, emprego no campo, renda familiar e melhores condições socioeconômicas, pois “o PRONAF passou a ser entendido pelos seus

gestores públicos como mola-propulsora de uma estratégia nacional de valorização da diversidade social da agricultura familiar e do meio rural” (AQUINO; SCHNEIDER, 2010, p. 05). Ao evidenciar esse panorama, a própria avaliação nacional promovida pelo IBASE (1999), em oito (08) estados brasileiros de acesso a linha de crédito do programa foi fator decisivo para criação e a manutenção de empregos no campo. A esse respeito Aquino e Schneider (2010) destacam que:

Cada operação de crédito do PRONAF gerou em média 0,58 novas ocupações, a um custo médio de R\$ 6.470,81 por nova ocupação gerada. Assim, a cada duas operações de crédito calcula-se a geração de um novo posto de trabalho. O IBASE (1999) destaca, ainda, que o aumento das ocupações não é o melhor indicador para medir os efeitos sociais causados pelo crédito do PRONAF. Na verdade, o maior impacto do programa refere-se a sua capacidade de estabilizar e manter empregos no meio rural. A cada operação de crédito foram mantidas 4,84 ocupações, a um custo médio de apenas R\$ 775,24. (2010, p 14)

Constata-se que os indicadores, neste caso, os nacionais, e em particular, o projeto de assentamento do Apiaú, os agricultores familiares que tiveram acesso ao financiamento do PRONAF desencadearam ao processo de crescimento do trabalho assalariado no campo ao garantir tanto a permanência do agricultor no meio rural como a oferta de emprego assalariado, pois aponta-se que “o financiamento dos agricultores familiares pode estar funcionando como um instrumento importante para conter o êxodo rural através do estímulo à criação e manutenção de ocupações produtivas no campo” (AQUINO; SCHNEIDER, 2010, p. 15). Diante dessa questão destaca-se que:

Segundo o MDA as modalidades de financiamento são: o custeio, que se destina ao financiamento das atividades agropecuárias; o investimento, destinado ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção; e serviços no estabelecimento rural destinado a contratação de trabalhadores (MDA, 2009, p. 56).

Sendo uma das finalidades do programa, a política do PRONAF tem revelado a ampliação dos serviços do campo, principalmente na contratação de trabalhadores para atender as demandas dos investimentos das unidades produtivas, conforme enfatiza o Quadro abaixo:

Quadro 13- Quantitativo de trabalhadores contratados nas unidades produtivas no Apiaú

Contratação de trabalhadores Assalariados				
Unidade Produtiva	Criação de Gado (Pecuária)	Produção de Bananas	Criação de peixes (Piscicultura)	Produção de Mandioca
% das Unidades Produtivas	65%	15 %	15%	05%
Quantidade de trabalhadores contratados pelas Unidades Produtivas	48 trabalhadores contratados temporariamente para construção de curral e cuidados com o gado	10 trabalhadores contratados temporariamente para poda e carregamento da produção de banana nos caminhões	08 trabalhadores contratados temporariamente para construção de tanques de criação de peixes	Contratação de 05 trabalhadores temporários para colheita de mandioca e carregamento nos caminhões

Fonte: Casa da Agricultura/Agricultores familiares entrevistados (2014)

Não pretendo fazer análise sobre os trabalhadores contratados, mas perceber que o investimento da política de créditos apresenta-se como potencial para expansão do trabalho assalariado do campo. Logo, essa expansão se revela paradoxal, pois, de um lado garante a permanência dos agricultores no campo e o crescimento da economia local gerando emprego, renda e trabalho assalariado oportunizando melhorias nas condições socioeconômicas, por outro, torna-se um braço do fortalecimento do capitalismo no meio rural através da exploração da força de trabalho e da proletarização rural. Ainda nesse viés, alguns autores também apresentam visões opostas, no caso Mattei (2005) considera uma ação positiva e eficiente ao afirmar que:

Verifica-se que o Pronaf é uma política pública que vem sofrendo seguidos aperfeiçoamentos, no sentido de transformá-lo efetivamente num instrumento capaz de atender ao conjunto de agricultores familiares em todos os municípios e regiões do país, dentro de uma perspectiva que privilegie a inclusão dos agricultores familiares, tornando-os cidadãos brasileiros. Nessa caminhada, são destacados alguns aspectos que já foram amplamente estudados e consensuados entre pesquisadores e equipes técnicas de órgãos governamentais. (...) Ao longo das últimas safras agrícolas, o Pronaf ganhou capilaridade nacional, estando presente, atualmente, em praticamente todos os municípios do país aumentando os créditos aos agricultores e a diversificação da produção agrícola. (2005, p. 62-65)

Enquanto Lustosa (2012) tece algumas críticas ao destacar que:

O PRONAF destinava-se à modernização e ao fortalecimento da agricultura familiar, era visto como uma das experiências de políticas públicas operacionalizadas através de parcerias públicas-privadas para viabilidade econômica de segmentos rurais médios e pequenos (...). O PRONAF volta-se a compor e recompor estratégias de integração e de diversificação entre setores produtivos das regiões, reafirmando, ainda que contraditoriamente, a eminência da reprodução financeira de certas camadas, mas também, uma estratégia de extração de mais trabalho, daí, a perspectiva de que essas camadas se mantenham produtivas e dinâmicas (...). Isso reafirma a noção de que, também no setor agrário, essa expansão e a diversificação de atividades geram e conferem os propósitos e ganâncias desse sistema que, em termos relativos, a sua própria natureza, o capital não tolera limites geográficos à sua expansão, cujas expressões são válidas em relação às novas buscas produtivas para além dos espaços nacionais, regionais e locais, até em âmbitos internacionais: O crescimento do capital social realiza-se através do crescimento de muitos capitais. (2012, p. 76 -77)

Todavia, essa contradição exposta conduz compreender os impactos provocados pela política agrária aqui analisada. Portanto, apresenta-se uma nova ótica ao analisar a política de crédito do PRONAF considerando duas vertentes antagônicas em seus impactos (positivos e negativos) na esfera econômica. Se numa visão positiva representa questões de permanência e crescimento econômico local aos agricultores familiares, numa visão negativa apresenta o viés do fortalecimento de mercado, exploração da mão de obra, ampliação do poder econômico local e expansão do proletário rural, pois transforma o pequeno agricultor familiar a serviço do sistema capitalista e os mais capitalizados em burguesia rural. Nas palavras de Aquino, Schneider e Abramovay (2010, p. 20) “ao que tudo indica o programa mantém e incentiva entre os agricultores familiares o viés setorial e produtivista do modelo convencional, ou, em outros termos, está fazendo mais do mesmo”.

Portanto, à luz dos diferentes autores e também com os depoimentos coletados sobre a política do PRONAF no projeto de assentamento do Apiaú pode-se compreender que não se esgotam as discussões sobre os impactos provocados aos agricultores familiares, apenas abre-se novos horizontes para investigação científica revelando novas descobertas. O que se evidenciou no Apiaú é preocupante para a região, pois torna-se ambíguo uma área de colonização ser transformada paulatinamente em área de grandes extensões de terras para pecuária extensiva e expansão latifundiária. Pontos extremamente opostos ao discurso do PRONAF que é fortalecer a produção agrícola e elevar as condições dos diferentes sujeitos do espaço rural. Neste sentido, cabe a própria organização dos agricultores familiares, seja através das associações e sindicatos em elaborar ações que possam limitar o crescimento dos fazendeiros,

exigirem políticas públicas agrárias efetivas que possam potencializar a diversidade da produção agrícola do campo.

Assim, a região analisada ainda apresenta inquietudes, incertezas e desafios para novas descobertas sobre o PRONAF, no sentido de aprofundar a dinâmica rural sobre a vivência dos agricultores familiares no projeto de assentamento Apiaú permitindo ampliar o debate, não somente sobre os problemas e dificuldades do campo em torno da política do PRONAF, mas compreender outras políticas agrárias aos diferentes sujeitos que vivem neste assentamento, como agricultores familiares, trabalhadores assalariados, servidores públicos, pecuaristas, fazendeiros e outros. Em aspectos gerais, são estes os pontos (positivos e negativos) postos na pesquisa revelados sobre o programa e apontados pelos estudos aqui investigados no Apiaú, pois acredita-se que as diferentes literaturas que analisam as políticas agrárias e, em particular esta, traz a tona reflexões em dimensões macro e micro sobre a questão agrária e a política do PRONAF, possibilitando ampliar o leque de conhecimentos acerca do espaço rural ao abrir caminhos para produções acadêmicas que almejam navegar nesse eixo temático e desvelar a primazia de novos horizontes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando trata-se sobre o processo das políticas públicas no país, elas encontram-se atreladas a interesses particulares com caráter ideológico, e neste caso as políticas agrárias também se enquadram nesse viés, sejam elas: o Estatuto da Terra, os planos de Reforma Agrária, criação de órgãos públicos para questão agrária e outras mais recentes como o PRONAF. Pode-se afirmar que a criação do PRONAF em meados dos anos de 1990 apresenta-se como um dos acontecimentos mais relevantes das políticas públicas para o meio rural brasileiro. Na trajetória de sua existência, que já soma-se quase 20 anos, essa política agrária funciona como importante mecanismo de apoio e fortalecimento da agricultura familiar nos rincões do Brasil. Por conseguinte, torna-se mais eficiente no processo de liberação de créditos junto às instituições financiadoras destinando recursos aos mais diferentes sujeitos do campos: ribeirinhos, pescadores, quilombolas, pecuaristas, agricultores familiares, etc.

Os dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Secretaria de Agricultura e do Instituto de Colonização e Reforma Agrária revelam os avanços que essa política mostrou nos anos de existência, sendo ratificado por autores que analisam tal política agrária, como Mattei (2005) e Schneider (2010) ao afirmarem em suas análises que as melhorias são notáveis e evidentes. Ou seja, uma evidência viva disso é o aumento significativo de agricultores familiares beneficiários em todo o país atendidos pelo PRONAF com acesso ao crédito gerando oportunidades de geração de renda e emprego no campo.

Agora, é importante salientar que, embora o programa apontem avanços, existem ainda limitações e desigualdades na distribuição dos recursos e no acesso as linhas de créditos, pois os agricultores mais capitalizados acabam sendo priorizados através do PRONAF. Com base nessas constatações, se os recursos disponibilizados e aplicados no campo não têm contribuído de forma significativa para superação da desigualdade no espaço rural quem está se beneficiando de tais recursos? O cenário revela que o programa tem atenuado o crescimento do capitalismo no campo, ou seja, o que se constata é a elevação da produção da riqueza agropecuária nacional e o fortalecimento do capital no campo. Ao apresentar o cenário local, e em particular o espaço rural analisado, evidencia-se na pesquisa que o programa PRONAF revelou

possibilidades de ampliação das condições socioeconômicas no projeto de assentamento do Apiaú, em Mucajai-RR no que se refere aos aspectos sociais e econômicos proporcionando aos agricultores familiares geração de renda familiar, emprego no campo, acesso a bens de consumo, compra de insumos, equipamentos e contratação de trabalhadores assalariados para o desenvolvimentos das unidades produtivas, os quais não seriam possíveis sem os recursos do programa.

Ao analisar sobre essa ótica, consideram-se os avanços e as melhorias no Apiaú, principalmente pelo acesso ao crédito oferecendo oportunidade de mobilidade social aos agricultores familiares revelando o sucesso dessa política agrária através dos subsídios dos recursos do PRONAF. Entretanto, autores como Schneider (2007), Abramovay (2002), Aquino e Schneider (2010) e Mattei (2005) ratificam o sucesso do programa, porém fazem algumas considerações e reflexões importantes acerca do PRONAF, principalmente na distribuição concentradora nas regiões do país, onde os recursos não são destinados de forma equitativa às diferentes categorias do campo, sendo destinados em sua maioria aos produtores mais capitalizados. Neste sentido, se um dos objetivos do PRONAF é a correção das desigualdades sociais do campo que constata-se no projeto do Apiaú os agricultores familiares que tiveram acesso a financiamentos obtiveram melhorias nas condições sociais contribuindo não somente para permanência no lote, mas potencializar suas unidades produtivas.

Diante desse prisma, estes são os desafios postos, quando se evidencia a consolidação do capital no espaço rural, tendo em vista que os agricultores familiares que conseguiram acesso as linhas de créditos do PRONAF “A” ampliaram seus investimentos promovendo geração de renda e contratação de trabalhadores para o campo. Afirma-se que as diferentes categorias de financiamentos do programa “B”, “C”, “D” e “E” são oferecidas e destinadas para agricultores mais capitalizados do campo, logo estes possuem mais condições de acesso aos recursos do programa realizando maiores investimentos no setor do agronegócio e da agropecuária.

Isso explica o resultado da pesquisa em revelar a expansão latifundiária, o crescimento da pecuária e a redução da produção agrícola no projeto de assentamento do Apiaú. O estudo evidencia também que o PRONAF no Apiaú tem estimulado as atividades econômicas para unidades produtivas voltadas para o setor agropecuário,

tendo em vista que os resultados constatados através de entrevistas e questionários apontaram para pouca diversificação das estruturas produtivas. Portanto, considera-se uma contradição da política do PRONAF desenvolvida em outros estados brasileiros com os resultados apresentados no projeto de assentamento do Apiaú, sendo que Mattei (2005) destacou que na região sul houve diversidade na produção agrícola e aumento da produção do campo, enquanto na região investigada - Apiaú - essa política agrária não tem contribuído efetivamente no sentido de promover a diversificação da agricultura familiar em plena floresta amazônica, dificultando assim, as condições para abastecimento do estado com variedade da produção agrícola.

Significa que o PRONAF limitou-se e tornou-se reducionista, já que no Apiaú a expansão foi a criação de gado, onde 65% dos agricultores familiares entrevistados que receberam recursos realizaram investimentos na pecuária, fato constatado nos depoimentos dos gestores, técnicos e agricultores. Outra questão importante também constatada na região foi o abandono de escolas públicas em viciniais concentrando-se nas vilas, isto é, praticamente reduziram os atendimentos nos últimos anos tornando o acesso cada vez mais limitado, pois observa-se várias escolas de educação básica fechadas e deterioradas ao longo da RR-325 e no interior de viciniais.

Os resultados das análises feitas no presente trabalho, embora preliminares e embrionários, permitiram apontar conclusões importantes a respeito dos impactos provocados pelo PRONAF no projeto de assentamento do Apiaú. Os resultados obtidos convergem para permanência dos agricultores que vivem na região das diferentes viciniais do Apiaú, além de melhorarem as condições socioeconômicas no que se refere a moradia, transporte, aquisição de bens de consumo e geração de renda.

Ainda como resultado da pesquisa constatou-se que os maiores investimentos dos montantes adquiridos pelo PRONAF foram destinados a criação de gado, ou seja, a pecuária, fato que contribuiu para expansão da agropecuária na região, e por outro lado, proporcionou a diminuição de produtos agrícolas como: legumes, hortaliças, frutas, tubérculos e grãos. Assim, o que se verificou foi o crescimento de fazendas, principalmente nas viciniais 07, 08 e na RR-325.

Os resultados confirmam que a política agrária do PRONAF, que veio para fortalecimento da agricultura familiar com financiamento para produção agrícola,

revelou-se no Apiaú insuficiente para sanar os problemas do campo e provocar transformações estruturais, principalmente no combate a concentração fundiária, uma vez que o impulso oferecido pelo programa encontra-se tímido e limitado, não somente aos agricultores familiares contemplados que melhoram suas condições sociais, mas aqueles trabalhadores que estão desprovidos de terras e de recursos para desenvolverem suas atividades agrícolas. O PRONAF no Apiaú incontestavelmente permitiu o avanço da agricultura familiar no campo em diversos aspectos, tais como: acesso ao crédito, redução do êxodo rural, geração de renda e emprego no campo, mas não conseguiu potencializar a diversificação da produção agrícola e potencializar a capacidade produtiva da agricultura familiar na região. Assim, mesmo com algumas conquistas, muitos são os desafios para promover mudanças através de políticas agrárias de créditos exigindo novas análises e estudos com a participação dos movimentos sociais rurais e entidades do campo comprometidas com o fortalecimento da agricultura familiar para com isso modificar a estrutura agrária no Brasil, que ainda se revela forte, concentradora, elitista e poderosa.

Em termos práticos, as ações advindas do poder estatal estão atreladas ao modelo macroeconômico e aos organismos internacionais impondo normas, regras e a cartilha neoliberal, como apontou Sauer e Pereira (2006) e outros autores. Portanto, qualquer tentativa de alteração nos rumos do PRONAF que determinará transformações na composição do programa e na sua lógica operacional de forma que venha ao combate da concentração fundiária e da expansão do agronegócio não ocorrerá de políticas públicas incididas pelo Estado, mas sim, com ações dos atores sociais num processo incessante da constituição de organização política, de conscientização, de mobilização social dos excluídos e dos sujeitos explorados no espaço rural que, historicamente ficaram a margem do acesso ao “pedaço de terra” que tanto sonham. Dessa forma, pensar que bastaria o governo ampliar a oferta de crédito anualmente e o número de beneficiários para combater tal questão agrária e os problemas do campo é reduzir o pensamento crítico e político, pois esta é uma visão simplista de caráter ideológico para perpetuação do “*status quo*” do mundo rural.

Neste prisma, são os movimentos sociais que promovem a conscientização política e posteriormente a luta em prol dos direitos básicos, sem o qual, não seria possível promover rupturas no modelo vigente. Na verdade, o grande desafio dos

movimentos sociais é retomar o debate sobre o futuro da agricultura familiar no Brasil redefinindo o papel estratégico do PRONAF no combate a pobreza e as desigualdades sociais, e com isso promover a transformação do cenário agrário através de um projeto de desenvolvimento amplo que procure compatibilizar produção de riqueza, distribuição de renda, equidade social e preservação do Meio Ambiente.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Diversificação das economias rurais no Nordeste**. Brasília-DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário - NEAD, 2002.

_____. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. São Paulo; Rio de Janeiro: Editora Edunicamp/ANPOCS, 1992.

_____. **PRONAF: política agrícola discriminatória?! Uberlândia-MG: SEP/UFU, 2004.**

ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. da. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Brasília-DF: FIPE/IPEA, 1999. (Texto p/ Discussão N.º 641).

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E. e GENTILI, P. **Pós-Neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado Democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo/Campinas: Editora Cortez/Unicamp, 1995.

ARAÚJO, T. P. de; LIMA, R. A. de; SOUZA, H. R. de. Políticas públicas de emprego: o PRONAF em Pernambuco. In: SAMPAIO, Y. (Org.). **Ensaio sobre economia agrícola e meio ambiente no Nordeste**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2000.

AQUINO, Joacir R.; SCHNEIDER, Sérgio. **Descaminho da política de crédito do PRONAF na luta contra a pobreza e desigualdade social no Brasil rural**. Natal-RN: Nacional, 2010.

AQUINO, Joacir R.; ALENTEJANO, Paulo Roberto R.; Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo-RS: Editora da UPF, 1999.

AQUINO, J. R.; TEIXEIRA, O. A.; TONNEAU, J. P. **O PRONAF e a “nova modernização desigual” da agricultura brasileira**. Campina Grande/PB: Raízes, v. 22, n. 1, 2003.

AQUINO, J. R.; TEIXEIRA, O. A. **Agricultura familiar, crédito e mediação institucional: a experiência do PRONAF em São Miguel no Nordeste brasileiro**. Cadernos de desenvolvimento rural. Bogotá/Colômbia, v. 54, n. 1, 2005.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Os créditos do PRONAF e a agricultura familiar no Brasil. Brasília-DF: IE, 2014.

BANCO MUNDIAL. **Relatório n. 21.790: Combate à pobreza rural no Brasil: uma estratégia integrada**. Departamento do Brasil – região da América Latina e do Caribe, 2001.

BARBOSA, R. I. **Ocupação humana em Roraima: uma revisão do equívoco da recente política de desenvolvimento e crescimento desordenado.** Belém-PA: Museu Emílio Goeldi; Cadernos de Antropologia, 1993.

BASTOS, F. **Ambiente institucional no financiamento da agricultura familiar.** Campinas - SP: CERES – Centro de Estudos Rurais do IFCH - UNICAMP, 2006.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____. **Amazônia.** São Paulo: Editora Ática S/A., 1990.

BITTENCOURT, Gilson A. **Abrindo a caixa preta: o financiamento da agricultura familiar no Brasil.** Campinas, 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

BITTENCOURT, G. A.; BIANCHINI, V. **Agricultura familiar na região sul do Brasil,** Consultoria UTF/036-FAO/INCRA, 1996.

BLUM, Rubens. Agricultura Familiar: Estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, João Carlos (Org.) **Agricultura Familiar: Realidades e Perspectivas.** Passo Fundo-RS: Editora da UPF, 1999.

BOBBIO, N. **Estado, governo e sociedade.** São Paulo: Paz e Terra, 1987.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil:** Textos constitucionais promulgados em 1988. Brasília-DF: 2001.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 05 de outubro de 1988. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL, FAO/INCRA/NEAD. **Agricultura sustentável.** Agenda 21 – revolução verde. Brasília-DF, 1994.

BRASIL, **Legislação Brasileira sobre Meio Ambiente.** 2ª ed. Brasília-DF: Edições Câmara dos Deputados, 2010.

BRASIL, **Ministério do Desenvolvimento Agrário Brasileiro.** Brasília-DF, 2006.

BRASIL, **Ministério do Desenvolvimento Agrário – Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA:** Balanço da reforma agrária e da agricultura familiar em 2001. Brasília-DF, 2003.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Agrário:** Balanço 1999 da reforma agrária e da agricultura familiar, programa parceria e mercado. Brasília-DF, 2002.

BRASIL, Governo Federal. **Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural.** Brasília, 1998.

_____. **Novo retrato da agricultura familiar.** O Brasil redescoberto. O perfil da agricultura brasileira. Ministério do desenvolvimento Agrário. Brasília-DF, 2000.

BRASIL, Ministério do Trabalho. **Avaliação do Proger, Proger rural e PRONAF realizada pelo Ibase:** relatório final dos Estados. Brasília, DF, 1999.

BRASIL, Ministério da Agricultura e do Abastecimento. **PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Brasília-DF, 2003.

BUAINAIN, Antônio Márcio. **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil.** Campinas – SP: Editora UNICAMP, 2008.

BUAINAIM, A. M.; ROMEIRO, A. **A agricultura familiar no Brasil:** agricultura familiar e sistemas de produção. Projeto: UTF/BRA/051/BRA. Março de 2000. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/fao>. Acesso em: 25 de novembro de 2014.

BURKE, Peter. **A escrita da História:** novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CARNEIRO, M. J. **Política pública e agricultura familiar:** uma leitura do PRONAF. Rio de Janeiro-RJ: Estudos Sociedade e Agricultura, 1997.

_____. Política de desenvolvimento e o “novo rural”. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Org.). **O novo rural brasileiro:** políticas públicas. Jaguariúna/SP: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000.

CORRÊA, V. P. & SILVA, F. F. Perfil das liberações dos recursos do PRONAF entre 1999- 2006: ocorreu alguma modificação a partir da incorporação dos Grupos A e B? In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL.** Porto Alegre/RS: Editora SOBER, 2009.

CARDOSO, Carlos Alberto de Sousa. **II Plano Nacional de Reforma Agrária:** uma análise a partir dos assentamentos rurais em Roraima, São Luis: Centro de Ciências Humanas UFMA, 2009, (Dissertação de Mestrado)

CARDOSO, Ciro Flamarion.; BRIGNOLI, Hector P. **História da América Latina.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

CARDOSO, Ciro Flamarion.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História.** Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **História da Agricultura e História Agrária:** perspectivas metodológicas e linhas de pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1982.

CARISIO, Maria Clara Duclos. **A Política Agrícola Comum e seus efeitos sobre o Brasil.** Brasília: IRBR: Funag, 2006.

CARMO, R.B.A. **A Questão Agrária e o Perfil da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Editora Sober, 1999 Disponível em <http://www.cria.org.br/gip/gipaf/itens/pub/sober>. Acesso em: junho de 2014.

CARMO, M.S.; SALLES, J.T.A. Sistemas familiares de produção agrícola e o desenvolvimento sustentável. In :**ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO**. Florianópolis-SC, 1998.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly. **Justiça social e acumulação capitalista: O PROTERRA**. Fortaleza-CE: Edições Universidade Federal do Ceará-PROEDI, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora Forence Universitária, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. In: **GEOgrafia** n. 2, Revista de Pós-graduação da UFF. Niterói: UFF/EGG, 1999.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Os conflitos agrários no Brasil rural**. Brasília-Df CPT, 2010.

CORDEIRO, Cicero I. R. **A criação do Território Federal do Rio Branco de 1943 a 1964**. Monografia. UFRR, 2012.

COTRIM, Ivo. **Karl Marx: a determinação ontonegativa originária do valor**. São Paulo: Almeida, 2011.

DIAS, Roberta Costa. **Uma contribuição ao estudo da malária no Estado de Roraima e sua associação com a precipitação pluviométrica no período de 1986 a 1996**. Rio de Janeiro-RJ, 2003. (Tese de Doutorado)

DEMO, Pedro. **Política Social, Educação e Cidadania**. 10ª ed. Campinas – SP: Papyrus, 1994.

DE CONTI, Bruno M.; ROITMAN, Fábio Brener. **PRONAF: Uma análise da evolução das fontes de recursos utilizados no programa**. Revista do BNDES, junho, 2011.

DUQUE, G.; COSTA, M. D. G. da. Reforma agrária no semi-árido nordestino: que passos para a sustentabilidade? O caso dos assentamentos Quandú e Bela Vista (PB). In: DUQUE, G. (Org.). **Agricultura familiar, meio ambiente e desenvolvimento: ensaios e pesquisas em sociologia rural**. João Pessoa-PB: Editora Universitária/UFPB, 2002.

FANTINEL, A. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: Ática, 2000.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a produção familiar**. Brasília, INCRA, 1994.

FARAGE, Nádia. **Muralhas do sertão**. Os povos indígenas no Rio Branco e a civilização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FECAMP. **Estudos de caso em campo para avaliação dos impactos do PRONAF**. Campinas, out. 2002. (Convênio PCT/IICA-FECAMP).

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento camponês rebelde**: a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006.

FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULINO, M. I. **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas. Vol. 2: a diversidade das formas das lutas no campo. Brasília-DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Questão agrária, pesquisa e MST**. Coleção questões de Nossa época, v. 92. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, Florestan (Org.) **Marx e Engels, história**. Coleção grandes Cientistas sociais. São Paulo: Ática, 1989.

FERREIRA, B.; SILVEIRA, F. G. **Financiamento da agricultura brasileira**: avaliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf): público, alcance e limites. Brasília-DF: IPEA, 2002. (Projeto BRA 97/013 – Relatório Final).

FILIPPI, Eduardo Ernesto. **Reforma Agrária**: Experiências internacionais de reordenamento agrário e a evolução da questão da terra no Brasil. Porto Alegre: Editora Ufrgs, 2005.

FRANÇA, C. G.; DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. P. **O Censo Agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009. Disponível em: <http://www.mineiropt.com.br/arquiosestudo/arq4b10179787f8b.pdf>. Acesso em 22 de dezembro de 2014.

FRANÇA, C. G. **A agricultura familiar faz bem ao Brasil**. Brasília-DF: MDA, 2010.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala, “Introdução” à Primeira Edição e Cap. I “Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida”. In: **Casa Grande & Senzala**. 12ª ed. Brasília-DF: Editora UNB, 1963.

FREITAS, Aimberê. **História e Geografia de Roraima**. São Paulo: Editora Vozes, 1990.

_____. **A história política e administrativa de Roraima: 1943 – 1985**. Manaus: Calderaro, 1993.

GASQUES, José Garcia; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; NAVARRO, Zander. **A agricultura brasileira: desempenho recente, desafios e perspectivas.** Brasília-DF: IPEA/MAPA, 2010.

GAZOLLA, M. & SCHNEIDER, S. As duas “caras” do PRONAF: produtivismo ou fortalecimento da produção para autoconsumo? In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL.** Ribeirão Preto/SP. Anais de Ribeirão Preto/SP: SOBER, 2005.

GHEDIN, Evandro. **Educação do Campo: epistemologia e prática.** São Paulo: Editora Cortez, 2012.

_____. **Temas em Filosofia da Educação.** Manaus: Editora Valer, 2006.

GOMES, Gustavo Maia. Conflitos e conciliação: políticas de desenvolvimento regional no mundo contemporâneo. Fortaleza-CE: Banco do Nordeste do Brasil, 2011. In: GONÇALVES, J. S.; SOUZA, S. A. M. **Agricultura familiar: limites do conceito e evolução do crédito.** Fortaleza-CE: Instituto de Economia Agrícola, 2014. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=2521>. Acesso em: novembro de 2014.

GUANZIROLI, C. E. **PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural.** Revista de Economia e Sociologia Rural. Brasília-DF: v. 45, n. 2, p. 01- 328, abr./jun. 2007.

_____. **Relatório PRONAF: resultados da etapa Paraná.** Rio de Janeiro: IBASE, 2006.

_____. **Políticas sociais: acompanhamento e análise.** Brasília-DF: IPEA, 2007.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: O breve século XX 1914-1991.** São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial – sua desagregação. In: **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico.** 6ª ed. São Paulo – SP: DIFEL, 1995.

_____. **Raízes do Brasil.** 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOWLETT, Michael. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas uma abordagem integradora.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IANNI, Octavio. **Colonização e contra reforma agrária na Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1979. 250 p.

_____. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 2004. 255 p.

_____. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996.

IBASE. **Avaliação dos programas de geração de emprego e renda: Democracia Viva**. Brasília-DF: Editora Segmento, 1999. (Edição Especial).

IPEA. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. Brasília: IPEA, 2007.

JUNIOR, João. **O que é realidade?** Coleção primeiros passos. São Paulo: Ática, 1990.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Brasília: Censo Agropecuário 2006.

LAMARCHE, Hugues. **A Agricultura Familiar: uma realidade multiforme**. Campinas-SP: Editora UNICAMP, 1993.

_____. **Agricultura familiar: Comparação Internacional**. Campinas-SP: Editora UNICAMP, 1993.

_____. **Agricultura familiar: do mito à realidade**. Campinas-SP: Editora UNICAMP, 1998.

LEITE, Sérgio. Padrão de financiamento, setor e agricultura no Brasil. In: LEITE, Sérgio (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo; MOTA, Dalva Maria da; **Tecnologia e Renda na agricultura familiar irrigada em Sergipe**. São Cristóvão-SP: Embrapa-CPATC, 1997.

LOUREIRO, Maria Rita Garcia. **Terra, Família e Capital: formação e expansão da pequena burguesia rural em São Paulo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1987.

LUSTOSA, Maria das Graças Osório P. **Reforma agrária à brasileira: política social e pobreza**. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **A pequena produção e as políticas do setor agrícola: estudo de um programa de desenvolvimento rural no Piauí**. (Dissertação de Mestrado) Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1994.

_____. **Reestruturação produtiva e modernização agrária nos anos 90: os novos sentidos do trabalho e as alternativas ao desenvolvimento da agricultura familiar**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

MACIEL, Jussara Socorro Cury. **Estudo de viabilidade ambiental das estradas vicinais na Amazônia**. Tese de Doutorado em engenharia de Transporte. Rio de Janeiro: UFRGS, 2008.

MAGALHÃES, R. e ABRAMOVAY, R. **Acesso, uso e sustentabilidade do PRONAF B**. São Paulo: MDA/FIPE, 2006.

MAGALHAES, Maria das Graças S. D. **Amazônia: o extrativismo vegetal no sul de Roraima: 1943-1988.** Boa Vista-RR: Editora UFRR, 2008.

MANUAL OPERACIONAL DO PRONAF: **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.** Ministério da Agricultura e Abastecimento: Secretaria de Desenvolvimento Rural. Brasília-DF, 1996.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra.** 9 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **Exclusão social e a nova desigualdade.** 2ª ed. Coleção Temas de Atualidade. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. **Reforma agrária: o impossível diálogo.** São Paulo: Editora da USP, 2000.

_____. **O poder do atraso: Ensaio de sociologia da história lenta.** São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil.** As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1983.

MARQUES, Marta Inez M. **A atualidade do uso do conceito camponês.** Revista NERA, ano 11, nº 12, São Paulo, Jun/2008.

MARQUES, Vicente P. M. de Azevedo. **Aspectos orçamentários e financeiros da reforma agrária no Brasil: 2000-2005.** Brasília-DF: MDA; INCRA, 2007.

MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política: Do capital, o Rendimento e suas fontes.** São Paulo: Nova Cultural, 1999.

_____. **Miséria da filosofia: resposta á filosofia do senhor Proudhon (1847).** São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **O Capital.** Crítica da economia política. O processo global de produção capitalista. 5. ed. Livro 3, v. IV. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

_____. **O Capital.** Crítica da economia política. O processo global de produção capitalista. 2. ed. Livro 1, v. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

_____. **O Capital.** Crítica da economia política. O processo de produção capitalista. 2. ed. Livro 1, v. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MARX, Karl & ENGELS Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: editora Martin Claret, 2005.

_____. **A ideologia Alemã.** (Feuerbach) 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MATOS, Fernanda; DIAS, Reinaldo. **Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos.** São Paulo: Editora Atlas, 2010.

MATOS, Richer de Andrade; ROVELLA, Syane Brandão C. **Do crescimento econômico ao desenvolvimento sustentável: conceitos em evolução.** São Paulo: UNIFAE, 2010. www.opet.com.br. Acesso em: 04 de janeiro de 2015.

MATTEI, Lauro. **Impactos do Pronaf: análise de indicadores.** Brasília-DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleos e Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005.

_____. **PRONAF 10 anos: síntese da produção acadêmica sobre o programa.** Brasília (DF): MDA/SAF, 2006.

_____. **Mudanças nas regras de financiamento do PRONAF.** Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 2008.

MATTEI, L.; CAZZELA, Ademir A. **Impactos socioeconômicos do PRONAF nos 30 municípios que mais contrataram crédito no período entre 2001 e 2004 em oito estados do país (ES, MG, RO, PA, PE, RN, CE e BA).** Florianópolis/SC: UFSC/FAPEU, 2007.

MDA/SAF/PRONAF. **Plano safra da agricultura familiar 2007/2008.** Brasília-DF: MDA, 2007. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>> Acesso em: 18 de dezembro de 2014.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO. **Agricultura família, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural: política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado.** Brasília-DF: SDR, 1999.

_____. **Brasil: número de contratos e montante do crédito rural do PRONAF por ano fiscal, 1999-2008.** Brasília-DF: MDA/SAF, 2010. Disponível em: <<http://smap.mda.gov.br/credito/anofiscal/rel>. Acesso em: 20 de dezembro de 2014.

MOURA, Maria Margarida; **Os Camponeses.** São Paulo: Editora Ática, 1986.

_____. **O novo rural brasileiro e nova economia: Belo Horizonte-MG: Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG, 1997.**

MENDONÇA, Sonia Regina. **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990.** 2ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MOLINA, Mônica Castagna. A Constitucionalidade e a Justicibilidade do Direito à Educação dos Povos do Campo. (Org.). SANTOS, Clarice Aparecida dos.; [et al.]. **Educação do Campo: campo, políticas públicas e educação.** Brasília-DF, INCRA/MDA, 2008.

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Azevedo de. **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo.** Brasília- DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004.

MONTAÑO, Carlos. **Estado, classe e movimento social**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MORUZZI MARQUE S, P. E. Concepções concorrentes em torno das políticas públicas de apoio à agricultura familiar: uma releitura sobre a construção do PRONAF. In: **XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Cuiabá-MS, 2004.

NEVES, Delma Pessanha (Org.) **Processos de construção e reprodução do campesinato no Brasil**: formas dirigidas de constituição do campesinato. v. 2. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

OLIVEIRA, Indira Duarte de. **Estratégias governamentais para colonização agrícola e os trabalhadores rurais**. Boa Vista, 2005. 143 f. Monografia (Especialização em História Regional) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Roraima.

OLIVEIRA, André Dias. **Desempenho da Implementação do Programa Luz para Todos**: novos atores como fator explicativo. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 18, nº 63, jul/Dez, 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia**: monopólio, expropriação e conflitos. 4ª ed. Campinas-SP: Papirus, 1993.

PODELESKI, Onete da Silva. **Lei de Terras de 1850**. Florianópolis-SC: Editora UFSC, 2009.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL. Município de Mucajai-RR: estudos geográficos, 2004

PLANO NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR. Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária. Brasília-DF, 1995.

PLANO SAFRA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR 2003/2004. Disponível em < [http:// www.pronaf.gov.br](http://www.pronaf.gov.br) >. Acesso em 10/02/2004, 2003.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 5. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____ **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____ **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PRONAF. **Manual de Crédito Rural Plano de Safra da Agricultura familiar – 2004/2005**. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria da Agricultura Familiar. Brasília-DF, 2004. Disponível em < [http:// www.pronaf.gov.br](http://www.pronaf.gov.br) >. Acesso em agosto de

- RAFFESTIN, J. C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- PEREIRA, José R. **De camponeses a membros do MST: os novos produtores rurais e sua organização social**. Brasília-DF: Departamento de Sociologia da UNB, 2000. (tese de doutorado)
- QUEIROZ, Sabrina Faria de. **Uma investigação dos impactos do PRONAF sobre as condições produtivas, econômicas e sociais dos agricultores familiares da região sul e Nordeste no período de 1996 a 2006**. UFU, 2012.
- RIBEIRO, Ivan de Otero. **Agricultura, democracia e socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- RORAIMA, Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de. **Informações socioeconômicas de Mucajai-RR**. Boa Vista-RR: Divisão de estudos e pesquisas, 2010.
- SAMPAIO, Yony (Org.). **Nordeste Rural: a transição para o capitalismo**. Universidade Federal de Pernambuco, Editora Universitária, 1987.
- SANDRONI, Paulo. **O que é Mais-valia?** Coleção Primeiros Passos. Brasiliense, São Paulo, 2012.
- SANTOS, Maria José dos. **A implantação dos Projetos de Assentamento e a criação do Sindicato Rural em São João da Baliza nas décadas de 1970 a 1980**. Boa Vista, 2006. 67 f. Monografia (Especialização em História Regional) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Roraima.
- SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. **Política e poder na Amazônia: o caso de Roraima (1970 – 2000)**. Boa Vista – RR: editora da UFRR, 2013.
- _____. **Políticas públicas, economia e poder**. Belém, 2004. 271f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Universidade Federal do Pará.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: EdUSP, 1997.
- _____. **Por uma Geografia das redes**. In: a natureza do espaço: técnicas e tempo, razão e emoção. 4ª ed. 2. Reimpr. São Paulo: EdUSP, 1997.
- SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Marcio Mendes. **Capturando a Terra: Banco Mundial, políticas fundiárias e reforma agrária de mercado**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão popular, 2006.
- SCHNEIDER, Sérgio. **A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil**. Brasília-DF: Revista de Política Agrícola. ano XVI, n. 3, p. 14-33, jul./ago./set. 2007.

SCHNEIDER, Sérgio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antonio. **Histórico, Caracterização e Dinâmica Recente do Pronaf:** Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Porto Alegre-RS: UFRGS, 2004.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A.; Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. C.; MARQUES, P. E. M. (Orgs.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural.** Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2004.

SCHRÖDER, M. & SOUZA, I. C. de. **Agricultores pobres e acesso ao PRONAF:** a importância dos arranjos institucionais na intermediação da política pública. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS. Caxambu-MG. Anais... ANPOCS, 2007.

SILVA, Lenyra Rique da. **A natureza contraditória do espaço geográfico.** 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SILVA, Paulo Rogério de Freitas. **Dinâmica territorial urbana em Roraima.** Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo-SP, 2007. (Tese de Doutorado).

SOUSA, Carla Monteiro de. **Memória e Oralidade:** entre o individual e o social. In: Revista Textos & Debates: Revista de filosofia e Ciências Humanas da UFRJ, nº12, 2007.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e pluralidade.** 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) – UFRGS, Porto Alegre, 1999.

_____. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade,** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n.51, p. 99-121, 2003.

_____. **A pluralidade como estratégia de reprodução da agricultura familiar no sul do Brasil.** Revista estudos sociedade e agricultura. CPDA/UFRJ, Rio de Janeiro, n. 16, 2001.

_____. **A pluralidade na agricultura familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 2003.

STÉDILE, João Pedro. (Org.). **A questão agrária hoje.** 3. ed. Porto Alegre-RS: Editora UFRGS, 2002.

_____. **A Questão Agrária no Brasil 3:** programas de reforma agrária: 1946-2003. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. **A Questão Agrária no Brasil 5:** A classe dominante agrária: natureza e comportamento 1964 – 1990. 2ª Ed. São Paulo : Expressão Popular, 2010.

_____. **A Questão Agrária no Brasil 6:** O debate na década de 1990. São Paulo : Expressão Popular, 2013.

STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Ramos, 2000.

TEIXEIRA, Elinaldo Celso. **O papel das políticas Públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade.** Salvador-BA, AATR Editora, 2002.

TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA. **Série Monográfica – Município de Boa Vista, Secretaria de Educação e Cultura.** Boa Vista-RR: Editora UFRR, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou planetário de erros: uma crítica do pensamento Althusser.** Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

_____. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade.** v.I, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **A Formação da Classe Operária Inglesa: A Maldição de Adão.** Vol II. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1981.

TOLEDO, E. N. B. **O PRONAF em Salvador das Missões: contradições de uma política de crédito.** Porto Alegre - RS. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, 2009.

TOURNEAU, François Michele Le. **Colonização Agrícola e áreas protegidas no Oeste de Roraima.** GREDAL/CNRS, Anais de Geografia, nº 621, 2001.

TONNEAU, J. P; AQUINO, J. R.; TEIXEIRA, O. A. **Modernização da agricultura familiar e exclusão social: o dilema das políticas agrícolas.** Cadernos de Ciência & Tecnologia. Brasília, v. 22, n. 1, p. 67-82, jan./abr. 2005.

TONNEAU, J. P; SABOURIN, E. (Orgs.). **Agricultura familiar – interação entre políticas públicas e dinâmicas locais: ensinamentos a partir de casos.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2007.

VEIGA, J.E; FAVARETO, A; AZEVEDO, C.M.A; BITTENCOURT, G. ; VECCHIATTI, K. ; MAGALHÃES, R. ; JORGE, R. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento,** Brasília: Convênio FIPE-IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001. 108 p. Disponível em: <http://www.nead.org.br>. Acesso em 10 de dezembro de 2014.

VEIGA, José Eli. **Fundamentos do agrorreformismo.** In: STÉDILE, João Pedro (Org.) **A questão Agrário hoje.** Porto Alegre-RS: UFRDS, 1994.

_____. **O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento.** Dossiê desenvolvimento rural. São Paulo: Estudos avançados da Universidade de São Paulo, 2001.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica.** São Paulo: Hucitec; Edusp, 1991.

VELHO, Otavio Guilherme. **Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da transamazônica.** Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1972.

_____. **A agricultura camponesa: conceitos e concepções.** Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2009.

VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. **A produção do espaço urbano de Boa Vista - Roraima.** Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo-SP, 2009. (Tese de Doutorado)

VIEIRA, Jaci Guilherme. **Missionários, Fazendeiros e Índios em Roraima: A disputa pela terra – 1777 a 1980.** Boa Vista, editora UFRR. 2007.

_____. **O rio Branco enche de História.** Boa Vista, editora UFRR. 2007.

VILHENA JUNIOR, Waldemar Moura. **A política de educação do campo entre o pensado e o praticado: um estudo sobre convênio UEA/INCRA/PRONERA: 2004 a 2008.** Manaus: UFAM, 2013.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade,** Porto Alegre-RS: Editora da UFRGS, 2009.

_____. **A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção.** Reforma Agrária, Campinas-SP: Editora UNESP, 1995.

_____. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** Caxambu, 1996. (texto apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS, GT 17- Processos Sociais Agrários)

WELCH, Clifford A. et al. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas,** v. 1. São Paulo: Editora UNESP/MDA/NEAD, 2009.

ZARTH, Márcia Motta Paulo. **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo a história.** São Paulo: Editora UNESP/MDA/NEAD, 2008.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA-UFRR
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO-PRPPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS-PPGSOF

QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS AGRICULTORES FAMILIARES QUE FORAM BENEFICIADOS COM O PRONAF NO APIAÚ – 2005 A 2014

1 - Sua idade encontra-se entre:

- a) () menos de 20 anos
- b) () 20 a 30 anos
- c) () 31 a 40 anos
- d) () 40 a 60 anos
- e) () acima de 60 anos

2 - Quanto tempo você trabalha como agricultor familiar na região do Apiaú?

- a) () menos de 01 anos
- b) () entre 02 anos a 03 anos
- c) () entre 03 a 05 anos
- d) () entre 06 a 10 anos
- e) () mais de 10 anos

3 - Desde o período que você mora no Apiaú você considera que houve:

- a) () excelente avanço
- b) () muito avanço
- c) () pouco avanço
- d) () nenhum avanço

Se houve avanço você poderia especificar? Quais?

4 – Que tipo de produção agrícola você produz no lote?

- a) () plantação de mandioca/macaxeira
- b) () plantação de milho
- c) () plantação de tomate
- d) () plantação de abobora

Em caso de outros produtos pode especificar?

5 – A casa que você reside é?

- a) () alvenaria
- b) () madeira
- c) () outro? _____

6 – Quantas pessoas moram na sua residência?

- a) () menos de três pessoas
- b) () de 03 a 05 pessoas
- c) () 06 a 10 pessoas
- d) () acima de 10 pessoas

7 – Quanto tempo você trabalha como agricultor?

- a) () de 01 a 03 anos
- b) () de 04 a 06 anos
- c) () de 07 a 10 anos
- d) () mais de 10 anos

8 – Como você ficou conhecendo a política de financiamento do PRONAF?

- a) () pelo sindicato dos agricultores
- b) () pelo secretaria de agricultura/governo
- c) () pela noticia na televisão
- d) () pelos companheiros agricultores
- e) Outros: _____

9 - Com o acesso ao financiamento do PRONAF você considera que?

- a) () não melhorou nada
- b) () melhorou pouco
- c) () melhorou muito
- d) () teve excelente melhora

Em caso de melhora você poderia especificar quais?

10 – Qual tipo de apoio os agricultores recebem atualmente:

- a) () apoio da associação ou sindicato dos agricultores
- b) () apoio do técnico ou funcionário da secretaria de agricultura
- c) () apoio financeiro do governo do Estado
- d) () Não tem nenhum tipo de apoio

Caso tenha apoio poderia especificar qual tipo?

11 - A sua renda familiar atualmente é:

- e) () menos de 01 salário mínimo
- f) () apenas 01 salário mínimo
- g) () 02 salários mínimos
- h) () 03 salários mínimos
- i) () acima de 03 salários

12 – Você também trabalha com a criação de gado:

- a) () sim, trabalho.
- b) () não, mas pretendo trabalhar
- c) () não pretendo trabalhar

Caso pretenda trabalhar/ ou trabalha poderia explicar por quê?

13 – Todos os seus filhos têm acesso a escola pública no Apiaú:

- a) () sim, com transporte escolar
- b) () sim, sem transporte escolar
- c) () não, pois está sem transporte escolar
- d) () não, porque está sem escola perto

14 - Todos tem acesso a posto de saúde no Apiaú?

- a) () não, pois aqui está sem posto de saúde
- b) () não, porque é muito difícil o acesso ao posto
- c) () sim, mas é difícil o acesso ao posto
- d) () sim, temos acesso fácil e atendimento a saúde

15 – Você é beneficiário de algum programa social do governo:

- a) () sim
- b) () não

Caso participe poderia especificar qual?

16 – Seu nível de escolaridade é:

- a) () não alfabetizado
- b) () alfabetizado
- c) () ensino fundamental incompleto
- d) () ensino fundamental completo
- e) () ensino médio incompleto
- f) () ensino médio completo
- g) () nível superior

17 – que transporte você utiliza para trabalhar na agricultura:

- a) () carro
- b) () moto
- c) () animal (cavalo/burro)
- d) () bicicleta

Em caso de outro transporte poderia especificar?

18 – Seus filhos tem acesso a ensino superior no Apiaú

a) () sim

b) () não

Caso NÃO tenha poderia dizer qual curso gostaria que fosse oferecido no Apiaú

19 – A política do PRONAF contribui para sua permanência no Apiaú

a) () sim

b) () não

Caso tenha contribuído poderia dizer como?

20 – Em sua experiência como agricultor a criação de gado gera mais renda que a agricultura familiar.

a) () sim, mesmo sem apoio do governo

b) () sim, mas com apoio do governo

c) () não, pois temos muita dificuldade

Especificar os motivos:

–

20 - Por que resolveu participar da política do PRONAF?

ANEXOS